

SESSÕES DO PLENÁRIO

41ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de maio de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: requerimento de urgência nº 7.891/2013, para o projeto de lei nº 20.270/2013, e o projeto de lei nº 20.200/2013.”*

(Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Carlos Brasileiro, comunicando sua ausência da sessão no dia 28/02 e 14/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 04/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Desembargador do Trabalho, Presidente do TRT da 5ª Região, Dra. Vânia J. T. Chaves, solicitando registro em sessão desta Casa Legislativa no mês de maio, da comemoração dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, além do Dia do Trabalho.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

O Srª MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, queridas taquígrafas, ouvintes da *TV Assembleia*, queridos amigos e amigas que nos visitam nesta tarde em que, com certeza, estamos aqui para atender as solicitações de V.Sªs. E hoje, com aplausos, porque estamos vendo que vai ser mudada a lei que permite a privatização da Embasa.

Essa empresa realmente vem prestando serviços relevantes a nossa comunidade, ao nosso Estado, nos permitindo o acesso a um líquido tão precioso. Infelizes de nós se não tivéssemos a água para nos saciar. Segundo recomendação médica, cada indivíduo deve ingerir, em média, de 3,5 a 4 litros de água por dia. Até por isso, temos de fazer com que a Embasa não seja privatizada. Sabemos que a luta foi grande, o relator fez um trabalho magnífico, com muito amor e dedicação, para que pudéssemos alcançar esse benefício em prol da nossa comunidade.

Mas vim a esta tribuna, hoje, para parabenizar o governador Jaques Wagner. Temos de elogiar a sua atitude todas as vezes em que há empecilhos de demanda da nossa comunidade, do nosso povo, que nos elegeu para bem representá-lo, seja no Executivo, seja no Legislativo. O povo confiou em nós deputados e no governador para que façamos um bom trabalho em prol do nosso Estado.

Pois bem, quero parabenizar Jaques Wagner porque nunca vi nenhum outro governador sentar à mesa com vários sindicalistas – representantes de 18 dos 19 sindicatos – para apresentar a receita estadual e a condição que ele tinha para dar um aumento ao funcionalismo público. Tenho certeza de que, democrático e republicano como Jaques Wagner é, se ele tivesse uma receita superavitária, com certeza daria um aumento maior para nossa comunidade.

Sabemos que os nossos funcionários públicos precisam de um aumento maior? Claro que sabemos, a inflação está aí beirando as nossas portas e sabemos que há necessidade de um aumento bem maior. Mas o que ocorre é que a Lei de Responsabilidade Fiscal também está aí para punir o Executivo, punir a todos nós que não pudermos cumprir as demandas. Nós que assumimos o Executivo – exerci 3 mandatos de prefeita -, e portanto, senhores e senhoras, fico bem à vontade para falar sobre isso, porque naquela época, nós governávamos tranquilamente. Hoje em dia,

temos vários fiscais. Temos o Ministério Público, o Tribunal de Contas dos Municípios, a Polícia Federal, temos vários e vários nos perseguindo, fiscalizando-nos, para que possamos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. É necessário? É. Mas nos impossibilita de fazermos realmente, o que queremos, o que podemos fazer.

Não podia deixar de registrar o problema do Secretário da Administração Manoel Vitório; do Secretário da Comunicação Robson Almeida; do nosso Líder do Governo Zé Neto que passou o final de semana do feriado, com o governo sentado, dialogando sobre isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Talvez, eu volte num tempo maior, mas encerro, presidente, agradecendo pela sua tolerância com o assunto tão importante que abordei neste momento.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, minha querida deputada Maria Luiza Laudano, ouvi atentamente a informação de V.Ex^a, mas vejo que o Líder da Bancada do Governo passa a informação errada para V.Ex^{as} que fazem parte da Bancada, bem como, acredito, o governador passou errado para o vice-governador. Porque o vice-governador foi a público, baseado nas informações do governo, para dizer que nem os 2,5 poderia dar. O Líder do Governo nesta Casa por várias e várias vezes dizia, deputado Luciano, que o governo estava estudando o índice que poderia ser dado. E agora, numa decisão inédita dos que se dizem presidentes de sindicatos, já que eu vinha, até de uma maneira cansativa, pelo menos nos últimos 3 meses denunciando e estranhando o silêncio dos presidentes dos sindicatos que não se manifestavam. A lei 6.677 que foi aprovada há 20 anos, parece-me, determina que a data do reajuste é 1º de janeiro. O governo que havia anunciado 2,5, senta-se com os sindicalistas pelegos, que confundem a representatividade de presidente de sindicato com filiação partidária, com carteirinha do PT, ou do PCdoB, e esquecem de defender o seu funcionalismo.

Mas, vamos para os números para não haver dúvida do absurdo que o governador fez, primeiro, desprezado e brincando com o Poder Legislativo. Porque ele manda uma mensagem assinada por ele, depois de 4 meses de pseudo-estudos e depois recua na reunião com os sindicatos. Então se ele não podia dar por que que assinou? Se podia dar mais, por que assinou? Não está dando é nada para o sindicatos, tirou os 2,5 e passou para 2.

Se nós pegarmos, e tenho aqui, no *site* agora já estamos conseguindo pegar o Fiplan que começou a emitir relatórios. Então já pegamos a execução orçamentária do Estado, 1º bimestre de 2013. Repito, no *site* da Sefaz. A receita corrente líquida do Estado, que define os limites com gasto de pessoal em cargos, apresenta um crescimento de 12,76% em relação ao mesmo período de 2012. Vejam, site oficial da

Secretaria da Fazenda, 1º bimestre, 12,76% é o que apresenta o crescimento da receita corrente líquida do Estado nesse período de 2012. E a inflação, se considerarmos os 12 meses também, daria 6,04%. Esse cálculo compara os últimos 12 meses, de maio de 2011 a 2012, conforme o quadro abaixo. E aí vem discriminando.

Um assunto que traz também e que é importante, vamos ver quanto foi a inflação acumulada de janeiro e fevereiro deste ano. Deu 0,86 em janeiro, ponto seis em fevereiro, acumulado 1,15%. Vejam o que o governo está querendo fazer. Aliás, minto, isso aqui é outro dado, essa é a receita corrente líquida em relação ao índice da inflação. Se pegarmos a inflação de janeiro a março deste ano, deu 1.94% , repito, de janeiro a março deste ano, a inflação acumulada deu 1.94%. Não temos ainda de abril. Se colocar abril, esses 2% já foram, já eram.

O governador, além de não repor a perda do ano passado, o que propôs nesse inédito acordo com os sindicalistas pelegos, ele nem a inflação do período está dando. Repito, de janeiro a março deste ano, 1,94%. E ele está querendo dar nesse período, até o final de junho, apenas 2%. Nem a inflação deste ano vai ser reposta para o servidor público. É lamentável, é terrível, vou voltar a este assunto. Vou voltar porque estes números têm que ser apresentados. Os presidentes pelegos dos sindicatos têm que vir a público justificar por que aceitaram uma coisa tão pequena, menos do que o governador tinha proposto.

Repito, finalizando, Sr. Presidente, nem a inflação deste ano o governo vai dar até o final de junho. É lamentável, triste desrespeito, deu informação errada para o vice-governador se expor, mandou informação errada para a Assembleia que não valeu nada. Uma brincadeira com o Poder Legislativo, porque ele considera o Poder Legislativo como se fosse uma secretaria, um apêndice onde as lagartixas daqui, que formam a base do governo, só balançam a cabeça (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos. Em permuta, a deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero saudar aqui os servidores da Embasa, o movimento Sindae que está aqui presente, parabenizar o deputado Joseildo Ramos pela luta, e o governo que manda a lei revogando o processo que podia privatizar a Embasa. Reconhecendo que a Embasa, sem dúvida nenhuma, é uma conquista do povo da Bahia, estando atento ao que nós, baianos, realmente precisamos, que é tê-la como instrumento importante para o desenvolvimento da Bahia. A Bahia privatizou demais nos governos passados. E, com certeza, água não se privatiza.

Depois de ouvir o deputado Gaban, ontem ouvi o deputado líder da oposição, deputado Elmar, e hoje li suas palavras num site de notícias sobre o acordo feito entre o governo e os sindicatos. Realmente me espanta, fico me perguntando qual é o objetivo da Oposição? É querer que a Bahia chegue ao nível que chegou no ano passado com 123 dias de greve dos professores, de paralisação da polícia, de querer

realmente um clima de instabilidade? Não vale o acordo? Fazer acordo com os servidores é desrespeitar o quê? Aqui rechaço, deputado líder Elmar Nascimento, com todo respeito a V.Ex^a, nenhum sindicalista é vendido como o senhor colocou, ninguém se vendeu, ninguém aqui é pelego, ninguém está fazendo jogo de cena e com certeza ninguém está vendido ao governo.

Digo isso porque de fato é preciso colocar as cartas na mesa. Não é porque um sindicato senta numa mesa de diálogo e faz um acordo que interessa aos seus filiados, que ele passa a ser vendido, a ser pelego, a ser jogador de cena com mais um bocado de coisas que foram colocadas aqui nas palavras do deputado Elmar Nascimento, com certeza nós queremos de fato rechaçar e pedir respeito.

Construir movimento sindical na Bahia e no Brasil não é pouca coisa. Movimento sindical é construído a duras penas. Sem dúvida nenhuma, só quem participou e participa da luta sabe o que é ser sindicalista, sabe o que é deixar a sua família, deixar os seus filhos em casa e se entregar a um movimento de corpo e alma para fazer a defesa como têm feito diversos sindicalistas ao longo de uma trajetória de uma vida inteira. E por causa de um simples acordo serem chamados de pelegos, de vendidos e de traidores? Isso não aceitamos! Se houve margem para negociação, é essa a negociação que interessa, se é possível nesse momento o governo fazer essa negociação, isso importa à Bahia, isso importa a todos nós. Importa especialmente a quem nesse momento está buscando fazer um diálogo para que os problemas da Bahia, agora com o município da cidade de Salvador, a capital do Estado, governada pelo Democratas possa fazer as obras estruturantes em parceria com o governo do PT sem ter problema nenhum.

O prefeito ACM Neto com certeza terá pela frente aí o aumento dos servidores municipais. Como o movimento vai ser tratado então pelo prefeito? Vai se negar a se sentar? Wagner se sentou com o movimento. A comissão de negociação sempre aconteceu, isso não é novidade para ninguém. E não vejo absolutamente isso como um crime cometido pelos sindicatos, que nesse momento se sentaram, e aqui falo especialmente pela federação, cujas palavras nós vemos que não é só o reajuste que está em voga, que chega até julho, mas as negociações que são feitas individualmente por cada categoria, são negociações setoriais que contêm muito mais avanços do que o que está colocado pelo governador para vir à Assembleia para votar.

Portanto, quero pedir respeito ao movimento sindical, quero pedir respeito às lideranças que constroem a sua vida inteira bradando, brigando e tendo um lugar ao sol para garantir que chegássemos aqui hoje e bradásemos. E dar o direito à Oposição que, no passado, nunca sentou numa mesa de negociação com movimento, com servidor, com sindicato, com absolutamente ninguém para hoje chegar aqui e desrespeitar na circunstância em que está fazendo. Respeitem o movimento sindical, quem teve história realmente merece respeito, deputado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado

Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, ninguém mais do que eu, até porque sou democrático, respeita os sindicatos, sindicato que se respeita. Chamei de pelego ontem aqueles que sentaram à mesa com o governador para negociar um reajuste abaixo da inflação.

Estava olhando aqui no dicionário o que é o termo pelego: o termo pelego foi popularizado na era Vargas. Pelego é o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois o termo voltou à tona na ditadura militar, passando a ser o dirigente sindical indicados pelos militares, sendo o representante máximo do chamado sindicalismo marrom. A palavra que, antigamente, designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. Esse sindicalista é um pelego.

Hoje, chegaram a minhas mãos dados da Secretaria da Fazenda tirados do Fiplan mostrando que a receita corrente líquida do Estado no ano de 2013, em relação a 2012, no mesmo período, teve uma variação positiva, diferentemente do que dizia o governador, de 10,11%, em janeiro e fevereiro. Se compararmos março de 2011 a fevereiro de 2012 e março de 2012 a fevereiro de 2013, há uma variação positiva de 12,13%. A inflação acumulada de janeiro a fevereiro, índices oficiais, foi de 1,15%. No primeiro trimestre de 2013, o índice inflacionário do ano passado, já acumulado, de 6,04%.

O governador envia proposta de 2,5% de aumento e o sindicato reduz a proposta do governador para 2%. Que tipo de sindicato é esse? Que defesa é essa de interesse da categoria? Eu posso dizer mais de um nome – vendido, pelego, para mim é tudo a mesma coisa. Mas não pode ter outra discriminação. O dirigente sindical, que recebe do patrão uma proposta de aumento e aceita reduzir a proposta...? O governador propôs a semana passada o aumento retroativo de janeiro de 2,5% e hoje alterou para 2% com a anuência do sindicato que sentou à mesa com ele. Que sindicato é esse, se não é pelego?

A inflação oficial do governo de 2012, de janeiro a dezembro, foi 5,84%, e o acumulado nos 12 meses até o mês de março deste ano, deputado Gaban, já é de 6,89%. Dá-se um aumento de 2% em janeiro, retroativo, mais 3,84% em julho, depois de passar quatro meses estudando, abaixo da inflação, e o sindicato concorda e, pior do que concordar, solta uma nota dizendo que no contracheque virá um aumento graças ao trabalho do sindicato. Belo sindicato esse!

A nossa Bancada, deputado Gaban, da Oposição, tem compromisso com os servidores que recebem no contracheque. Recebi centenas de mensagens, através do *facebook*, de funcionários do Estado, e especialmente de professores, e isso nunca aconteceu comigo. Eles estão indignados, pedindo que a APLB, deputada Kelly, convoque a assembleia. Por que não se convoca a assembleia e fica essa discussão de meia dúzia de sindicatos controlados pelo governador? Pelego! Repito, pelego! Não defende os interesses do servidor, está a serviço do governo, do patrão, e o patrão, hoje, é o atual governador. Entrou na história.

O erro não está no governo... Aliás, é do governo, sim, porque não está cumprindo compromisso de campanha, de melhorar o poder aquisitivo do trabalhador, mas o erro-crime é cometido pelo sindicato que tem a obrigação de defender o interesse do trabalhador – e estou demonstrando aqui, o que é pior, acedeu à mentira do governo, de que houve queda de receita, quando não houve. O acumulado de incremento da receita é de 11,15% no primeiro trimestre. Sabem por que não há dinheiro? O roubo. Estão aqui as licitações, são três, sabe onde, deputado Luciano Simões? Na Secretaria de Relações Internacionais, não sei onde funciona e o que é que faz, mas assinou anteontem uma dispensa de licitação de uma consultoria de um milhão de reais. Aí não dá. Não há dinheiro para pagar a servidor, fugindo pelo ralo da corrupção.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, servidores, imprensa, companheiros do Sindae, sindicato histórico, combativo e que foi um dos atores principais para, na prática, evitar que a água fosse privatizada no governo anterior.

Essa lei será votada hoje, pois esperamos formalizar essa grande conquista da classe trabalhadora e da sociedade, que terá esse direito universal garantido.

Mas há um equívoco aqui. Que moral e legitimidade tem essa turma, as viúvas que recentemente estiveram no poder, que massacraram os sindicalistas deste Estado, que batiam nos sindicalistas e atiravam na polícia – tem policial paraplégico – por fazer greve?

Eles estão frustrados porque queriam palanque, queriam que o governador Jaques Wagner não recebesse os trabalhadores, como faz, na câmara de negociação. Queriam que acontecesse como aconteceu com os professores, com os quais, infelizmente, erramos. Deveríamos ter recebido logo os professores e os policiais.

Retirou-se o palanque e eles ficaram nervosos, frustrados, porque não têm aqui a galera para ficar aplaudindo. O governador, que é muito inteligente, capacitado e experiente, fez o que deveria ser feito com muita sabedoria, porque é assim que deve agir um governo democrático. A democracia está submetida à pressão legítima, popular, do movimento sindical.

Então, as pessoas, quando ficam frustradas, ficam nervosas, usam palavras inadequadas. Aqui não há ninguém com moral para falar de corrupção, porque sabemos de onde vem a corrupção. A corrupção maior deste País vem daqueles que sustentaram a ditadura militar. Este foi o Estado que teve uma das figuras principais, puxa-saco de general, que levava cocadinha e acarajé para os que estavam de plantão. Costa e Silva e Castelo Branco recebiam esse puxa-saco, que, perante eles, ficava calado como um cordeirinho. Mas, aqui, na Bahia, com os movimentos sindicais, era pau, prisão e não havia negociação.

Então, qual a legitimidade que essas figuras têm aqui para atacar sindicalistas. O que eles fizeram?

Então, meus amigos e amigas, não vamos cair no canto da sereia. Ouvi aplausos aqui. Antes de aplaudir, vamos ter memória. Vivemos 40 anos numa noite escura, tenebrosa, na qual ninguém tinha voz, era só censura.

Justiça? Houve uma sessão especial aqui em homenagem ao desembargador Dutra Cintra na qual todos fizeram os maiores elogios a esse juiz, porque foi ele quem começou a libertar o Judiciário baiano, que era controlado.

Imprensa? Jornais foram fechados; e televisão foi tomada na marra. Todos aqui lembram da *TV Aratu*. O galo deixou de cantar pelas trapaças e pelos acordos subterrâneos. Para sustentar a ditadura, tomou a televisão.

Esse era o período em que vivíamos, mas superamos. A democracia foi conquistada por nós através dos movimentos sindical e popular.

Viva a democracia no Estado da Bahia!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da Galeria Paulo Jackson, ao escutar o discurso do deputado Marcelino Galo, às vezes, penso que se refere a outros partidos: o mesmo partido de Fernando Collor de Melo, Renan Calheiros, Sarney, Paulo Maluf.

O Sr. Gaban:- O chefe Lula.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Ele vem à tribuna para fazer um discurso como se o PT fosse o pai da moralidade. O deputado Marcelino Galo esqueceu que o PT criou o maior esquema de corrupção já visto neste País: o mensalão.

E mais: ele quer justificar esse aumento pífio que o governador deu aos servidores públicos. Faço um desafio de chamar os professores, os policiais e os demais servidores públicos para verificar quem está satisfeito. Os sindicatos ficaram satisfeitos por ter empregos e benesses no governo. Estão cooptados pelo governo. Resolveram as suas vidas e esqueceram as vidas dos servidores.

É inacreditável, deputado Gaban! O mesmo governador que se elegeu com o contracheque na mão, dizendo que o servidor público seria tratado de uma forma..., o professor, na Bahia, seria o mais bem pago do Brasil, a Polícia Militar seria referência de salário, traz um aumento de 2%. Aliás, um aumento, não! Que é menos do que a reposição inflacionária. O governo pega os sindicatos, que já estão cooptados, muitos dos presidentes possuem empregos no governo, benefícios próprios, e coloca-os para atestar uma vergonha dessa.

O que o governo fez com o funcionalismo público é uma vergonha. Foi uma insensatez. Não dá sequer a reposição. Imagino a minha querida amiga, deputada Kelly, professora, representante das professoras da Universidade de Barreiras, como é que dirá para as suas colegas de profissão? Como justificará o reajuste de 2%? A mesma coisa é o meu amigo, deputado Zé Raimundo, homem de estima e respeitado

em Conquista, um Reitor que sempre tratou bem os seus professores, como é que dirá aos professores, deputado Gaban, que o governador só deu 2% de reposição e gasta quase 500 mil em propaganda? Como é que justificará essa inversão de valores?!

O governador da máxima que dez mentiras torna-se uma verdade.

A Sr^a Luiza Maia:- Diálogo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a não pode falar em diálogo, porque, muitas vezes, vem a esta tribuna para criticar o seu líder. V.Ex^a não consegue desenvolver um diálogo na sua Bancada. Não é isso?

O diálogo deste governo é o mesmo que houve com a Polícia Militar: a maior greve da história; o diálogo desse governo foi o diálogo com os professores, a maior greve de professores da história, e agora trazem 2% de reposição, mais três e alguma coisa.

Só quero ver, Gaban, como os deputados governistas que têm uma mãe funcionária pública, uma tia, uma amiga, um conhecido, vão justificar esse voto. Esse voto representa a falta de respeito, representa um massacre e, acima de tudo, representa a falta de prioridade deste governo com os servidores que sempre apoiaram o PT e sempre estiveram ao seu lado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Adolfo Menezes, quero saudar os deputados...

(As Galerias se manifestam e o Sr. Gaban responde.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto. Peço a compreensão de vocês, pois as galerias não podem se manifestar. Venham através de um dos deputados que lhes representem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não cabe questão de ordem no Pequeno Expediente.

O Sr. Gaban:- No Regimento Interno não está previsto. Não participei de acordo de lideranças, por isso não tenho nada com esse acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, já vai começar o Grande Expediente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, em que V.Ex^a se baseia para indeferir minha questão de ordem? Nesta Casa ninguém está obrigado a respeitar acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Continue, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Mande corrigir o meu tempo.

O Sr. Gaban:- Sou obrigado a respeitar o Regimento Interno. Baseado no Regimento Interno, diga por que não me defere a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, nesta Casa as

coisas são feitas por acordo. Todos os dias, deputado...

O Sr. Gaban:- Não participei de acordo e não sou obrigado a respeitar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Acordo é da maioria.

O Sr. Gaban:- Baseado no Regimento Interno, diga por que não me defere a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Daqui a pouco começará o Grande Expediente e V.Ex^a fará uso da palavra.

O Sr. Gaban:- Não me interessa o Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Rosemberg Pinto com a palavra.

(O Sr. Gaban continua falando fora do microfone)

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido Adolfo Menezes, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar os meus queridos companheiros do Sindae e os amigos da Imprensa.

É bom que o sindicalista veja a forma como se trata quando não se vê representado pelas pessoas que estão nas galerias.

(O Sr. Gaban canta alto fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, pedimos às galerias para que mantenham a ordem e damos mal exemplo aqui embaixo. Fica difícil.

(O Sr. Gaban continua cantando alto fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, esta é uma Casa de acordos. Eu poderia até ceder, mas, pela forma arrogante com que V.Ex^a agiu, quis mostrar que V.Ex^a não determina a decisão do presidente. Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto por 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Regimento Interno não é vontade.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido Adolfo Menezes, precisamos depois debater sobre essa forma deselegante do deputado Gaban tratar. É preciso respeitar os pares nesta Casa.

Todos os dias, às vezes o deputado Luciano Simões, deputado Elmar Nascimento, pegam matérias do *Jornal A Tarde*, quando negativas em relação ao nosso governo, para utilizá-las como ponto de debate, mas, hoje, saiu uma matéria no *Jornal A Tarde* que fala exatamente da maneira como o governo federal, o governo do Partido dos Trabalhadores tem tratado a base social, inclusive, aqui, na Bahia, tirando 3,5 milhões de famílias da extrema pobreza. É esse o debate que nós temos de fazer aqui.

Quero aproveitar este momento para dizer quem tem direito e legitimidade para falar dos meus queridos companheiros dirigentes sindicais. Aqui, neste instante, os companheiros do movimento sindical foram tratados de uma forma extremamente grosseira, deselegante. Eu, como sindicalista que fui, não posso admitir esse tipo de posicionamento, porque conheço e sei como nós disputávamos, no passado, a privatização e a não-privatização da Embasa; sei como nós disputamos cada passo em cada caminhada do Campo Grande até a Praça Municipal para evitar a aprovação de

um projeto que defenestrava, efetivamente, a maior empresa do Estado baiano, a Embasa. Eles queriam privatizar a Embasa para atender a outros interesses! Diversas pessoas que apoiaram esse projeto estavam contrárias às nossas posições, naquele momento.

Meu querido Elmar, quero dizer o seguinte: você recebeu aplausos das Galerias várias vezes, aqui, neste Plenário, porque defendia posições que iam, naquele momento, ao encontro, no mesmo caminho das posições das pessoas que estavam nas Galerias. Contudo, no momento em que as pessoas das Galerias e os representantes sindicais foram discutir com o governo e chegaram a um entendimento por compreender os interesses dos trabalhadores, o limite do Estado. Agora, o momento que nós estamos vivendo, esses dirigentes já não são mais os dirigentes éticos e responsáveis que foram no período da greve dos professores e da greve da Polícia Militar.

Nós precisamos respeitar – e eu, aqui, falo de cátedra, junto com o nosso partido –, porque em todos os momentos respeitamos a manifestação de todos os trabalhadores neste Plenário. Por isso que eu não posso admitir, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a pecha de que os dirigentes sindicais que fizeram aquele acordo no dia 1º de maio são pelegos, são chapa branca, marrom... São dirigentes que representam e que foram eleitos pela sua categoria para representá-la. Se algum deputado, aqui, está insatisfeito, convoque a assembleia e tente tirar uma posição diferenciada.

Meus queridos companheiros e companheiras que ocupam as Galerias Paulo Jackson, esta é a Casa do debate e da democracia, mas também é a Casa do respeito a quem aqui chega para expor o seu posicionamento seja de acordo com o que nós acreditamos ou contra. Por isso temos de respeitar cada posição e esta é a posição desta Casa.

Por último, quero dizer que, neste momento, fico extremamente entristecido com a forma pessoal e impeditiva que os deputados se colocam na hora que se abre o debate para as posições. Aqui tem que ter posição, sim, e as pessoas têm de ter o direito de expor aquilo que acreditam, porque esta é a Casa das diferenças apesar de, em determinados momentos, não concordarmos com as posições que, às vezes, as Galerias criticam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, V.Ex^a dispõe de 3 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro presidente Adolfo Menezes, quero dizer o seguinte: o que mais nos chama atenção neste debate é que o governador Jaques Wagner propôs 2,5%. Surpreendentemente, nessa mesa de negociação, com o poder encantador, o governador conseguiu sensibilizar os sindicalistas para que retroagissem de 2,5% para 2%. É realmente um poder de manipular. E é essa forma de agradar aos sindicalistas “tão aguerridos” que nos deixa perplexos e boquiabertos.

O que teria feito o governador de tão fantástico e de tão engabelador para conseguir convencer os sindicalistas ávidos, creio eu, por melhores salários para os seus colegas de trabalho? Essa mesma paciência dos sindicatos, eles não têm com os prefeitos de partidos opostos à base do governo do Estado.

Lá em Feira de Santana, o prefeito José Ronaldo deu uma demonstração ao governador Jaques Wagner: autorizou 5,84%. Repassou o índice da inflação. Para os professores, o prefeito José Ronaldo deu 8%. A categoria foi convocada para debater esse aumento proposto pelo prefeito.

Mas os mesmos sindicalistas aqui não convocaram os servidores para debater numa assembleia, o que é mais correto, a proposta de 2% do governador. Teriam de levar esse aumento para debater numa assembleia. Não é assim que se procede? Não é a forma mais correta e coerente? Não! Essa forma não aconteceu. Não se ouviu falar de nenhuma assembleia convocada por esses sindicatos, a não ser a que o vereador Prisco, da Aspra, Associação de Policiais e Bombeiros do Estado da Bahia, convocou para quinta-feira. Os policiais civis estão em greve.

Agora, os outros sindicatos deveriam convocar os trabalhadores para debater. Quem sabe até numa assembleia eles pudessem convencer os trabalhadores de que esta foi a melhor negociação e este foi o melhor caminho? Mas nem a isso os trabalhadores terão direito. Eu voltarei a este assunto em outra oportunidade.

Lamentavelmente o nosso tema é palpitante. Tenho de falar sobre segurança pública e um atentado que sofreu o vice-prefeito de Pedro Alexandre, que é nosso correligionário de partido, do PTN. Mas em outra ocasião voltarei ao assunto.

Fiquei aqui preocupado com o deputado Marcelino Galo, que poderia ter um ataque cardíaco, tal a forma efusiva como ele colocou, lembrou a ditadura e o governo cheio daqueles ditadores que eles citavam antigamente, os carlistas. Se tirar os carlistas do governo do PT, só fica aqui o PCdoB. Quanto ao resto, todos estavam do outro lado. Hoje são arautos do sindicalismo, são moralizadores. Antigamente eram apedrejados nas ruas da Bahia por serem carlistas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O PT mudou. E mudou para pior.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, V.Ex^a fará a questão de ordem agora?

O Sr. Gaban:- Não, presidente. Eu vou usar o horário. Agradeço a V.Ex^a.

Pelo Regimento Interno, não posso. Não sei. Há tantos acordos na Casa que não sei mais do Regimento Interno, ou seja, se se pode usar como se usava antes para falar de outros assuntos. Então, como o antigo RI não permitia questão de ordem para

tratar de outros assuntos, vou-me reservar o direito de manter a minha coerência respeitando-o.

Agradeço-lhe a deferência, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Nobre deputado, V.Ex^a sabe que não tenho nada de pessoal contra o senhor, até porque este Regimento Interno não é praticado em absolutamente nada. Foi criada uma Comissão para fazer a reforma dele, mas até hoje nunca foi realizada. Fica tudo de trás para a frente. Infelizmente, é a regra aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas presentes, Srs. da Imprensa, funcionários da Casa, em primeiro lugar gostaria de dizer da nossa felicidade em estar recebendo com muita alegria, neste Legislativo, o pessoal do Sindae, que depois de 14 anos, com justa razão, vem aqui comemorar a varrição do entulho autoritário que persistia até hoje no arcabouço jurídico do Estado da Bahia. Parabéns pela luta pessoal do Sindae. (Palmas)

Tenho tranquilidade, senhores colegas de parlamento, para tratar algumas questões no debate. Aqui eu quero dizer que nunca trouxe para esta tribuna nenhum viés de qualquer disputa pessoal, qualquer disputa que diminuísse o bom combate, o bom debate que tem que ter lugar nesta Casa, gostemos ou não da posição daqueles que são nossos contendores.

Deputado Gaban, com todo respeito que tenho a V.S^a, sei que V.S^a foi, salvo engano, presidente da Cerb e provavelmente o senhor experimentou outros momentos. V.Ex^a foi presidente desta Casa e vivia momentos históricos diferenciados. Hoje, não sei qual o seu sentimento, mas eu já militava na política, porque não se faz política só com mandato, e não me recordo da forma como V.Ex^a recebia os sindicalistas. Não sei como V.Ex^a tratava os servidores da Cerb que são vinculados ao Sindae. Inclusive, V. Ex^a estava batendo boca nesse instante com um dos representantes do Sindae, os quais V.Ex^a chama de pelegos. Eles ajudaram a construir o PT, que a grande imprensa do nosso Brasil não reconhece que em 10 anos mudamos, depois de 500 anos de história, em definitivo, a realidade do nosso País. V.Ex^as sempre passavam ao largo da porta dos sindicatos. V.Ex^a ficava muito alegre quando a polícia investia no lombo dos trabalhadores que queriam ter espaço para discussão. Esse tempo de triste memória nós não podemos reviver, independente das posições que temos aqui agora.

Quero que V.Ex^a venha aqui na tribuna, olhe para aqueles servidores e lembre do tempo quando V.Ex^a teve a oportunidade de fazer o que o governador Jaques Wagner faz. O primeiro governador da história deste Estado que foi discutir com os trabalhadores numa situação não muito boa. V.Ex^a trouxe aqui os dados do Fiplan e só falou da receita. V.Ex^a esqueceu que se deve comparar receita com despesa, esqueceu de pegar alguns números. Esses números, sim, fazem parte do bom debate. Ganho real médio no período, vamos comparar: Professor licenciado de 1999 à 2006 teve um ganho real de 6,57%. No governo Wagner, de 2007 a 2012, 44,41%. Isso faz

V.Exª ficar nervoso? Um soldado ganhou no período de 1999 à 2006 ganhou apenas 21%. Hoje, teve ganho real, no mesmo período, de 52%. Então quero dizer que todas as categorias do funcionalismo público do Estado da Bahia tiveram ganhos efetivos.

Agora eu digo: V.Exª não defendem o financiamento público de campanha, porque o dinheiro ainda compra voto aqui e boa parte dos parlamentares que aqui estão não querem topar a mãe de todas as reformas e o Parlamento brasileiro anda sub-representado, porque não representa o que é a sociedade deste País.

Quero ver, dos que estão aqui defendendo os sindicalistas, quantos têm coragem de ir à assembleia deles para olhar de frente aqueles trabalhadores que V.Exªs tanto maltrataram. Essa é a oportunidade.

Senti a falta de V.Exªs quando tivemos, naquele momento em que estavam criminalizando aqui as ONGs, uma sessão especial. Apenas o deputado Carlos Geilson veio a este Plenário. Chegou e saiu de mansinho, já que não pôde fazer o bom debate. E destaquemos que as organizações sociais, as ONGs, já existiam desde a época do Império, mas eram entidades acrílicas, ou seja, não tinham a crítica como pano de fundo.

E sindicato não é para cuidar tão somente de aspectos corporativos. Sindicato tem de trabalhar a pedagogia cidadã. E o que faz o Sindae não é história de pelego, não. Está construindo o País porque está na espinha dorsal da sua ação a memória e a história do grande companheiro Paulo Jackson, que foi fundador do PT, do Sindae e da CUT. E isso V.Exªs não vão nos tirar.

Vejam o tempo que a grande imprensa deu e dá ao chamado mensalão do PT. Não tem problema, não. Mas vamos ver o espaço que essa mesma imprensa dará aos mensalões do DEM e Tucano. O mensalão do DEM respingará em Salvador, atingindo muita gente. Queremos ver se serão mostrados pela grande imprensa. É esse o debate que quero que V.Exªs venham fazer.

A Srª Luiza Maia:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Gostaria de dizer, minha companheira Luiza Maia, que tenho a honra de lhe conceder um aparte.

A Srª Luiza Maia:- Deputado Joseildo, muito obrigada pelo aparte.

Ao parabenizá-lo, aproveito o que V.Exª está falando sobre a reforma política para afirmar que precisamos realmente quebrar a força do poder econômico nas eleições.

Mas quero também responder a quem disse que o nosso partido queria ser o pai da moralidade. O PT não é o pai da moralidade, não; é o pai da transformação da distribuição de renda, da inclusão de 40 milhões de brasileiros que passaram a se alimentar.

A transparência e o diálogo que o nosso governador Wagner teve a capacidade e a competência de fazer com os sindicalistas, deixaram a Oposição estressada e frustrada, como bem disse o deputado Marcelino Galo.

Portanto, deputado Joseildo, parabéns por sua fala. Acho...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Luiza, só um segundo.

Para colocar as coisas em ordem, devo dizer que o deputado Gaban tem razão,

pois ele pediu uma questão de ordem...

A Sr^a Luiza Maia:- Também pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. O deputado Gaban pediu um aparte, mas o deputado Joseildo não viu...

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados Bruno e Joseildo, só um segundinho.

Se um deputado pede um aparte, o orador que está na tribuna dará se quiser, mas não pode dar a outro.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Não faço isso...

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (...) sou extremamente leal...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Joseildo, V.Ex^a é um homem educado, assim como o deputado Bruno. Realmente observei, mas o deputado Rosemberg Pinto, que presidia a sessão naquele momento, não viu. Não foi por maldade.

Então, para preservar a ordem, peço ao deputado Joseildo que permita a conclusão da deputada Luiza Maia – peço-lhe já desculpas – e conceda um aparte ao deputado Gaban.

Deputado Gaban, por deferência à deputada Luiza Maia, ela vai concluir. Logo depois o deputado Joseildo lhe concederá um aparte.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Porém, antes disso, Sr. Presidente, por favor, quero dizer ao deputado Gaban que não vi o seu pedido. Se tivesse visto, deputado, tenha certeza de que lhe teria dado o aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço desculpa ao deputado Rosemberg por ter assumido aqui, porque eu estava conversando com o deputado Gaban, e V.Ex^a não viu. Deputada Luiza.

A Sr^a Luiza Maia:- Para concluir, deputado Joseildo, eu só quero dizer que a Oposição precisa respeitar os sindicalistas. Quando os sindicalistas reagiram e fizeram greve, e tinham palanque aqui para aplaudi-los, eram todos sérios e honestos. Acho que o diálogo, a transparência, a capacidade do governador de dialogar e mostrar as contas do governo, levou ao acordo e deixou a Oposição estressada.

Sou professora, sou da APLB desde 1970 e exijo que respeitem o sindicato, como os outros sindicatos dos servidores públicos que têm uma história de luta em defesa da sua categoria e que nunca andaram pondo em nenhum movimento da Oposição para se dar bem, como eles tentaram fazer.

Muito obrigada.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, eu peço a incorporação do aparte da minha companheira Luiza Maia ao meu pronunciamento.

E, mais uma vez, pedindo desculpa ao deputado Gaban, porque não vi, quero, com muito prazer, conceder o aparte a S.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Tranquilo, deputado. Eu até estranhei, porque V.Ex^a é gentil com todo mundo e sempre concede apartes. Mas o assunto está encerrado.

Deputado, V.Ex^a indagou da tribuna como era que eu tratava os sindicalistas quando eu fui presidente da Cerb e, depois, como presidente da Assembleia, outro cargo que muito me honrou.

Quando entrei na Cerb, era o final do governo de Waldir Pires. Nós ganhamos a eleição através do então senador Antônio Carlos Magalhães, o grande governador da Bahia. No dia da posse, o ex-presidente indicado por Waldir Pires foi no corredor polonês levando vaia. Foi o maior constrangimento que eu tive na minha vida. Ele passando o cargo para mim e os funcionários da Cerb vaiando.

Na primeira reunião de diretoria em que eu estive presente, o ex-deputado e o ex-presidente do Sindae Paulo Jackson, pois eles estavam em greve e faziam parte, naquela época, da diretoria de Paulo Jackson no Sindae, apelou para mim, arguindo que se o presidente da Casa atual estivesse ouvindo que respondesse. Eu fiz uma série de indagações, saí da reunião de diretoria e fui no carro do Sindae, que estava com os funcionários, e pedi um aparte.

O ex-deputado Paulo Jackson, presidente do sindicato na época, até se assustou. Consultou o plenário e disse que eu tinha o direito à palavra. Eu usei a palavra numa reunião do sindicato. Foi o primeiro plano de cargo e salário aprovado no governo de Antônio Carlos Magalhães. Eu equiparei o salário dos funcionários da Cerb aos da Embasa. Criou-se, até, uma revolta na Embasa, porque eles trabalhavam período integral e, na Cerb, não trabalhavam os dois períodos. Então, esta é a resposta que eu dou.

Quando fui presidente da Assembleia Legislativa, reconheci o direito à URV que este governo Wagner não reconhece. Fiz o Plano de Cargos e Salários da Cerb. Além de ter feito o Plano de Cargo e Salário da Cerb, dei estabilidade a todos os funcionários que aqui havia. Unifiquei a data de pagamento. Quando o deputado recebia o dinheiro, recebia prestador de serviço e recebia todo mundo. De maneira que tratei com Paulo Jackson, presidente do Sindae, e nunca tive nenhum problema com o Sindae, os registros dos jornais do Sindae comprovam isso. Fui o presidente que mais aumento deu, e por isso sou reconhecido pelos funcionários da Cerb, como tenho certeza de que sou reconhecido pelos funcionários que trabalham e militam na Assembleia Legislativa da Bahia.

Esta é a maneira como eu trato os sindicalistas. Ninguém pode generalizar. Tenho um passado e me orgulho dele. Tenho o presente. Por isso, eu tenho perspectiva de um futuro. E os meus filhos sempre vão se orgulhar de mim pelos meu passado, presente e futuro, pois Deus vai me dar ainda muita vida.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Muito obrigado pelo aparte, deputado Gaban.

É bom que fique gravado, porque, amanhã ou depois, podemos cobrar.

Eu vou conceder um aparte a V.Ex^a, deputado Bira Corôa, com muito prazer.

O Sr. Bira Corôa:- Muito obrigado, nobre deputado Joseildo Ramos.

Quero parabenizá-lo, não apenas pela linha do discurso, mas pela essência da razão, porque nos remete para a reflexão e para uma chamada de conhecimento e de responsabilidade.

Compreendo, nobre deputado, a indignação expressada hoje pela Oposição, que vem, há algum tempo, com lamentações, apelos, críticas e até afirmações pejorativas em relação à integridade da condução sindical em nosso Estado.

Já disse neste Plenário que compreendo também que eles nunca chegarão a entender o movimento sindical, porque não têm origem na classe trabalhadora, não passaram pelo processo de construção de uma sociedade democrática como a que estamos vivendo, não vivenciaram os efeitos – que os trabalhadores sempre sentiram – do outro lado da ação da ditadura que eles impuseram neste Estado por quase 40 anos.

É por isso, nobre deputado Joseildo Ramos, que o parabenizo pela linha do seu discurso.

E quero chamar a atenção que os companheiros do Sindae, do Sindipoc e de outros sindicatos aqui presentes sabem muito bem, conhecem a história porque são parte da história do sindicalismo baiano, porque vivenciaram as duas épocas: a na qual eles conduziam este Estado e a que estamos vivendo, sob a condução do governador Jaques Wagner.

Para concluir, quero só lembrar que nos anos de 2000 e 2001 o então governador, César Borges, não deu aumento aos servidores públicos do Estado da Bahia. As polícias Civil e Militar entraram em greve, mostrando o seu repúdio.

E o governo Wagner eleva o salário do Policial Civil de dois salários mínimos para, aproximadamente, cinco salários mínimos. Sem contar que na época deles o salário mínimo equivalia a US\$ 70,00 e, hoje, equivale a mais de US\$ 320,00. E isso mostra a diferença do processo.

Encerro agradecendo pelo aparte e dizendo que o Sindipoc representa uma categoria que foi discutir a proposta do governo em assembleia, a votou e está aqui, mostrando a dignidade e o respeito do sindicalismo. Esses sindicalistas não podem ser considerados como pelegos, como foram tachados aqui, porque o sindicalismo constrói a sua história e pelego é aquele que nega sua própria história.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Zé Neto:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo o aparte do nobre deputado Bira Corôa e concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Joseildo Ramos, parabéns pelo seu pronunciamento, especialmente quando fala dessa luta do povo baiano – que V.Exª, tão sabiamente, colocou um projeto nesta Casa – para preservar a Embasa como empresa pública, estatal. Foi prefeito de Alagoinhas e, juntamente com outros colegas e companheiros, lutou para que a Embasa não fosse privatizada.

E o curioso é ouvirmos os deputados da Oposição, que se filiavam a uma linha de privatização das empresas públicas estatais. Eles que privatizaram a Coelba, o Baneb, e prepararam a privatização da Embasa; eles que, no Brasil, privatizaram a Vale do Rio Doce, que mudaram a legislação a fim de favorecer os grandes empresários, os grandes monopólios, e que também prepararam as privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Se não fosse Lula, esses patrimônios

nacionais estariam nas mãos dos empresários internacionais, dos grandes monopólios.

Parabéns a V.Ex^a e aos sindicalistas que conscientemente sabem o momento exato de avançar, de negociar.

E é curioso ver essa radicalização dos deputados do antigo sistema. Tomara que, realmente, possamos radicalizar contra as empresas deles – aí eu quero ver como irão comportar-se, eles que são empresários, muitos deles, o que acham dos sindicalistas na porta dos seus empreendimentos radicalizando para obter grandes reajustes.

É claro que a luta continua. É um processo histórico. E, neste momento, de parabéns também o governador Jaques Wagner, que soube negociar, de forma transparente e legítima, um bom acordo com os sindicalistas.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso discurso.

No meio do nosso discurso houve aquele tumulto, e eu quero dizer que alguns deputados aqui andam criminalizando o terceiro setor, os movimentos sociais e as ONGs, eles esquecem que, desde a época do império, já existiam as Organizações Sociais, principalmente ligadas a Igrejas. Mas, naquela época, as ONGs, as Organizações Sociais, eram acrílicas, não tinham uma posição crítica sobre o que faziam. Ai do Estado brasileiro que não possa vir a lançar mão das ONGs para ter a capilaridade necessária! Senti falta daqueles deputados que criminalizam cotidianamente as ONGs, a partir desta tribuna, e, na sessão especial, nenhum deles estava aqui para fazer o debate, olhando cara a cara para as representações dos movimentos sociais.

É esse o grande debate que se impõe e a gente não vê nesta Casa. Não sei por quê!

Quero conceder um aparte ao nosso Líder do governo Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria tão somente saudar os companheiros e companheiras do Sindae que se encontram aqui presentes, do Sindpoc, e registrar nossa alegria, porque a história, na sua dinâmica, inevitavelmente vai mostrar o lado de cada um. Nós, neste instante, estamos aqui realizando um ato de extrema grandeza, dizendo para a Bahia, para o Brasil e para a sociedade como um todo que neste Estado nós sabemos o tamanho exato que precisamos para termos estrategicamente como Estado que pode responder aos reclames e necessidades do povo. Não precisamos ter na mão do Estado uma Fonte Nova, como não precisamos ter na mão do Estado algumas situações que no passado foram revistas, mas precisamos, sim, que o petróleo esteja na mão do País, que a água esteja na mão do País, que a telecomunicação não esteja toda ela na mão de um setor privado, que os bancos tenham o Banco Central que possa dar linha às políticas econômicas. Este é o Estado no qual acreditamos, o Estado democrático do tamanho que o povo precisa.

Parabéns ao Sindae. Parabéns a todos os deputados e parabéns a você, Joseildo, que retomou esta discussão aqui no plenário, na Casa, e parabéns ao governador Jaques Wagner pela atitude mais uma vez corajosa e extremamente sensata com relação à defesa dos interesses públicos do nosso Estado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Incorporo ao nosso pronunciamento o seu aparte.

Gostaria de dizer que, neste momento histórico, é preciso que tenhamos um olhar para o passado recente. Como é que anda o financiamento para habitação de interesse popular, de interesse social? Como era o financiamento para o saneamento deste País? O País, hoje, se habitua a discutir nos três níveis da federação – a única federação trina do mundo – os grandes temas. O que seria do povo baiano se a Embasa fosse vendida, onde mais de duas centenas dos serviços que presta a vários municípios da Bahia não trazem o resultado que poderia atrair a iniciativa privada? Como é que poderíamos ter à disposição o subsídio cruzado? Como é que poderíamos manter no arcabouço jurídico do Estado da Bahia o entulho do autoritarismo que conflita com a Lei Estadual de Saneamento Ambiental, que é avançada.

Então, é preciso que a gente conviva, de forma harmoniosa, com o novo tempo que se instalou neste País a partir da Era Lula. A imprensa internacional tece loas ao que acontece neste País o tempo todo, e a grande imprensa sataniza o governo Lula e o governo Dilma, porque estão distribuindo a riqueza deste País e tirando tantos brasileiros da miséria, incorporando no mercado interno o consumidor pujante.

Acabamos a dívida externa, somos independentes, somos donos do nosso nariz, mas as elites e os que representam os interesses mesquinhos nos diversos parlamentos, nos três níveis da federação brasileira, não suportam o financiamento público de campanha que vem aí. O PT, que a mídia sataniza, está promovendo um projeto de iniciativa popular. A reforma vai pelo bem ou pela vontade soberana do povo brasileiro para que a gente não mercantilize as eleições, para que a gente não permita a sanha mercantilista da busca dos votos que trazem os parlamentos e que não traduzem a essência dos interesses e do que é o povo brasileiro.

Parabéns ao Sindae, parabéns ao governador Jaques Wagner, que é um estadista, e isso faz com que a Oposição fique nervosa. Infelizmente, é isso que acontece.

Um abraço, Sr. Presidente (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante, por inversão, do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, falará o deputado Marquinho Viana, pelo tempo de cinco minutos e os outros 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, sindicato aqui presente, venho a esta Tribuna, nobre presidente, para parabenizar o governador e os sindicatos pela negociação correta que fizeram e para não prolongar esse debate nesta Casa, quem deve dar mais, quem deve dar menos. Então, o governador que gere os

recursos. Não pode dar um aumento que ele não tem o recurso.

Sei disso porque, amigos, participei da Câmara de Vereadores em Barra da Estiva, minha mãe foi prefeita e lá as reuniões com os sindicatos eram todas abertas. O recurso que hoje um professor lá em minha cidade recebe por 20 horas é de R\$ 1.830,00 reais, quem tem 40 horas está dobrando. Então, isso o governador fez corretamente, e nós da Assembleia estamos aqui para acatar a vontade do servidor. Jamais iria votar contrário a todos vocês, porque também tenho familiares que são servidores públicos e não ia ser contra aos servidores públicos do Estado.

Sr. Presidente, venho a esta Casa para dizer que na semana passada aconteceu o V Encontro de Produtor Rural em minha cidade, Barra da Estiva, onde foi discutido todos os problemas da seca, dos produtores de café e de toda a região. E lá, meus amigos, tivemos o leilão de cavalos com a exposição de animais, que gerou renda e empregos para aquelas pessoas. Foram três dias de muito movimento na cidade.

Algumas pessoas reclamam, afirmam que os municípios que estão em situação de emergência não deveriam fazer o São João ou festas parecidas. Mas lá existe, em minha cidade, vários pequenos produtores rurais que parecem até que fizeram uma reforma agrária. Nenhum produtor, lá em meu município, tem mais do que 15, 20 hectares, pouquíssimos produtores têm até 100 hectares.

Então, foi um encontro muito proveitoso e quero dizer aos nobres colegas deputados, aqueles que não compõem a Comissão de Agricultura, que no próximo ano façam agenda, porque é um encontro que esteve presente, representando aquele encontro, mais de 200 municípios, representados por suas Secretarias de Agricultura.

Queria ainda parabenizar o nosso amigo prefeito de Serra Dourada, que estive lá com Bira Corôa e que fez também uma festa bonita para toda aquela população, que é uma tradição, naquela cidade, a festa do mês de maio.

Encerro, Sr. Presidente, porque durante os outros cinco minutos falará a nossa deputada Luiza Maia.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, do Partido dos Trabalhadores, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, quero retomar este debate dos sindicalistas, parabenizar o Sindae pela sua postura firme e dizer que, naquela luta pela não privatização da Embasa, só em Camaçari colhemos mais de 20 mil assinaturas junto com a Igreja Católica. Nós vencemos porque tivemos a coragem de ir para as ruas fazer o diálogo com a comunidade mostrando a importância da Embasa como está aí até hoje. Parabéns pela luta, companheiros!

Fomos provocados aqui pelos oposicionistas. Então volto a falar sobre a questão do sindicato pelego. Vi o Líder da Oposição lendo na internet o que era ser pelego, numa demonstração clara de que não tem o menor conhecimento do movimento sindical. Este termo é muito antigo. Conhece-o quem é sindicalista como nós, que lutamos a vida inteira debaixo de porrada, porque a Bahia se libertou e

começou a ter respeito pelo trabalhador a partir do governo Wagner. Não estou mentindo, porque todo mundo sabe como eram tratados os movimentos sociais e como hoje ainda eles querem tratar as Organizações Não Governamentais.

Não têm nenhuma moral política a Oposição para estar neste Plenário chamando de pelegos os sindicatos, que têm uma história de 30, 40 anos. Eles não sabiam nem o que era! Tiveram de ler aqui no papelzinho para poder explicar!

Acho que daqui temos de fazer a defesa dos sindicalistas. Eu defendo os da minha categoria. Fui provocada pelo deputado Sandro Régis quando ele disse que subo à tribuna para criticar o meu Líder. Critico quem eu quiser e achar que merece ser criticado. Estou aberta para aceitar críticas. E, a depender da situação, aceito ou não.

Democracia é isso! Quem ainda tem na cabeça o chefe que mandava, que decidia, que dizia que era esse ou aquele, que tinha de fazer assim, realmente não consegue conviver com a capacidade do governador Wagner para dialogar, convencer e mostrar aos sindicalistas os caminhos. Fizemos isso também no Planserv.

Infelizmente no ano passado não fizemos. Erramos. Um erro de condução deu o que deu naquela greve. E votei com a minha categoria. Tive coragem de votar contra o meu governador porque sou professora e naquele momento entendia que precisávamos abrir o diálogo, pois aquela condução não estava certa. E, além de abrir o diálogo, temos de transferir esse problema para a nossa presidenta, assim como a questão do pacto federativo tem de voltar à ordem do dia. Não dá para o dinheiro deste País ficar concentrado na mão da União enquanto os Estados e Municípios vivem em situação calamitosa.

Não participei da Mesa de Negociação entre os servidores públicos e o governador, mas a acompanhei. Vi a capacidade quando se tem transparência e diálogo. O resultado é este. Obviamente, a Oposição está frustrada. Mas ela que engula sua frustração, porque palanque de servidor público pra vir para cá fazer o que eles fizeram outras vezes não vai mais existir.

Está no *A Tarde* quem se pauta, como disse o meu Líder Rosemberg, quase ex: a Bahia incluiu 3,5 milhões de baianos que saíram da miséria. É isso que incomoda, porque fomos aqui acusados de ser pais da moralidade no meu pedido de aparte. Mas não somos. O PT é composto de pessoas da sociedade, e erros existem em todo canto e todo partido. Nós somos os pais, sim, de transformação, inclusão, distribuição de renda, Bolsa Família e outras questões mais que só o governo do PT começou a fazer, porque na época deles era crescer o bolo para depois distribuir. E só se distribuía entre eles!

É isso que está incomodando! Vamos colocar na mesa. Nada melhor do que o debate para se chegar à verdade, deputado Bruno. Vamos fazer a comparação. Os deputados Marcelino Galo e Joseildo mostraram aqui os dados. Ninguém fez pelo servidor público o que o governador Wagner fez. Podem criticar e podem discordar. Mas, na hora em que se chegou a um denominador comum, tudo isso foi fruto de transparência, coragem e diálogo durante os três dias de negociação.

Não me deixaram participar. Não me disseram onde seria a reunião. Mas estou

satisfeita, porque acho que nossos sindicalistas precisam ser respeitados e valorizados. E na hora que precisarmos fazer greve e engrossar fileiras, estaremos aí também para fazer, porque nós não temos donos, mordanças nunca mais no movimento sindical nem muito menos nos movimentos sociais.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Quero aproveitar este momento para registrar as presenças dos amigos e amigas de Teixeira de Freitas bem como da visita dos estudantes do Colégio Estadual Mário Augusto, que visitam esta Casa pelo programa “A Escola e o Legislativo”.

Quero, neste momento, conceder a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Sr. Presidente, falará, pelo PSB, o deputado Sargento Isidório por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório por 10 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores da imprensa, funcionários desta Casa, mui dignos homens e mulheres de luta do Sindae, dos sindicatos aqui presentes, da CUT, pessoas que criaram esta nova Nação, este novo Estado, responsáveis por tudo que há de progresso atualmente, porque com vossas bandeiras sempre ativas conduziram ao governo o governador Jaques Wagner, o ex-presidente Lula, a presidenta Dilma. Também abraço os estudantes que estão aqui, sejam bem-vindos, que Deus os abençoe, pois os estudantes são o futuro desta Nação. O maior patrimônio de uma Nação é a sua juventude, principalmente aqueles que estudam. Oxalá que para fazer a substituição nos parlamentos, nos executivos, no Judiciário vocês venham alçar voos muito maiores, que é um direito de todos vocês.

Mas, Sr. Presidente, como estamos hoje num debate, é natural, porque esta é a casa do povo, é a casa do debate, faço menção da palavra de Deus no livro dos Salmos, 133, que diz: “Ó quão bom bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” A Bíblia nos fala da necessidade da união para tratar todos os assuntos pertinentes ao povo, a um Estado, a uma Nação, e aqui diz que quando há união a bênção do Senhor desce sobre este local. Então seja numa residência, seja num órgão público, seja aqui no Parlamento, ou na sede do governo, é necessária a união para chegar a conclusões que favoreçam o coletivo.

Portanto, não poderia deixar de parabenizar o governador Jaques Wagner por nesta movimentação, nesta campanha salarial entender que o dinheiro não é tudo e que, às vezes, o funcionário público faz greve, não só pelo dinheiro, porque o funcionário público não é nenhum vampiro, não está apenas querendo trocar, receber o níquel. O funcionário público é mola-mestra de um Estado, é o funcionário que está aí para dar o funcionamento ao Estado. E nós, deputados, governadores, presidentes, somos eleitos por ele e estamos passando e eles permanecem aí com suas vidas, lutando sempre por um Estado melhor e não podem ser sacrificados e desrespeitados.

Por isso parabenizo o governador Jaques Wagner por, pelo menos, se não mais outro foi ouvido, mas lembro-me muito bem que há mais de dois anos venho dizendo: Sr. Governador, V. Exa vem do sindicalismo, Lula vem do sindicalismo, e não podem esquecer aqueles que foram bandeiras de luta, que serviram de escadarias para fazer os governos que aí estão.

E o governador está de parabéns, quando sentou com os policiais, com as associações; quando sentou com os professores, profissionais de saúde, médicos, então, sem discriminação nenhuma, ele deu mostras ao Estado, à Nação e ao Mundo de que é um homem republicano, democrata e de que é um homem que acima de tudo tem a verdade como escopo, é o sim, sim; não, não.

Tem político que para se ver livre de uma vaia, às vezes, trai uma nação fazendo tratos que não serão depois mantidos ou não serão depois cumpridos, e, às vezes, a gente tem a necessidade de ser vaiado, mas dizer a verdade que as pessoas precisam ouvir.

Nem sempre é possível a gente maquiagem a história, por causa das maquiagens é que nós temos muitos prejuízos por não ter sido dito as verdades que o povo precisava ouvir. Foi assim com o metrô de Salvador, que é um metrô calça curta, que está causando uma verdadeira “tranca rua” em nosso trânsito, porque Salvador está com um demônio centralizado nele, chamado de “ tranca rua”, que você não pode andar para lugar nenhum. Um pai de família, um estudante, uma mãe de família para chegar a uma faculdade, a um hospital tem que sair de casa duas, três horas antes do horário para chegar e depois que sai do trabalho, de suas atividades, leva mais três, quatro horas para chegar no seu destino e, portanto, cansados.

Graças a Deus, o prefeito ACM Neto já está também hoje aprovando na Câmara de Vereadores a lei que passa para o governo do Estado, enfim, o cambão, o condão para colocar o metrô para funcionar, para levá-lo, também, à Paralela, para Lauro de Freitas, para Pirajá, ou seja, estaremos resolvendo a mobilidade urbana em nossa capital.

Então, parabenizo o governo do Estado, o governador Jaques Wagner e sua equipe profícua, porque não tem governo bom se não estiver cercado de uma equipe também de excelência. Muito embora, aqui, ali, de vez em quando a gente via um ou outro secretário desrespeitando e querendo destoar.

Mas, meu senhores, minhas senhoras, eu não poderia deixar de tocar no assunto da psicologia. O Conselho Regional ou o Conselho Federal de Psicologia continua querendo proibir que psicólogos tenham acesso a homossexuais ou heterossexuais para tratar de sexualidade.

A Nação sabe que neste exato momento estamos debatendo contra ou a favor do casamento de homem com homem e de mulher com mulher. Isso é um direito no campo das ideias, cada qual tem o seu direito de ser a favor; outros têm o direito de ser contra.

Agora, como homem público, como pastor evangélico, fui colocado nesta Casa, com votos católicos, com votos evangélicos e tenho que manter a minha decisão contrária a esse casamento, porque entendo que se Deus fizesse o homem

para casar com homem, não teria feito Adão e Eva, teria feito Adão e Ivo.

E não adianta o SUS castrar o homem para transformar em mulher, porque o homem nunca vai ser mulher. O homem é diferente da mulher, o sexo feminino é macio, quando você dá um beijo na mulher, vê a língua escorregar. O homem tem língua com lixa, parece lixa de lixar ferro. O homem nasce homem, a mulher nasce mulher e não tem encaixe, não é perfeito, pode botar aparelho, corpo estranho, cinta, pode fazer o que quiser, sempre homem será homem e mulher será mulher.

Isso é um absurdo, isso tem que ser debatido, sim, com a comunidade, porque o governo federal, o governo do Estado não administram o dinheiro dos governantes, administram dinheiro público. Não é justo nós vermos tantas pessoas morrendo, com morbidade, com obesidade e não tem dinheiro para fazer cirurgia. Agora, qualquer *gay* aqui resolve mudar a sua condição, que está querendo fazer sexo diferente, aí o governo quer implantar condições para estar castrando o homem, o que vai dar infecção. É um direito quem quer ser *gay*, quem quer ser lésbica, esse direito tem que ser respeitado, não é crime nesta Nação ser homossexual, mas não pode criar ditadura *gay*, não pode criar a supremacia *gay*...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Para concluir, deputado Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Se meu pai fosse *gay*, se minha mãe fosse *gay*, deputado Rosemberg, eu não estaria aqui. Se o pai de V.Ex^a e vossa mãe fossem *gays* V.Ex^a não estaria aqui, o Parlamento estaria perdendo grandes homens e grandes mulheres.

Parabéns aos estudantes, parabéns ao povo do Sindae e da CUT.

Muito obrigado. (Palmas)

(Foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Zé Neto, Líder do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o Líder do governo, deputado Zé Neto, de Feira de Santana.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, deputados, deputadas, aqueles que nos assistem, não era para se ter nenhuma surpresa a atitude de alguns membros da Oposição, não digo todos, quando, no primeiro momento que não viram o palco para os discursos fáceis, se posicionarem contra os trabalhadores do Estado, contra as entidades.

Uma coisa é você ter uma posição, a outra coisa é não respeitar a hegemonia do processo democrático que existiu nessa nossa negociação. Das vinte entidades, uma foi contra o acordo, inclusive ligada a um agrupamento político que em Macapá deu 3%. Mas, isso é da democracia e essa entidade nós respeitaremos ela, nós

ouviremos ela, e nós faremos com que os acordos com ela praticados sejam cumpridos.

Não era de se estranhar aqueles que no passado usavam os microfones para chamar os trabalhadores de baderneiros, para chamar os movimentos sindicais de baderneiros. São os mesmos que aqui fizeram parte quando nós tivemos numa greve, uma greve prolongada que deixou marcas e ensinamentos para nós, todos, que vivemos nesse Estado. O nosso governador, o nosso governo, nesse momento que passou, tirou, sim, ensinamentos, e o ensinamento maior é que devemos sempre radicalizar no diálogo, que devemos sempre buscar o debate e a transparência.

E foi assim que botamos nossas contas na mesa. Nós trouxemos, com clareza, o debate linear, sem prejudicar nenhuma discussão que estava ocorrendo, categoria por categoria, nas mesas setoriais. Estas vão permanecer.

Diferente de Minas Gerais, por exemplo – que a Oposição tanto cita aqui –, onde não é linear. Lá os acordos são feitos por categoria. Mas é dessa forma, trazendo para cá a mágoa acima da coerência, que a Oposição age. E vou até fazer um apelo ao deputado Elmar, que teimará nessa irracionalidade se não admitir que votemos nesta tarde pelo menos a urgência. Na verdade, deveríamos votar este projeto ainda hoje, com dispensa de formalidades, para que esse recurso chegue à folha deste mês. Se fizéssemos isso, teríamos o acúmulo dos 2% de cada mês – janeiro a maio – gerando 10% na folha de maio. Essa dispensa é fundamental, Sr. Presidente, para que isso aconteça.

Mas parece-me que eles não aprenderam a ser oposição, buscando refletir os reais interesses da população. Gostam do conflito. Sei que isso é da democracia, mas é bom a Oposição lembrar que pais e mães de família poderiam receber ainda este mês, com mais tranquilidade, esses retroativos, que estão em torno de 10%.

Mas a Oposição volta a sua velha tática de espremer para ver onde vai doer. Não está satisfeita porque – infelizmente para ela – o governo acertou; o governador Wagner fez o correto. Enfim, atuamos como sempre.

Porque é bom lembrar que as duas greves que enfrentamos – a duas! – foram fatos intervenientes, que vieram de movimentos nacionalizados. Os 22% do MEC aconteceram em fevereiro, 3 meses depois de termos feito um bom acordo aqui. E naquele bom acordo, que virou lei, o relator foi um deputado da Oposição. Mas aí veio um fato externo, com 22% de aumento, quando eram 6,78. E aí não tínhamos receita.

Já a greve dos policiais, como todos sabem, veio do movimento em torno da PEC. Na verdade, ela visava estabelecer uma ação grevista em todo o País, e a Bahia foi o terceiro Estado a enfrentar aquele movimento paredista. Antes, esse movimento aconteceu no Rio, inclusive com morte, e no Piauí. Só depois ocorreu aqui, quando eles pensavam em ampliar a greve pela PEC 300. Era esse o movimento. Evidentemente, enfrentamos e todos nós sofremos, mas aprendemos.

Quero aqui reafirmar o nosso compromisso com a democracia. Não ficávamos, no passado, chamando os trabalhadores de baderneiros; nunca dissemos que sindicato não deveria existir. Sempre defendemos, sim, a democracia, a abertura. Enfrentamos

a ditadura militar, buscamos todas as liberdades, lutamos por um Estado com autonomia.

Por tudo isso, hoje vem nossa Bancada de governo votar, dando a demonstração do que é autonomia, o projeto que impede a privatização da Embasa. Dialogamos com o Sindae, sindicato representativo de uma categoria importante, para dizer à Bahia que a Embasa não vai mais ser privatizada, como queriam no passado.

Ouvi alguém falar aqui do aumento da conta cobrada pela Embasa. Desculpem-me, está 2% a mais do que deu no mesmo período – 6 anos – o governo passado, ou os governos passados. Com uma diferença, o aumento é de 2%, mas o investimento é sete vezes mais. São sete vezes mais investimentos. Vamos chegar ao fim de 2014 com 8 bilhões de investimentos em água e saneamento. Três milhões e meio de baianos que nunca beberam água de qualidade, hoje sabem o que é viver com dignidade bebendo água potável, limpa, tratada. Nós sabemos o que foi o saneamento para que este Estado se desenvolvesse na sua estrutura e na sua infraestrutura. E vamos continuar fazendo esse trabalho.

Para a Oposição eu vou fazer um apelo: façamos o que é correto. Mesmo que vocês não votem no projeto de 2% até o mês de junho e 5.84% até o mês de dezembro, que V.Ex^{as}, pelo menos, dispensem as formalidades, proporcionem aos trabalhadores baianos que possam ter nos seus salários o retroativo de 2% ainda esse mês. Não sejam perversos com o povo da Bahia. Não sejam perversos com os trabalhadores. Respeitem a autonomia dos trabalhadores. Respeitem as entidades que democraticamente participaram. E digo mais, ontem pela manhã, o Sindpoc fez uma assembleia, e esse reajuste foi levado à assembleia geral e lá passou por unanimidade. E V.Ex^{as} têm que entender que essa unanimidade é fruto do bom senso de termos trabalhado com as contas na mão, com o nosso governador frente a frente com os sindicalistas mostrando passo a passo as condições e as possibilidades do Estado.

Concluindo, o governo do Estado que garantiu para 92 categorias planos de carreira, regimentos internos, evoluções profissionais e que, pelo menos, em qualquer dessas categorias quem teve menos reajuste teve 30% de ganho real nos últimos 6 anos, muito diferente de quando tivemos greve no Estado e, em 12 anos, deu-se 20% de ganho real aos policiais. Nós já estamos com 80% de ganho real e vamos chegar a 104% até o ano que vem. E digo mais, muito diferente do que V.Ex^{as} fizeram com os professores que tiveram no período de 8 anos, com Paulo Souto, 6.4% e nós já demos 54.6% acima da inflação, 8 vezes mais do que V.Ex^{as} deram nos governos passados.

Encerro conclamando a Oposição, o meu amigo deputado Elmar. Deputado, vote contra, mas admita que possamos fazer a dispensa das formalidades para que os pagamentos retroativos possam chegar ainda este mês...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) aos salários dos trabalhadores da Bahia. E reafirmo: respeitemos o processo democrático. Há horas que a gente perde, há horas que a gente ganha. É do jogo da democracia. Nós tomamos vaias aqui neste mesmo plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:-(...) hoje, estamos sendo aplaudidos. Mas uma coisa é certa, temos uma direção, a direção da defesa do povo brasileiro, da sua autonomia e do seu caminho para uma vida melhor. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pelo tempo de 5 minutos, falará o Líder da Oposição deputado Elmar Nascimento e, nos 5 minutos restantes, o deputado Bruno Reis, vice-Líder da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Caro presidente, Líder do Governo, governo como um todo, é um tal de pedir para votar projeto a toque de caixa, com dispensa de formalidade.

O que esta Casa precisa, efetivamente, é se debruçar para votar projetos que beneficiem a população e acabar com essa palhaçada de votar coisas simbólicas criando factóide. (Palmas)

O governo votou aqui o pedido de urgência para votarmos hoje, e nós aprovamos, um projeto que é um factóide que revoga a autorização para que o governador privatize a Embasa. Ora, se o governo não quiser privatizar ele não privatiza, e pronto, e nos vamos votar a favor.

O que eu quero dizer é o seguinte: no final de março, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a cobrança de ICMS sobre a conta de água. Pois bem, se o Supremo julgou inconstitucional, tem que não cobrar e acabou, deputado Bruno Reis. E agora, no dia 29 de abril de 2013, em função da decisão do Supremo, o governador encaminha um projeto à Assembleia Legislativa alterando a Lei nº 7.014/96, que trata de ICMS, cumprindo uma determinação do Supremo Tribunal Federal para não cobrar ICMS sobre a conta de água.

Portanto, o Líder da Oposição não assina mais nenhuma dispensa de formalidade enquanto não for votado isso. Porque aqui o governador não pediu urgência. Para beneficiar a população e parar de cobrar imposto sobre a água, o governador não pede urgência, o Líder do Governo não entra com requerimento de urgência. Para dar um aumento irrisório ao servidor, para cobrar 9.8 de aumento na conta de água pede urgência, mas para desonerar o ICMS da cobrança de água, que é decisão do Supremo, não se pede urgência.

Portanto, quero comunicar ao presidente da Casa, que está tendo toda boa vontade de me pedir dispensa de formalidades para votar projeto de deputado em Jequié, na quinta-feira, que, dessa vez, enquanto não se votar um projeto que beneficie a população diretamente, que é esse que desonera a cobrança de ICMS, não sai mais uma assinatura de dispensa de formalidades (Palmas). Isso é um absurdo.

Esta Casa é desperdício de dinheiro público, esta Casa é para votar factóide, e não vou compactuar com isso.

Hoje, estamos aqui para votar o projeto que revoga a autorização da Embasa, que é importante e vamos votar a favor, como temos votado tudo. Semana passada, o Líder do Governo me disse que chegou a esta Casa um projeto que autoriza o governador a receber os trens de Salvador para resolver a questão do metrô e queria votar na semana que vem. Disse a S.Ex^a que podíamos votar hoje, porque se é para beneficiar a população podíamos votar hoje. Agora, deputado Zé Neto, me explique por que V.Ex^a não me pede dispensa de formalidade para esse projeto. Está aqui, é do Executivo, do governador, eu assino, vamos votar hoje para desonerar o servidor, vamos votar hoje, deputado Zé Neto, para desonerar o ICMS das contas de água do servidor. Vamos votar hoje, porque enquanto não votar esse, não vota mais nenhum com dispensa de formalidade.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ouço, com muito prazer, o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Elmar, quero parabenizar V.Ex^a.

Veja, deputado, ficamos aqui pacientemente ouvindo 20 minutos de discurso do deputado Joseildo acerca da Embasa, 10 minutos de discurso do deputado Zé Neto acerca da Embasa, e ninguém falou do reajuste da tarifa da Embasa, deputado Elmar. Ninguém falou desse projeto. Esse projeto, sim, é que os deputados do PT deviam estar na tribuna valorizando, vangloriando. O governador mandou, porque foi forçado a mandar, porque a Bahia era um dos dois estados da Federação que ainda insistia em cobrar ICMS na conta de água, onerando aquela conta em mais de 15, 17%.

Então, o governador, fruto de uma decisão do Supremo, como V.Ex^a bem disse, encaminhou a esta Casa, mas sem divulgar, sem solicitar urgência, sem nenhuma vontade de conceder, esse sim, deputado Elmar, um verdadeiro benefício à população. E, é bom que se diga, obrigado por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Parabenizo a V.Ex^a

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Concluo minhas palavras chamando os deputados do governo, o Líder do Governo, o projeto é de iniciativa do governador do Estado, do Executivo, sou Líder da Oposição, beneficia a população o projeto do governador, ele não pediu urgência, eu estou pedindo a urgência porque beneficia a população. Vamos votar hoje, deputado Zé Neto? Vamos beneficiar a população baiana eximindo uma coisa que o Supremo Tribunal Federal já decidiu, é inconstitucional cobrar imposto de ICMS sobre o fornecimento de água à população. É só reconhecer o que a Justiça já decidiu.

Muito obrigado pela paciência de V.Ex^a. (Palmas).

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Bruno Reis por até 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos das

galerias, em especial os alunos da rede pública estadual que hoje acompanham esta sessão, nesta tarde de 07 de maio 2013, uma tarde que poderia ser histórica se não fosse apenas o factoide político que o governo do Estado pretende criar com a revogação da lei que privatiza a Embasa.

Vejam vocês que incoerência. Hoje, a Embasa que deveria ter feito há um mês atrás e a Agerba não autorizou, informa ao cidadãos baianos um aumento de quase 10% nas contas de água. E esta Casa quer aprovar em regime de urgência apenas 2% de aumento para os servidores públicos estaduais. Todos vocês aqui são pais e mães de família. A conta vence no final do mês e essa conta já não fecha há muito tempo porque esse governo nunca promoveu um ganho real aos servidores, somente uma recomposição salarial ano a ano. Este ano tem a cara de pau, a falta de vergonha de propor uma recomposição abaixo dos índices da inflação. Por outro lado, quer aumentar em 10% a conta de água.

Fiz, semana passada, um apelo desta tribuna para que o governo revogasse o aumento extraordinário de 7.45 que vem incidindo sobre as contas de água desde o ano de 2011. O governo não teve a coragem de dar os 14.8% que a Embasa pediu, não teve coragem por conta da seca, por conta da falta de água constante em Salvador e na Região Metropolitana, pela falta de coragem e dá apenas 2% de aumento aos servidores.

Agora à tarde diversos deputados envergonhados com a sua história, muitos aqui têm história de luta, é verdade; história nas ruas quebrando o pau com a polícia, é verdade, para um dia chegar ao poder e fazer com que os interesses que eles sempre pregaram, iam para as campanhas com os contracheques dos servidores na mão dizendo que quando chegassem ao governo tudo seria diferente. E o que é que foi diferente? Mudaram só que para pior. Chegaram aqui e na hora de fazer traíram os servidores públicos do Estado da Bahia.

Iam dar o golpe na semana passada. Mandaram o reajuste na calada da noite, às vésperas do feriado de primeiro de maio. Era o presente de grego que iria dar aos servidores, só que os servidores se mobilizaram, tomaram conta dessa Casa e esses deputados que aqui estão hoje não tiveram nem coragem de pisar o pé aqui na terça-feira passada, fugiram, porque não têm coragem de olhar para vocês. Eles, sim, é que não têm coragem porque rasgaram a história de luta deles.

Mas tudo na vida passa e o mandato também passa. O mandato não é eterno e quem votou tira. Há deputado aqui nesta Casa que não aprendeu com o resultado das urnas no ano passado, tem deputado que não entendeu o recado claro que as urnas mandaram. As urnas mandaram um recado claro nas principais e maiores cidades da Bahia, onde tem eleitor livre, independente e soberano o PT foi derrotado e em alguns casos, humilhado pelas urnas.

Hoje, botaram água no chop da lei que revoga a privatização da Embasa porque infelizmente 10% de aumento ninguém aguenta. Ingressamos na Justiça quando foi concedido o reajuste extraordinário, conseguimos uma liminar que foi cassada pelo Tribunal, ganhamos o julgamento de mérito na primeira instância. O Estado recorreu e está pendente o julgamento da apelação. Ainda esta semana vamos

ingressar com uma petição e nós vamos, deputados da Bancada de Oposição, ao Tribunal de Justiça pedir que o Tribunal de Justiça de forma independente e soberana julgue esse processo e suspenda esse aumento abusivo e ilegal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Em se tratando de um assunto que vai determinar o rumo desta sessão, eu queria dizer ao deputado Elmar que fiquei feliz com a atitude que ele, evidentemente, tomou, agora há pouco, no Plenário da Casa, qual seja, a de encaminhar, de forma mais célere, uma dispensa de formalidade ao projeto de desoneração da tarifa de ICMS da Embasa.

Faria a ele mais um apelo, para que tome a mesma atitude em defesa do bolso dos baianos trabalhadores do Estado, que querem receber, ainda este mês, o retroativo do pagamento do aumento que acabamos de acordar com a classe trabalhadora e suas organizações sindicais e associativas.

Acho que seria uma medida de coerência, que demonstraria a grandeza da Oposição, porque a Oposição pensou que nós... Aliás, acho que estão muito emocionados, ou muito tensos, e não refletiram. Deputado Elmar, quem mandou o projeto de desoneração para a Casa fomos nós. É decisão do Supremo para todo o País. Todos os Estados estão na mesma situação, aguardando essa decisão. Inclusive, V.Ex^{as}. estão dizendo que só a Bahia cobrava isso ou aquilo. Nós não mexemos no que encontramos nesse aspecto do ICMS, tampouco poderíamos, porque a lei não permite desonerar nesse nível, com perda fiscal.

V.Ex^{as} haverão de convir que, neste instante, estamos aqui felizes pela atitude de V.Ex^{as}. Peço a Eliana que encaminhe para elaborar o pedido de dispensa de formalidade para o deputado Elmar assinar. Fiquei feliz porque ia encaminhar ao deputado Elmar mais dois pedidos de quebra de formalidades. Mas estava acanhado, porque realmente ele tem criado dificuldade, pois se ele criou dificuldade para desonerar o bolso dos trabalhadores que receberiam no final do mês esse aumento retroativo, fiquei receoso. Mas V.Ex^a se antecipou e me trouxe essa boa notícia.

Peço ao deputado Elmar que façamos aqui uma atitude de grandeza e assinemos, também, o nosso requerimento. V.Ex^a sabe que conta comigo quando é preciso negociar. Temos divergências e elas são naturais do processo democrático. Respeito a Oposição. Sem ela, não teria sentido a democracia.

No entanto, faço um apelo para que tenhamos a condição de dar aos trabalhadores, até o fim do mês, o esperado. O discurso já foi feito. V.Ex^{as} não aceitam. Mas vamos dispensar as formalidades para garantir o pagamento do retroativo, pois é um ato de grandeza, uma atitude humana boa e que não tira o discurso de V.Ex^{as}.

V.Ex^{as}. disseram: “Não prejudiquem os baianos!” Nós teremos, então, até o

fim do mês, para resolver. Em relação à retroatividade, peço a V.Ex^{as}. para refletir sobre isso e que, se for possível, façam esse ato de grandeza, pois todos nós aplaudiremos, principalmente os trabalhadores que aguardam o seu reajuste.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento, Líder da Minoria.

O Sr. Elmar Nascimento:- Nós, da Oposição, não fazemos oposição ao Estado, mas sim ao modelo de governo que está implantado neste Estado. E todos os projetos que vierem para beneficiar a população, somos os primeiros a levantar.

V.Ex^a já fez em diversos projetos pedidos de celeridade para votar. Entra com pedido de urgência para este do reajuste, que chegou hoje, mas não tem a mesma diligência, o mesmo cuidado de requerer urgência para o que beneficia a população na isenção de ICMS. Repito: cumprindo decisão judicial. Com a minha assinatura, a Oposição trouxe para V.Ex^a assinar o projeto do governo que votaremos hoje, graças à nossa iniciativa, beneficiando o povo.

Meu caro presidente, passaram-se os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, ou seja, durante quatro meses o governo fez os técnicos estudarem e agora encaminha um projeto de índice da reposição da inflação do ano passado, de janeiro a dezembro de 2012, cuja data é de janeiro deste ano para cá.

O governador manda o projeto a esta Casa com determinado reajuste. Depois, passa uma semana fazendo teatro com direção de sindicatos, os quais já estavam acertados com ele. Somos obrigados a votar o projeto que chegou hoje com reajuste abaixo do índice inflacionário do ano passado. Já há uma inflação em torno de 0.8 a 0.7% ao mês, de janeiro, fevereiro, março e abril, que já aumentou. E também já diminuiu o poder de compra do trabalhador, do servidor público nesse período de quatro meses.

Faço a contraproposta a V.Ex^a, deputado Zé Neto, qual seja, ligue para o governador. Se ele recompuser a inflação, retroagir nos 5.84%, voto agora. O governo cooptou a direção de sindicatos, mas não cooptou a Oposição. Servidor nenhum iria morrer de fome porque estaria garantida a retroatividade até janeiro, seja votado o projeto hoje ou daqui a oito dias. Estaria garantida! Ao receber em junho, receberá retroativo a janeiro?! Não importa! O prejuízo será permanente! Por que V.Ex^a não pensou nisso em fevereiro, março, abril e só está lembrando de um mês a mais agora? Por que não pensou nisso na semana passada? Ganharam mais um mês!

Deputado, V.Ex^a está agoniado porque sangra o governo o não cumprimento das promessas de campanha. O salário mínimo, deputado Zé Neto, que é o salário-base de diversos servidores do Estado, é de 600 reais hoje. Deputado Gaban, quanto é que dá 2% de 600 reais? Doze reais.

Então, V.Ex^a quer botar uma espada na minha cabeça para concordar em votar um aumento de R\$ 12,00 para o servidor?! Como diz o deputado Luciano Simões, não dá para comprar nem uma caxirola! Bata-me um abacate, deputado Zé Neto! Não sou pelego!

O governo cooptou a direção de sindicatos, que se entregou. A Oposição, não.

Nem cooptou o servidor da Bahia que não concorda. Chegaram mensagens ao gabinete dizendo para não concordar e não assinar. O servidor está conosco. Acesse o *Facebook*. Se V.Ex^a quiser, eu mostro. Só dá para tomar duas cervejas.

Ninguém aceita. É horrível. Os sindicatos estão desmoralizados. V.Ex^{as} ouviram calados, ontem, ao mostrarmos que os peleguinhos se entregaram. Os peleguinhos argumentaram com os deputados que são ligados aos sindicatos o fato de eles se calarem, aceitando a Oposição bater.

Hoje, falam de história do sindicalismo. É bonito na história, no livro, com quem tinha responsabilidade. O saudoso e inesquecível deputado Paulo Jackson deve estar no céu, porque era um homem de bem, todo arrepiado ao ver o PT mandar um projeto com aumento abaixo da inflação.

Pior: o sindicato o qual Paulo Jackson representou assinar um projeto destes, abaixo da inflação, de 2%! É uma vergonha, deputado Zé Neto! Fale com o governador para mandar um projeto de 5.84%, que voto hoje. Menos que isso não, deputado, porque é contra o servidor.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a deputada Kelly Magalhães falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães, pelo tempo de 10 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, esse debate é saudável, mas não estamos aqui, hoje, para defender sindicato porque ontem, aqui, falou-se e falou-se. E as declarações mais contundentes e mais duras saíram hoje e afetam às pessoas diretamente. Acho que se sentar à mesa de negociação com o governo não é crime nem nada de assombroso que possa tirar o poder da categoria e a capacidade de diálogo e de negociação dos sindicatos. Ao contrário.

E reitero e reforço o pedido do Líder Zé Neto para que haja consenso. É necessário que esse reajuste retroativo a janeiro possa entrar o mais rapidamente possível na folha para compensar as perdas salariais da categoria.

Sr. Presidente, agradeço à *TV Assembleia* por possibilitar que as pessoas do Oeste da Bahia assistam ao meu discurso. A frase do ex-governador Otávio Mangabeira é surpreendente: “Pense num absurdo, na Bahia tem precedente”. Em Barreiras, minha cidade, isso se confirma de uma forma absolutamente contundente.

Sr. Presidente, o Colégio Polivalente Prof. Alexandre Leal Costa foi construído na década de 70, portanto, funciona há mais de 40 anos. Surpreendentemente, agora ele tem um dono. O atual prefeito, que ocupa o cargo pela terceira vez, manteve como procurador do município, nos 8 anos dos mandatos anteriores, o Sr. Jesuíno, que, hoje, pode dizer: “Deite aí, Polivalente, que eu quero usar-lhe.” Ele apropriou-se do terreno do Colégio Polivalente com uma certidão falsa, já escriturada pelo município. Construiu um muro até a quadra e disse: “O terreno é meu, porque a escritura do

Estado é só de não sei quantos mil. Os outros tantos mil que sobraram são meus. E farei um empreendimento”. É essa a noção de responsabilidade que o gestor de Barreiras tem para com o povo.

A área dessa escola é muito grande. E essa briga começou na gestão passada, quando a ex-prefeita veio a Salvador e negociou com o Estado parte desse terreno para ser construído um estacionamento e mais uma rua de acesso, visando a desafogar o trânsito. A cidade é pequena e está congestionada com um grande número de carros e não há onde se estacionar, e reconhecemos que é preciso acelerar-se as obras do anel viário.

Para a nossa surpresa, apareceu o “Coronel Jesuíno” e disse que o terreno era dele e ali a prefeitura não poderia fazer qualquer obra pública. A prefeitura entrou na Justiça e ganhou a ação. Infelizmente, com a derrota eleitoral, ele encontrou o amigo, o amigão, o amigo do peito que em vez de se preocupar com as escolas e com a educação pública...

Até maio, em 70% das escolas municipais não há aula, não se sabe ainda por quê, em um governo que adotou como marca de campanha “Antônio resolve”; e como marca de governo “Barreiras urgente!” E a urgência não passa de um engodo. A urgência é apenas para atender aos apaniguados, aos amigos, aos compadres, àqueles que se estão beneficiando da máquina pública, com milhões e milhões em contratações sem licitação no município de Barreiras.

Estamos com uma ação já impetrada pelo Ministério Público, pelo promotor responsável pelo patrimônio público do Estado, para dizer que o terreno, ainda que não tivesse escritura, pela lei do usucapião, por há mais de 40 anos ter um prédio público edificado naquele terreno, já pertence ao erário público estadual. O que está acontecendo é uma espécie de grilagem moderna, abusiva e ofensiva ao povo de Barreiras.

O prefeito, antes de assumir o mandato, já queria tomar o prédio da construção do Ifba, e já havia acertado com o governo do Estado para fazer uma extensão e construir uma biblioteca. Fomos para cima e, daqui deste plenário, denunciemos e houve um recuo. Agora, na calada da noite, depois das ações, o prefeito enviou a vigilância sanitária na escola municipal para dizer ao diretor que lá havia foco de dengue e mandou interditar a escola. O diretor, na sua ingenuidade, interditou. Isso foi a ausência necessária para que, na mesma hora, atrevidamente, o suposto dono do terreno público colocasse um portão vergonhoso no Colégio Polivalente, pudesse fazer uma cerca quebrando a quadra da escola que serve à comunidade estudantil, que serve à comunidade de Barreiras, para demarcar o terreno e dizer “aqui é meu”, onde é propriedade pública.

Portanto, clamo à Justiça para que o Estado ponha o procurador estadual, que já está tomando conta, que a Justiça se faça funcionar, que essa vergonha, que essa barbárie não aconteça mais em Barreiras. Não é novidade o ex-prefeito agir dessa forma como está agindo. A grilagem agora é moderna, o amigo colocou o portão com o seu padrinho ao lado.

O atual prefeito já deu IPTU, já deu a escritura, nessa gestão, demonstrando o

respeito que tem pela educação e, acima de tudo, pelo povo de Barreiras e com as áreas que são construídas com recursos públicos.

Vimos a esta tribuna em nome do povo de Barreiras para denunciar, para prestar solidariedade ao diretor da escola que foi ameaçado diversas vezes pelo que se diz proprietário da escola, pelo filho do Dr. Jesuíno, que é advogado e foi procurador do município de Barreiras na gestão do ex-prefeito Antônio Henrique, de 1996 a 2004. Por incrível que pareça, nos oito anos em que foi procurador não conseguiu descobrir que o terreno pertencia à família dele. Só conseguiu descobrir agora, 40 anos depois, já no governo passado, disse que era dono do terreno.

Para azar do povo de Barreiras, que está sem educação, sem saúde, sem médicos, com ruas que continuam esburacadas, com saúde precária, os alunos sem aula, professores e servidores perdendo, a cada dia que passa, as suas gratificações, seus direitos conquistados na dura luta do movimento sindical. Aqui reforço a luta do movimento sindical, seus dirigentes e as entidades. Esse prefeito se preocupou em fazer apenas isso, retirar direitos e apadrinhar os amigos. Os amigos do poder agora têm tudo.

Repudio, falo em nome do povo de Barreiras, falo em nome da comunidade da Escola Polivalente, me solidarizo com seu diretor, Carlos Henrique, que já foi ameaçado e fez registro de ocorrência. Me solidarizo especialmente com todo o povo daquela cidade. Por ser uma escola estadual, peço ao governo do Estado que haja com o rigor que a situação merece. Não podemos perder espaços destinados à construção de equipamentos públicos, prejudicando a população, em benefício da riqueza pessoal de apenas uma pessoa. Estou aqui para denunciar essa vergonha.

A história, o passado do ex-prefeito de Barreiras não é segredo para ninguém. Esse passado de grilagem e de trabalho na sertaneja com essa função não é novidade para ninguém, especialmente para mim. Toda vida combati, serei mais uma vez porta-voz e combatente dessa vergonha, dessa espécie de grilagem moderna que agora, o prefeito usa a escritura de uma escola pública fraudada na Justiça, e nós vamos combater isso até o final. Portanto, deixo, aqui, toda a solidariedade à educação pública do Estado da Bahia, à Escola Polivalente, aos seus alunos, aos professores e ao diretor.

Espero que o Estado tome providências, para não deixar acontecer o que está acontecendo na cidade de Barreiras. Deixo também o meu repúdio mais veemente ao prefeito que deu a escritura vergonhosamente e ao que se diz dono do terreno e quer grilar modernamente um terreno público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Carlos

Gaban pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parece-me que o PT ainda não assimilou e absorveu o resultado das últimas eleições. Esse discurso raivoso, rancoroso, de volta ao passado, de ditadura, acabou! Eu dou exemplo, deputada, e vou citar...

A Sr^a Luiza Maia:- Não é bem assim, deputado.

O Sr. GABAN:- Eu tenho dados de V.Ex^a também e posso usá-los oportunamente.

Diferentemente do deputado Joseildo Ramos, eu tenho muito cuidado e fiz um levantamento dos 62 parlamentares desta Casa! Diferentemente de V.Ex^a que me desafia sem saber o meu comportamento nos cargos que eu exerci no Executivo e com os sindicatos... Caiu do cavalo! Eu, pelo menos, deputado Joseildo Ramos, vou lembrar dados de V.Ex^a. V.Ex^a, em 2010, quando foi candidato a deputado estadual, representando Alagoinhas, depois de ter sido prefeito, deputado Paulo Azi, por oito anos, teve 31.974 votos. Com tantos candidatos ao cargo de deputado na Bahia, essa foi uma votação espetacular!

Em 2012, esse discurso raivoso de V.Ex^{as}, que usaram como nunca o servidor público da Bahia, os policiais militares e os professores que faziam palanque eleitoral para o PT nas salas de aula... V.Ex^a descumpriu os compromissos que tinha com os professores e os médicos, e qual foi o resultado? Depois de uma eleição brilhante para o cargo de deputado com 31.974 votos, Joseildo Ramos, na eleição para o cargo de prefeito, era o líder absoluto de todas as pesquisas, nenhuma pesquisa indicava V.Ex^a com menos 60% dos votos, mas a população deu o troco! O deputado, que tinha 31.974 votos na outra eleição, teve apenas 23.947 votos e o seu oponente, Paulo Cezar, teve 61% dos votos. Esse foi o troco! O mesmo troco que a população da Bahia deu em Salvador, em Feira de Santana e em outras grandes cidades.

Esse discurso retrógrado não funciona mais! Falar em corrupção? Tem que se falar em aliança! Cade a aliança do PT com Fernando Collor, com Sarney, com Paulo Maluf, com Renan Calheiros, deputado Joseildo Ramos, deputados da Base do Governo? Mensalão! Tem corrupção maior do que o mensalão? Está aí sendo julgado PC Farias, que é aliado do PT, agora, no Congresso Nacional... Estão sendo julgados os mandantes! Os mandantes estão sendo julgados agora! O assassinato de PC Farias que, hoje, repito, aliado do PT! Vocês, do PT, fizeram e estão tentando afastar o presidente do Supremo para que ele não seja o relator do mensalão, para ver se coordena o sub-chefe, que é José Dirceu!

V.Ex^{as} responderam à população, dando posse no Congresso Nacional a dois condenados pelo mensalão. Eu quero ver! Se um cidadão comum, um servidor público se for condenado, ele vai para a cadeia, mas os condenados do PT assumem vagas no Congresso Nacional! Pior do que isso, o PT coloca os dois condenados do mensalão na comissão mais importante, a Comissão de Constituição e Justiça.

É esse o discurso que temos de fazer! O PTdoB, aliado de V.Ex^{as}, entra para aprovar a PEC 37, que tira do Ministério Público a atribuição de investigar. Vocês querem que a investigação seja feita por delegados de cada estado, que não têm a

estrutura necessária para isso. Até o próprio secretário da Segurança Pública, com a tranquilidade e a sinceridade que lhe são peculiares, diz que não há estrutura nas delegacias da Bahia.

Sabe por que V.Ex^{as} querem essa transferência de atribuição? Para o governador da hora, para o delegado chefe, aí sim, só fiscalizarem aqueles que queiram. Mas essa PEC 37 não será aprovada, porque há um movimento nacional. O PT não ganhará essa, não, porque só é a favor dessa PEC aqueles que têm medo de ser investigado neste País.

Vamos agora falar da seca. Não houve um programa sequer de perenização de rios e construção de barragens. Que governo é esse que gasta R\$ 7 bilhões, e não há nenhum programa de combate à seca? Que exemplo dá no gasto público? Que exemplo é esse em que há R\$ 1,6 bilhão... Como foi dito, tem de ver a arrecadação e o gasto.

A irresponsabilidade é do governo gastando na Fonte 00 recursos vinculados. Deixou de aplicar em educação, saúde, segurança para tampar a Fonte 00, que deu R\$ 1,6 bilhão de gastos desnecessários feitos por este governo, que não teve responsabilidade e descumpriu o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Falar de governo do passado?! Falar de privatização da Embasa?! Pelo amor de Deus, que moral tem o PT, que está privatizando, aqui na Bahia, os hospitais, que privatizou a Fonte Nova e todas as estradas? Salvador está sitiada por pedágios. Que moral é essa?

Falar de elite?! Nunca os bancos ganharam tanto dinheiro como no governo do PT. Quem conhece a elite é Lula, é o PT. Não venham com esse discurso retrógrado que não leva a coisa nenhuma...

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Está inscrito, Sr. Deputado.

Criticar os governos passados, quando os bandidos estavam nas cadeias e o cidadão andava pelas ruas de Salvador, que era uma das capitais mais tranquilas. Vamos pegar os dados de 2013. Em Salvador, tivemos 431 crimes dolosos, segundo dados do *site* oficial da Secretaria da Segurança Pública; enquanto em São Paulo, que tem uma população três vezes maior do que a nossa, houve, no mesmo período, apenas 305. É muito, sim, mas na Bahia há um genocídios. O nosso Estado foi, no ano passado, o recordista brasileiro em número de homicídios. Foram 40,2 homicídios por 100 mil habitantes. É recorde nacional.

Agora vamos falar de recursos. Dizem que não há dinheiro, deputado Joseildo Ramos. Pois bem, os recursos da receita corrente líquida, que define os gastos com pessoal, cresceram 12,76% em relação ao mesmo período de 2012. Como o governo não tem dinheiro? Isso está no *site* oficial da Sefaz. Está lá e qualquer um pode acessar. V.Ex^a tem a senha e pode acessar.

Repito, a receita corrente líquida, que define o percentual estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal para reajuste de servidor pública, cresceu 12,76% na Bahia. E agora vem com um reajuste de 2%. Se pegarmos, única e exclusivamente...

O Sr. Joseildo Ramos:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Vou conceder. É só concluir o meu raciocínio.

(...) deputado Joseildo Ramos, a inflação de janeiro a março deste ano, dá 1,94%. E olhe que estamos falando da inflação do ano passado. Esse reajuste do servidor público é referente ao ano passado, quando o índice inflacionário foi de 5,84%. O governo dá agora, retroativo, 2%.

Pelo amor de Deus! Só a inflação, repito, de janeiro a março deste ano é de 1,94%. Por que falo março? Porque o índice da inflação de abril não saiu ainda. (Palmas) Isso não recupera nem o índice inflacionário. Isso é um desrespeito, um sacrilégio, uma ofensa ao servidor público. Uma pessoa que recebe R\$1.000 ganhar R\$20,00 de aumento. Isso é brincadeira. Não dá nem para levar a família a praia, se tomar um refrigerante e comer um acarajé os R\$20,00 já se foram. Para aquele que ganha R\$2.000, os 2% que o governo do PT está oferecendo, é R\$40,00. E a inflação oficial desse período é 1.94% em três meses. Então é isso aí que nós não aceitamos e não podemos admitir.

Então, V. Ex^{as} utilizaram 7 bilhões de reais na seca, grande parte deles foram mandados para as ONGS, para os sindicatos. Por que o governo tirou a propaganda oficial do Água Para Todos? Porque não era água para todos, era falta de água para todos na Bahia. Agora que choveu, São Pedro resolveu, o governo voltou com a propaganda. Aponte-me, deputado Joseildo, uma barragem construída pelo governo. Governo que é sério constrói barragem para armazenar água nos períodos de seca.

Todos nós sabemos que 2/3 do território baiano está localizada no Semiárido. Então essa seca não é cíclica, ela já vem de anos e anos e só se resolve com dinheiro sério. Os funcionários públicos não podem ser responsabilizados pela falta de controle de um governo que não toma conta do seu custeio, tem gastos desnecessários e está querendo que o servidor público pague a conta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo: Sr. Presidente, por 5 minutos falará o deputado Alan Sanches e pelos 5 minutos restantes o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas e Deputados, demais presentes nesta sessão, estamos aqui, desde a semana passada, discutindo a questão já tão esperada do reajuste do servidor público. Acho que nem a Oposição esperava que o governo fosse tão diligente, tão rápido, tão eficaz nas negociações. O próprio governador, o que não é comum num governador estadual, sentou à Mesa de negociações com os servidores, prestigiando todos os servidores, como deveria ser, e conseguiu fazer a demonstração do que é a real situação do nosso Estado da Bahia.

Com isso, é claro, todo assalariado, todo servidor, todo funcionário vai sempre

almejar ganhar mais, e merece, pelo trabalho que é feito. Mas a possibilidade, em alguns momentos, não permite. É num desses momentos que a gente está se recuperando da crise mundial que passa. Isso foi demonstrado pela pessoa mais importante do governo do Estado, que é o governador. Mesmo assim ele conseguiu apertar o cinto e fazer a composição com todos os servidores. Os representantes de todos os sindicatos estavam ali, se não me falha a memória eram vinte sindicatos sendo representados naquela Mesa que conseguiu mostrar e bater o martelo num acordo. Agora, com isso, o discurso da Oposição ficou esvaziado. E não acho, essa é uma opinião minha, de bom tom sair criticando presidente de sindicato, representante de sindicato, porque naquele momento ele representa o sindicato, foi eleito para está representando toda aquela turma. Dessa forma, tem legitimidade para fazer isso.

Então, a partir do momento que o martelo foi batido e o acordo foi feito, acho que isso sela essa discussão. Tenho certeza que hoje já poderemos votar a dispensa de formalidades do reajuste dos servidores. Ao meu ver, não haverá empecilho, a meu ver isso não tem mais sentido.

Hoje, na Comissão de Saúde, apresentamos requerimento, junto com o presidente José de Arimatéia, convidando o secretário Jorge Solla para que ele venha fazer uma apresentação de todas as suas ações, dos avanços que tivemos na saúde em nosso Estado. Estará sendo encaminhado.

Quero convidar V.Ex^{as}, pois estaremos utilizando duas comissões, e tenho certeza que teremos grande participação. Será no dia da sessão da comissão, terça-feira, dia 21, e deverá começar às 10 horas.

Então, no dia 21, às 10 horas, meu colega-amigo, que sabe o respeito que tenho por V.Ex^a, espero contar com sua presença, juntamente com o nosso secretário Jorge Solla, que, inegavelmente, é uma pessoa que conta com a simpatia de todos os lados, todos os municípios, por conhecer muito o Ministério da Saúde. Por já ter sido Secretário Nacional, a primeira pessoa do ministro da Saúde, no governo Lula, conhece muito todos os programas.

Muitas vezes não é pelo dinheiro do governo, mas pelo conhecimento que tem, pela parceria que faz com o Ministério da Saúde, ele consegue desenvolver programas importantíssimos para a saúde em diversos municípios. Desafio, aqui, alguém que tenha levado um prefeito ao secretário e não tenha sido bem atendido e orientado.

Gostaria de lembrar algumas intervenções que estão sendo feitas pelo governo do Estado e não ouço meu amigo Carlos Geilson falar delas. São intervenções importantes. V.Ex^a, que passa pela Avenida Paralela, verá intervenções importantes que vão acontecer nessa avenida e que desafogarão muito o trânsito. Intervenções do governo do Estado, mas não escuto V.Ex^a falar sobre isso.

Também saiu ontem uma entrevista do secretário José Carlos Aleluia, ovacionando o nosso vice-governador e secretário de Infraestrutura, Otto Alencar. Mais uma vez o nome surgiu naturalmente. Mas quero deixar claro aqui, como Líder do PSD, que não haverá racha, já tentaram isso de todas as formas, porém não haverá. Se, no futuro, Otto for o nosso governador, será uma coisa natural. Tenho certeza que

sentaremos com todos os meus amigos da Oposição e discutiremos aqui, do ponto de vista ideológico, com toda a simpatia que tenho por V.Ex^{as}. Quero dizer que se for, será natural, senão será “senavoto”: 2014, 55.

(Não foi revista pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, nosso líder maior do Sudoeste da Bahia.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, assessores, senhores presentes à Galeria, é surpreendente o discurso da política que, infelizmente, em vez de clarear a realidade, de trazer luzes sobre os fenômenos que nos cercam, muitas vezes só serve para tornar opaca a realidade. Foi isso que levou, na antiguidade, na Grécia, à desqualificação do discurso da democracia.

Daí vieram as teorias dos governos de elite, porque no âmbito do debate democrático surgiram os discursos sofisticos e demagogos, que procuram esconder a verdadeira realidade.

É, no mínimo, risível ouvirmos, aqui, o discurso da Oposição. Quando o governador não negocia, ele é autoritário, quando negocia é porque quer enganar, ludibriar os sindicalistas, como se eles fossem bobos. Pelo contrário, os sindicalistas sabem os números, conhecem a realidade, o Orçamento do Estado, e sabem que nas negociações nós avançamos nos planos de carreiras e que agora, diante da dificuldade, foi melhor negociar esse acordo para avançar depois.

É assim a luta social na história contemporânea. Há momentos de estabilização, de recuos, de avanços, de conflitos. É assim que a história é feita, com independência e autonomia do sindicalismo.

Os nossos deputados da Oposição, que nunca gostaram de sindicatos, agora dizem que eles são pelegos porque fizeram um acordo que as categorias acharam interessante. Os parlamentares oposicionistas querem radicalizar. Mas, se os sindicalistas pudessem estourar uma greve nas empresas deles e também radicalizassem... Aliás, os deputados de oposição parecem verdadeiros guerrilheiros revolucionários.

O povo percebe que isso é conversa para boi dormir. Ora dizem que o governo não tem dinheiro e está falido. Depois vêm com uma conversa de que o governo tem muito dinheiro e poderia dar reajustes aos servidores públicos. Mas as lideranças sabem que o governo Wagner tem seus acertos e vai ter seus erros. É natural da política. E o governador Wagner é uma pessoa sincera. Pode ver nas suas ações. É claro que o Estado é grande, e as mediações das secretarias não permitem que S.Ex^a tenha acesso direto ao diálogo. Quando ele percebeu que o diálogo direto era importante, chamou a responsabilidade e foi negociar com todas as lideranças - aliás, coisa que os próprios partidos haviam recomendado há algum tempo na Casa Civil e Serin. O governador assumiu diretamente o trabalho das negociações debatendo com os sindicalistas, mostrou os números e os convenceu de que este é o caminho.

Para concluir, nobre deputado Alan Sanches, que assumiu na Mesa uma Secretaria ao lado de Rosemberg, quero dizer que é muito importante esta coalizão

política que estamos fazendo na Bahia para avançarmos na Bahia. Aqui a Oposição, além de fazer um verdadeiro malabarismo nas palavras, parece que é cega. No Sul baiano, em Vitória da Conquista, há mais de 30 anos não se tinha nenhum projeto para execução de barragens, mas o governador Jaques Wagner agora conseguiu investir lá 247 milhões em água. Estamos concluindo 124 milhões em saneamento. Toda a região está recebendo água da Embasa ou da CERB. Então, a Oposição está cega e não quer ver a realidade. Mas, se Deus quiser, o povo baiano não é cego e na hora exata vai dar a resposta a esse discurso falacioso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade de mostrar a realidade do que acontece naquela região.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PMDB/DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, vai falar por 5 minutos o deputado que vos fala. E, posteriormente, o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana e toda a região desse semiárido baiano com a repercussão regional. pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, que bom vê-lo sentado nesta cadeira de presidente. Acho que há uma simbologia muito grande entre V.Ex^a e ela. O deputado Alan Sanches já sentou nesse tipo de cadeira na Câmara Municipal de Salvador e experimentou do gostinho. Agora deve deixar para quem ainda não teve este prazer.

Eu vou me reportar à questão da violência na Bahia. Uma das vítimas mais recentes foi o vice-prefeito da cidade de Pedro Alexandre, Antônio José de Souza, o Tonho de Zezinho. Ele é do PTN e sofreu um atentado sábado à noite, quando trafegava pela estrada BR-235, que liga aquele município no Nordeste baiano ao povoado de Lagoa dos Porcos. Ele sofreu uma emboscada, teve ferimentos leves, mas, graças a Deus, está firme. Há informações de que esse é o segundo caso que ocorre no município de Pedro Alexandre em menos de 20 dias.

O presidente do PTN, nosso querido amigo Maurício de Tude, encaminhou ao secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, um ofício pedindo que a Secretaria da Segurança Pública agilize as investigações. Como se sabe, esse caso precisa ser esclarecido. Trata-se de um assalto? Trata-se de um atentado? O que de fato aconteceu?

A família PTN presta solidariedade ao nosso querido amigo Toinho de Zezinho, vice-prefeito do município de Pedro Alexandre.

Mas, meus caros deputados e deputadas, a mentira faz parte desse governo do PT. É uma coisa tão involuntária quanto o ato de respirar. Mente. Mente reiteradas vezes. O deputado Zé Neto quer jogar em nosso colo a não-votação do projeto de reajuste do servidor. Pasmem os senhores, sem nenhuma paixão política, sem

nenhuma questão ideológica: a data-base do servidor é janeiro. O governador poderia, perfeitamente, convocar a Assembleia, de forma extraordinária, sem qualquer ônus, sem recebermos nada, e votar o projeto em janeiro. Poderia fazê-lo no mês de fevereiro, poderia fazê-lo no mês de março, poderia fazê-lo no mês de abril. E agora, em maio, quer jogar em nossos ombros a responsabilidade de não votar o reajuste agora.

Deputado Zé Neto, deputado Zé Neto, vamos jogar claro. V.Ex^a joga para a torcida, mas nunca foi um bom jogador. Então, não tem habilidade, quer inventar, tentar mudar o rumo das coisas. A Oposição vota, tanto é que quer que o governo dê imediatamente 5,84%, como fez o prefeito Zé Ronaldo, em Feira.

A data-base do servidor de Feira é maio, e o prefeito já mandou para a Câmara 5,84%. A data-base do professor em Feira de Santana é o mês de maio, e o prefeito Zé Ronaldo já mandou para a Câmara. Dará 4% agora e daria 4% em novembro. Mas o prefeito antecipou e dará o restante em outubro, perfazendo o percentual de 8%.

Vamos ser claros, vamos ser transparentes. Não queira jogar no nosso colo, de deputados de Oposição, a não-votação. Fala em dispensar as formalidades. O governo teve muito tempo. Foram quatro meses fazendo os estudos e não conseguiu chegar a uma conclusão.

Deputado Alan Sanches, só para lhe responder de forma rápida, V.Ex^a disse que não falo das obras do governo Wagner. É porque o governo é tão pálido em termos de obras que não conseguimos enxergar nem usando óculos de alto alcance. V.Ex^a deve comprar um óculos de longo alcance, para que eu possa enxergar, dentro da palidez desse governo, alguma obra perdida em algum rincão da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rolemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que o espírito natalino tomou conta do nosso deputado e Líder Zé Neto. Hoje, aqui, ele teve atitudes que anteriormente não tinha. E eu pediria que, dentro desse “espírito natalino” e do espírito de transparência administrativa do governo do deputado Joseildo Ramos... E o deputado Zé Neto, quando foi comprovada aqui que a desoneração do ICMS da tarifa da Embasa foi uma decisão do Supremo, o sorriso dele foi igual ao do cachorro Rabugento do desenho animado, mas, de qualquer forma, no fundo ele concordou.

Deputados Joseildo, Zé Neto, Sidelvan, deputado Rosemberg, que faz discursos floridos de democracia e transparência, quero dizer a V.Ex^{as} que apresentei um requerimento à Mesa Diretora da Assembleia, no ano passado, em que pedia que o governador encaminhasse a esta Casa os gastos com suas viagens ao exterior, a partir de 2007. Esse requerimento foi à votação na Mesa Diretora da Casa e, infelizmente, a maioria, deputado Gaban, pasme V.Ex^a que foi presidente desta Casa, votou pelo indeferimento do meu requerimento que pretendia saber os gastos das

viagens do governador a partir de 2007. Usando da prerrogativa de todo o cidadão, logo após, deputado Gaban, o indeferimento da Mesa Diretora capitaneado pelo nosso presidente Marcelo Nilo, encaminhei, com base na Lei da Transparência, ao governo do Estado, através da sua Casa Civil, o mesmo requerimento: que o governador informasse, com base na Lei da Transparência, os gastos que fez, de 2007 até a data daquele requerimento, deputado Zé Neto.

Pela Lei da Transparência, o governo teria dez dias para informar a este parlamentar ou a esta Casa os gastos com essas viagens, que, até hoje, estão inócuas. E o governo passou pelos dez dias. Tenho colocado o advogado da Minoria indo a todo momento à Casa Civil, à Serin, e o governo não responde, apesar das diligências.

Hoje, deputado Carlos Geilson, deputado Paulo Azi, fui tomado de surpresa quando o gabinete do governador, deputado Marcelino Galo, que tanto discursa sobre a transparência pública, um resumo de um contrato em que é contratada, com dispensa de licitação, a Fundação Escola de Administração para prestar serviços especializados – pasmem os senhores! – para acompanhamento e avaliação das ações internacionais do governador, com vistas a subsidiar o Plano Estratégico de Missões Internacionais no exercício de 2013 a 2014.

Eu quero ver se os senhores entendem o serviço que essa empresa vai prestar, deputado J. Carlos. Essa empresa foi contratada pelo nosso amigo e grande secretário Fernando Schmidt, de Relações Internacionais. Eu vou chegar no valor. Olhem a missão, sem licitação: “Fundação da Escola de Administração. Objeto: prestação de serviços especializados para acompanhamento e avaliações das ações internacionais do governador, com vistas a subsidiar o plano estratégico de missões internacionais.” Sabe quanto custa essa bagatela desse contratinho sem licitação, essa brincadeirainha? Um milhão de reais, deputado Gaban! Um milhão de reais para subsidiar planos estratégicos de missões internacionais do governador Jaques Wagner! Isso é uma das maiores corrupções da História do Brasil – do Brasil, não é da Bahia. É uma dispensa de licitação de um milhão de reais para fazer um documento pífio sobre missão governamental internacional! Para que existe Assessoria de Comunicação Social? Para que existe a Secretaria da Fazenda. A Secretaria do Planejamento tem um secretário que tem um *know how* internacional. Meu Deus, que falta de vergonha!

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente Rosemberg, não tem dinheiro, que é menos do que uma caxirola para o servidor público, e um milhão para brincar de papelote de uma secretaria que poucos baianos sabem que existe, e aposto que neste parlamento são 63, se tiver 10 ou 15, que sabem da existência dessa secretaria. Vai gastar bagatela sem licitação de um milhão de reais para fazer um papelucho de viagens.

E o governador, deputado Rosemberg, não encaminha a esta Casa, descumpra a lei da transparência para que o povo baiano saiba quanto gastou o governador nas viagens infrutíferas de 2007 até a data de hoje. Descumpra a lei da transparência, descumpra as normas da Constituição Federal e ficamos a assistir essa verdadeira

esculhambação com o dinheiro público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de cinco minutos, o deputado Marcelino Galo e os outros 5 minutos, a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, presidente da Comissão da Verdade.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente deputado Rosemberg Pinto, Srs. Deputados, nobres Deputadas, senhores das galerias, servidores, quero registrar e parabenizar a presidente Dilma, que criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Então, quando falamos em governos, claro, que são períodos históricos que temos que fazer comparações. E agora mais uma ação dessa grande presidente que tem 79% de aprovação popular nunca vista na história deste País. Então, essa presidente teve a coragem. E nós no período da história do Brasil, tivemos o sistema nacional de assistência técnica, onde centralizava, organizava, capacitava e formava técnicos para uma missão tão importante, que é levar a assistência técnica pública aos médios e pequenos produtores rurais.

Então, o que foi que aconteceu no período passado? Vamos ver o que foram dez anos de Governo do Partido dos Trabalhadores e os dez anos anteriores ao governo. O governo do Sr. Fernando Henrique, numa aliança com o PSDB, o DEM e o PPS. E então essa Oposição, hoje, está se estruturando, o nobre deputado Carlos Geilson citou o meu nome aqui. Então, é o PMN e o PPS, que já deveria ter tirado partido popular da sua legenda há muito tempo, eles vão criar o Movimento Democrático. É o MD. Mas, na verdade, não é isso, é o mais DEM, porque agora vai ser o DEM, o mais DEM e o PSDB representando os interesses da direita brasileira que, naquele período que Fernando Henrique governou, destruiu este País, privatizou.

E isso não é passado, temos que rememorar para o povo lembrar o que foi aquele Governo. Foi um desemprego. Depois veio o presidente Lula, 19 milhões de empregos gerados, formando uma nova classe trabalhadora neste País, incorporando ao mercado de trabalho, que se tornou um dos mercados mais potentes do mundo, o mercado interno cobiçado a nível internacional, que criou o ProUni, que gerou um milhão e trezentos mil filhos de pretos, de pobres e índios que tiveram acesso à universidade, que criou 12 universidades federais novas neste País. Isso é que tem de comparar. O que fizeram no período anterior? Fernando Henrique Cardoso proibiu a criação de cursos técnicos.

Temos muito orgulho do que fizemos. Aqui se fala da ação 470 do antigo mensalão, o sistema eleitoral brasileiro que se fala tanto. Vão à matriz, à mãe geradora do sistema eleitoral e político que leva ao crime.

E o que fez a comissão política, instalada nesta Casa, para discutir a reforma

política? Vamos ver os resultados. Vamos aprovar o financiamento público de campanha. Vamos fazer com que o Parlamento seja representativo do que é a sociedade brasileira.

A Câmara Federal e o Estado da Bahia, ali representado com seus 39 deputados federais, têm, apenas, uma mulher ali naquela Casa. Isso é uma distorção. Como vamos continuar elegendo trabalhadores, não vamos ter pobre, não vamos ter preto, não vamos ter nenhum que não seja indicado e escolhido pelos grandes empresários que são os que elegem neste País, porque, na eleição passada, quando vemos a correspondência dos que se elegeram, foram justamente os que mais arrecadaram.

Então, vamos à raiz do problema. Vamos fazer uma reforma política que democratize esta sociedade de fato e avancemos para uma democracia participativa e não torne uma democracia representativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Sindicalistas que hoje nesta tarde mais uma vez aguardam pacientemente a votação do projeto da lei que elimina em definitivo a perspectiva da privatização da Embasa, os debates hoje, deputado Joseildo, foram calorosos nesta Casa. Obviamente, cada um de nós faz o nosso papel.

Nós, como deputados de governo na defesa daquilo que acreditamos, como na transformação que o estado da Bahia vem sofrendo. E os deputados da Oposição que ficaram sem o discurso que poderia ser repetido. E é isso que faz com que tenhamos a votação nesse momento, como pedi ao nosso Líder do Governo, fazendo com que isso possa atrasar.

Mas eu queria, nesta tribuna, parabenizar o governador e parabenizar os sindicalistas, pois hoje o debate aqui foi muito acalorado sobre esse tema, e a responsabilidade e o compromisso que tiveram os servidores, pensando na Bahia a longo prazo, já que aceitaram essa negociação, tão bem conduzida pelo governador do Estado. Os sindicalistas que lá estavam aceitaram a proposta, deputado J. Carlos, V. Exa que é um homem oriundo do sindicalismo e acompanha muito de perto sabe muito bem como esse debate se dá, é que o governo, com a responsabilidade que tem ... Óbvio que se o governo do Estado pudesse dar um reajuste maior teria dado, porque o compromisso que esse governo tem é diferenciado de outros momentos.

E eu já vivi nesta Casa e vivi como servidora pública, deputado Gaban, como V. Ex^a, o que foi em outros momentos o tratamento dado aos servidores públicos do Estado. É bom que a gente não traga mais uma vez para esse debate, porque senão teria que buscar os dados, os elementos, trazer o testemunho de tantos que estão aqui, de tantos outros sindicalistas, de tantos outros servidores que, como eu, como V. Ex^a, passaram pelos quadros do Estado durante muito tempo e sabem a forma como

éramos tratados, deputado Neusa Cadore.

Mas queria aqui me referir ao deputado Carlos Geílson que disse que o deputado Joseildo, me parece, está precisando de óculos, porque não se vê uma obra do governo do Estado na Bahia. Eu devo dizer que é só andar pela BR-324, pois vai ver ali a maior obra de intervenção viária dos últimos anos, a ligação da Via Expressa da BR-324 com o Porto de Salvador. Uma obra de mais de 400 milhões, que já está na fase final, ao final do mês de agosto deve estar completamente construída, e, de fato, resolveu o problema da tão famosa Rótula do Abacaxi, que deixará de ser Rótula do Abacaxi e será batizada com outro nome. Essa intervenção garante que aquela obra, inicialmente projetada na gestão anterior da Prefeitura de Salvador, que seria apenas, deputado Gaban – V. Ex^a que é técnico – uma linha de interligação da via exclusiva dos transportes de cargas pesadas para o Porto de Aratu, integre-se no sistema viário da cidade, resolvendo um problema de mobilidade complexo, difícil daquela região. Portanto essa é uma das obras que está aí aos olhos de qualquer um de nós que queira ver.

Associado a isso, só nesse último mês, o governador deu ordem de serviço para os três viadutos da Paralela: a interligação que tanto clamávamos de Narandiba com o Imbuí, da via Edgar Santos com o Imbuí; do outro lado, outro viaduto que interligará o Imbuí com a Avenida Edgar Santos; ordem de serviço para duplicação da Avenida Pinto de Aguiar, já para ser iniciada; a ordem de serviço para mais quatro passarelas na Via Expressa Bahia de Todos os Santos, que pela primeira vez tem uma ciclovia implantada, diferentemente das rodovias e das vias e das avenidas implantadas anteriormente, como é o caso da Avenida Luís Eduardo Magalhães. Srs. Deputados, pasmem, mesmo sendo uma avenida nova, recém implantada no governo Imbassahy, não tinha baia para parada de ônibus. Não havia nem possibilidade de construção de abrigo de ônibus para que houvesse parada e atender a população que mora no entorno.

Portanto, é apenas um pouco de boa vontade para verificar tudo aquilo que está sendo feito em nosso Estado. Vamos ter muito o que trazer aqui a esta tribuna, porque não falei de nenhuma das obras de requalificação urbana que estão sendo feitas em Salvador. São dezenas delas. Vamos ter oportunidade, ao longo dos próximos dias de vir a esta tribunas dizer aquilo que o governo do Estado vem fazendo em Salvador, diferentemente do prefeito desta cidade que, até este momento, nenhuma intervenção fez, e que o diga a ligação de Pirajá-Suburbana, que está completamente intransitável.

Obrigada , Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A sessão foi prorrogada pelo tempo de 1 hora.

(Os Srs. Deputados fizeram acordo de prorrogação de sessão por 1 hora.)

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa).
Aprovado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado pelo Líder do governo, deputado Zé Neto, que requer nos termos do artigo nº 74, inciso II do Regimento Interno desta Casa, urgência para tramitação do projeto de lei nº 20.270/2013 de autoria do Poder Executivo, que reajusta os vencimentos, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.

Para encaminhar, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar o deputado Elmar Nascimento na condição de Líder pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Presidente, hoje nós discutimos aqui, discuti na segunda-feira com minha Bancada, porque, historicamente, a nossa Bancada conversa com os sindicatos, porque entendia que os sindicatos representavam os interesses dos servidores e sempre que esses sindicatos aqui esciam com reajustes que eram encaminhados pelo governo, prontamente, dispensávamos as formalidades para que imediatamente os servidores possam ter sido beneficiados.

A data-base do servidor público do Estado da Bahia é em janeiro. Passou o mês de janeiro inteiro, o mês de fevereiro, o mês de março e mês de abril, completamente. E o governador encaminha uma proposta. Tivéssemos nós um governo, deputado Gaban, sério, que agisse com o coração, pensando no servidor para cumprir os compromissos de campanha, de dar um ganho acima da inflação aos servidores e de outro lado, também, responsabilidade com as contas do Estado, o governador diria ao secretário da Fazenda e do Planejamento: *“Tragam-me o número máximo que eu puder contemplar o servidor, porque quero dar o máximo que o cofre do Estado suportar”*. E depois de quatro meses, encaminharia esse número a esta Casa, diante de discussões de uma Mesa de enrolação que é permanente. Mas se passaram quatro meses e o governador, estranhamente, manda 2,5%, menos da metade da inflação acumulada de janeiro a dezembro, sem tratar da inflação de janeiro, fevereiro, março e abril que já chega na faixa de 3,5%.

Pois bem, estranhamente, o governador chama os sindicatos que admitem assinar um acordo que se reduz, com base em quê? Segundo os jornalistas, me diziam há pouco, os sindicatos admitem que o governador abriu as contas e admite que a receita corrente líquida do Estado subiu 12%.

Qual é a justificativa plausível, de que tendo um incremento de 12% na receita, só possa dar 2,5% para os servidores? A única é que está havendo desperdício de dinheiro e por isso está utilizando esse desperdício, o dinheiro da recomposição do servidor. Onde estão os ralos, deputado Gaban? No Reda, que segundo os técnicos do Tribunal de Contas do Estado, foram 20 mil no ano passado, no total de 250 milhões. São os PSTs que houve uma evolução de 2006 da ordem de 64 milhões para 350 milhões no ano passado, quase cinco vezes maior. Existiam em 2006, vinte

secretarias de Estado, hoje existem 31 secretarias. Existiam em torno de oito mil cargos comissionados, foram criados 1.589 cargos comissionados. Recursos transferidos para ONGs ao longo dos últimos seis anos foram na ordem de 1,6 bilhões.

Passa a forma de governar do aparelhamento do Estado, é problema do governo a forma de governar, mas, não com o salário do servidor. E a perda é eminente. Essa pressa toda agora, eu lhes pergunto: tem autoridade o governo, depois de passar quatro meses para mandar o projeto, quando tem uma mesa de negociação permanente, mesa de enrolação, melhor dizendo, manda um projeto numa semana e altera na semana seguinte? Ou seja, nós não podemos mais dar credibilidade aos números do governo, porque se o governador tivesse chegado a um número justo ele não podia abrir mão, porque ele já tinha dado o máximo. Quando ele abriu mão e avançou ao longo de negociar uma semana, ele demonstra que ele pode permanecer nessa negociação.

Portanto, não vão ser esses 2% que, de qualquer maneira, seja votado hoje, seja votado a semana que vem, vai retroagir a janeiro, que vão resolver a vida do servidor. Portanto, para dar tempo para o governador pensar melhor nos compromissos de campanha, para que a bancada do governo pense melhor, para que os sindicatos possam convocar a sua base a se pronunciar, e não numa reuniãozinha fechada com meia dúzia de pessoas, porque as manifestações que nos chegam dos servidores são inúmeras, descontentes com esse aumento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Nós vamos votar, Sr. Presidente, contra o requerimento de urgência, para ver se chega juízo na cabeça do governador, e na semana que vem a gente possa votar os 5,84% que recompõe a inflação de janeiro a dezembro do ano passado, porque de janeiro para cá não há como recompor especificamente.

Portanto, a Oposição, infelizmente, repito, porque nós somos a favor dos servidores, temos que defendê-los, já que os sindicatos se entregaram, vota contra a urgência desse projeto, para que ganhando uma semana o governo continue a discussão e possa chegar juízo, e dar o aumento que os servidores merecem, porque dinheiro tem.

É nesse sentido que vota a Oposição, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar o nobre deputado Capitão Tadeu, como Líder.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários desta Casa, senhores, eu não participei das negociações do governo com as associações e sindicatos. Mas, eu gostaria de fazer aqui um registro por conhecer a idoneidade dos membros dos sindicatos e das associações.

Por exemplo, na Polícia Militar o Prisco participou, pela Aspra, da primeira

reunião, e das dezoito associações e sindicatos que participaram, dezessete fecharam o acordo, apenas uma não fechou o acordo. Eu, particularmente, acho que o servidor não deve abrir mão do retroativo, dos 3,84%. Eu acho que não se deve abrir mão de direitos, porque quando se abre mão de direitos hoje, vai-se terminar perdendo direitos sempre.

Mas, se nós temos sindicatos e associações e nós delegamos esse poder, nós podemos até questionar, mas atacar a credibilidade, a honra dos sindicalistas, eu acho que já há um passo muito grande nisso.

Eu manifestei a questão do retroativo, que não deveria abrir mão, era para ser 1º de janeiro o aumento integral, mas acho que se eles sentaram e fizeram um acordo nós temos que questionar e pedir explicações, o que levou os sindicatos a fecharem o acordo. Mas, atingir a honra dos sindicalistas e das associações, aí eu não concordo, porque eu conheço a maioria dos sindicalistas, a maioria dos presidentes de associações, e vejo que são pessoas sérias, são pessoas que lutam pela sua categoria.

Então, quero aqui fazer esse registro para se tomar cuidado para não atacar a honra das pessoas sem que a gente saiba o que está acontecendo diante disso.

No mais, quero deixar esse registro, Presidente, que eu discordo apenas do retroativo não ser integral, mas quero aqui respeitar os sindicalistas e as associações que estiveram sentados lá, apenas o respeito à integridade moral, porque não podemos atacar a honra de ninguém sem que tenha nenhuma prova contra isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de informar aos senhores deputados que a Assembleia Itinerante, na próxima quinta-feira, na cidade de Jequié, será de 10 às 15 horas, tendo em vista que o avião não sai no período noturno.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que o deputado que não for para essa sessão terá o ponto cortado, vez que foi uma decisão da Mesa Diretora, aprovada com muita antecedência. Gostaria de fazer um apelo aos Srs. Deputados para que estejam presentes, vez que pretendemos votar a redução do recesso e outros projetos, se os Líderes concordarem, *in loco*, no momento da votação.

Então, faço um apelo aos Srs. Deputados, pois no próximo mês de junho será na cidade de Porto Seguro. Em agosto, será na cidade de Alagoinhas. É pelo critério de população. Depois de Alagoinhas, salvo engano, é a cidade de Paulo Afonso, e depois Barreiras. O critério é de população.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, quero esclarecer aqui algumas coisas que foram ditas. Por exemplo, que tivemos um crescimento de receita maior do que o crescimento de valor de pessoal e custeio. O crescimento de receita, confirmei aqui agora, a receita de corrente líquida – vou entrar no crescimento de receita total, foi 8,5% o da receita total, porque estamos falando aqui de ICMS.

O ICMS foi um pouco maior, mas ICMS, é bom lembrar que nós, infelizmente, tivemos um crescimento de ICMS bom, relativamente bom, mas tivemos uma frustração de receita do ponto de vista geral, com a desoneração que o Estado sofreu. E isso vai dar uma perda de quase R\$ 720 milhões, como foi dito pelo próprio secretário aqui.

Agora, é muito bom lembrarmos aqui que existem situações que precisam ser colocadas com clareza, para que tenhamos responsabilidade com o que estamos construindo. Nós temos, repetindo mais uma vez, dois tipos de reajustamento para todas as categorias neste Estado. Um é o que estamos dando agora, linearmente, para todas as categorias, e o outro é o que estamos dando, paralelamente, em negociações por categoria, especificamente.

Eu quero dizer aos deputados da Oposição, que essa atitude, inclusive, de não votar hoje a dispensa de formalidades, é uma atitude dura, mas o governo vai fazer todo o esforço para, mesmo assim, pagar este mês ainda a diferença do que temos com relação ao mês de janeiro até maio, para que em maio essa diferença seja paga.

Este é um momento de extrema responsabilidade com as questões atinentes ao trabalhador, ao servidor do Estado. No mais, quero apenas salientar, já disse agora há pouco, que não me traz nenhuma novidade a atitude agressiva dos que aqui tentaram, nessa Bancada, tratar os trabalhadores de forma extremamente agressiva e, diria, injusta, porque os trabalhadores, quando votam e elegem seus dirigentes, dão legitimidade a seus dirigentes.

Estavam lá entidades legítimas, que foram responsáveis por um acordo dentro da possibilidade do governo e das contas do governo. Sentamos com as contas na mão e foram três dias de muita avaliação técnica, de muita avaliação do panorama econômico estadual e nacional e de muita avaliação de todas as questões que estavam intrínsecas nas negociações, caso a caso, categoria por categoria.

E quero lembrar que este governo é o governo que não dá nem para comparar, em termos de ganho real para essas categorias, com os governos passados. Eu até acho que o desespero que bateu na Oposição, e vejo aqui, como vejo o deputado Carlos Geilson, que acabou mostrando quem é, eu sempre disse isso, sempre foi de pegar o microfone no seu programa, ser contra greve, chamar de baderna, dizer que é um absurdo. E, hoje, quando não teve os aplausos da classe trabalhadora, logo logo foi achincalhando, agredindo, chamando de pelego.

Acho que tudo isso é normal, não é novidade. Isso é apenas a velha tônica do que foi a vida toda e, por alguns momentos, no discurso fácil, recebeu alguns aplausos daqueles que de forma organizada constroem uma caminhada.

Quero dizer à Oposição: tenhamos consciência, nesse momento, da importância de votarmos esse projeto. Faço um apelo ao deputado Elmar: deputado, façamos com que sejam dispensadas as formalidades e, com essa dispensa de formalidades, possamos garantir aos trabalhadores da Bahia o ganho retroativo. É esta a minha chamada. É este o meu discurso.

E quero deixar o meu agradecimento à Bancada do Governo que tão sabiamente decidiu coletivamente, na semana passada, não votar o requerimento de

urgência e tem dado toda sustentação às decisões desta Liderança. Com a decisão correta que tivemos na semana passada, juntamente com o governador, levamos à frente um novo momento de diálogo, com mais determinação, com mais aprendizado, aprendizado que veio da vivência desses anos de governo e na consciência e na certeza, Sr. Presidente, já encerrando, de que estamos não só repactuando, mas ampliando ainda mais a nossa responsabilidade com a classe trabalhadora e com os destinos deste Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Inicialmente, gostaria de dizer, deputado Zé Neto, que parece que V.Ex^a confundiu as coisas.

A receita corrente líquida, tirei do *site* Sefaz, do Fiplan, que agora está funcionando. Coincidentemente, é bom deixar alertado, o Fiplan só está conseguindo emitir o relatório após o anúncio pelo governo, do acordo que fez com os sindicatos. Antes disso, nós não tínhamos acesso a essa informação. No *site* da Sefaz, a receita corrente líquida foi de 12,76% no período de 2012, deputado Zé Neto. Então o que lhe passaram e V.Ex^a, talvez, tenha confundido é que houve um acréscimo na arrecadação, aí sim, do ICMS, em janeiro, de 300 milhões; em fevereiro, 180 milhões; e, em março, houve uma queda. Havia a expectativa de 250 milhões e foi apenas de cento e poucos milhões. Então essa é a confusão que V.Ex^a fez e que eu gostaria de corrigir.

Segundo, Sr. Presidente, é sobre a decisão de cortar o ponto se houver votação no interior. Nenhum deputado, acredito eu, não quero entrar em outros méritos no momento, até para não expor a Casa, mas eu acho, se houver *quorum* de votação, que não tem havido, para votar algum projeto. Inclusive, deputado Elmar, gostaria que V.Ex^a como Líder da Oposição verificasse, porque não pode haver votação lá porque nenhum deputado é obrigado a ir para o interior. A minha sede é aqui, fui eleito para estar aqui no prédio da Assembleia Legislativa. Isso é assunto definido.

Finalizando, Sr. Presidente, não sei se V.Ex^a vai colocar para votação. Se assim for, gostaria de pedir a verificação de *quorum* de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, o seguinte: o presidente vai cortar o ponto de quem não for. É questão da presidência. Em qualquer trabalho se o servidor não for trabalhar, o presidente da empresa pode cortar o seu ponto. Segundo: a transferência do Poder Legislativo para a cidade de Jequié na quinta-feira foi decidida no plenário, aprovado por unanimidade, depois de ter sido aprovada na Mesa, não foi uma decisão do presidente. Foi aprovado. Então o deputado tem a obrigação de estar presente, na próxima quinta-feira, independentemente de haver votação ou não.

Se V.Ex^a não pode ir é uma decisão de V.Ex^a que eu respeito. V.Ex^a tem a obrigação de vir para o plenário, na próxima quinta-feira, é na cidade de Jequié.

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, primeiro queria dizer que concordo com o deputado Gaban. Acho que, se V.Ex^a levar essa discussão e colocar em votação a questão do recesso em Jequié, vamos estar fazendo algo surreal. Se discutíssemos um tema relacionado com a microrregião de Jequié, até respeitaria a decisão de V.Ex^a. Essa discussão sobre o recesso tem que ser feita às claras, com o maior quorum possível. E quero, inclusive, adiantar o meu voto, eu sou contra a diminuição do recesso. Acho que levar essa discussão para a cidade de Jequié ou qualquer cidade, com todo o respeito à população de Jequié, é algo que tem que ser repensado. Inclusive, gostaria de falar com o Líder do meu partido, se estiver presente, que eu não concordo. Inclusive, queria também conversar com o Líder do governo.

Segundo, Sr. Presidente, tenho uma reunião às 11 horas com o secretário da Fazenda para discutir a diminuição da alíquota do ICMS, a queda da alíquota do ICMS do querosene para que possamos levar um vôo para Paulo Afonso. Há 3 anos estamos discutindo isso e essa decisão pode sair na quinta-feira. Não posso justificar minha ausência por estar participando de uma reunião tão importante.

Terceiro, continuo achando que o Poder Legislativo poderia ser transferido, mas não em dias de reunião ordinária. Acho que isso tinha que ser repensado

Quarto, acho que há decisões que não podem ser só da presidência, elas têm que ser da Mesa Diretora.

Portanto, a minha questão de ordem vai nesse sentido. Gostaria de contar com a compreensão de V.Ex^a. Gostaria também que V.Ex^a, antes de colocar essa questão em votação, já que existe uma questão de ordem, que desse o tempo de 25 minutos, ao tempo em que convocamos todos os deputados do governo a se fazerem presentes aqui neste plenário.

O Sr. Capitão Tadeu: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu: - Sr. Presidente, acabei de fazer um encaminhamento em que defendia a integridade moral dos sindicalistas e presidentes de associações que participaram das negociações com o governo. Disse que, particularmente, não concordei, mas que respeitava a integridade moral daquelas associações e sindicatos.

E, na referência que fiz, citei que o vereador Prisco participou da primeira reunião com o governo, dizendo, inclusive, que ele participou com toda credibilidade por parte dos policiais militares. Mas queria ressaltar que o vereador Prisco participou apenas da primeira reunião. Ele não participou das outras duas reuniões onde concluíram pelo acordo que foi anunciado.

Era esse registro, Sr. Presidente, que queria fazer.

O Sr. Elmar Nascimento: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento: - Sr. Presidente, apenas reforçando a questão de ordem do deputado Capitão Tadeu, porque recebi um telefonema do vereador Prisco dizendo que ele participou apenas da primeira reunião para receber a proposta, mas que se retirou e se posicionou contra, e é contra o acordo nos termos de não recompor

a inflação retroativamente a fevereiro. Ele nos pediu que fizesse esse registro de que a associação dele se coloca contra o reajuste ser colocado dessa forma.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões, depois deputado Gaban.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, a data da sessão itinerante de Jequié foi uma data que deveria ter sido repensada. Os municípios que foram ultimamente emancipados nesta Assembleia Legislativa, a sua maioria faz aniversário no dia 09 de maio. São inúmeros. Aniversário da cidade é uma data que o deputado tem inauguração de obras, onde temos prefeitos, e tem a representatividade do parlamentar em cada município.

Entendo que vai dificultar a presença dos deputados naquela sessão do município de Jequié. Tenho o maior interesse de estar naquela sessão, mas tenho que fazer um horário entre dois municípios que ficam no extremo norte da Bahia e ao mesmo tempo estar presente em Jequié. E não tenho avião, vou ter que fazer um esforço hercúleo.

Então, V.Ex^a podia repensar. Tivemos agora a questão de ordem do deputado Paulo Rangel que, com toda razão, tem um problema que é de grande monta com relação ao município onde ele tem a sua maior base de votos, creio que V.Ex^a deveria levar em conta todos esses fatores que estão rodeando essa sessão do dia 09.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com o que colocou o deputado Paulo Rangel. Dizia ao líder Elmar Nascimento que não se pode ter votação nessas regiões. É questionável, é até viável a Assembleia se deslocar para discutir problemas regionais, mas votação nunca.

Por sinal, tenho um compromisso porque sou engenheiro. Nesses dois anos que fiquei fora daqui voltei a minha profissão. Tenho uma reunião, uma assembleia convocada com muita antecedência pelos sindicatos de engenheiros da Bahia e já confirmei minha presença. Não posso estar lá e aqui. Sou engenheiro e tenho também que cumprir. Gostaria de fazer as duas coisas, ir à reunião do sindicato a qual já me comprometi, inclusive com a participação do CREA e tudo mais ou iria para lá para a votação. Quer dizer, a ida de uma Assembleia itinerante é uma coisa, projeto de qualquer natureza não pode ser votado, só se for regional. E de relevância como esse que é o recesso, tem que ser discutido aqui com a presença de toda a imprensa da Bahia, porque o que acontece em Salvador repercute na Bahia inteira. Então, tem que ser um voto claro, transparente como defendeu o deputado Paulo Rangel.

Solicito a V.Ex^a que pondere juntamente com os líderes, com o governo, com a Oposição, bem como a Mesa Diretora que reveja essa questão. Assembleia itinerante é uma coisa, votação de projeto de interesse da Bahia e do Legislativo no interior, a meu ver é improdutivo. Não podemos nos deslocar ainda mais com compromissos assumidos, o deputado Paulo Rangel também tem um compromisso que não depende

dele, quanto a mim os sindicatos decidiram isso e tenho que estar lá.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, gostaria mais uma vez de parabenizar V.Ex^a e a Mesa Diretora pela iniciativa da realização das assembleias itinerantes por várias cidades em nosso Estado da Bahia.

E dizer aos nobres deputados Gaban e Paulo Rangel que discordo deles, o papel da Assembleia itinerante não é só discutir os problemas regionais de cada região, vai muito mais além disso. O intuito da criação e da elaboração da Assembleia itinerante é para você reproduzir ao máximo para que a população de cada região possa presenciar, participar, procurar se informar e conhecer como é o trabalho da Assembleia Legislativa.

Então, isso, deputado Gaban, incorpora sim votação. Tentamos ainda incluir muito mais ainda do que você, por exemplo, reunir as comissões; nós procuramos igualar ao máximo ao que é uma Assembleia ordinária. Isso pode ser sim uma votação ou não. Acho que essa iniciativa foi muito importante, os deputados podem conhecer os problemas de cada região, do nosso Estado, e também para as populações das regiões conhecerem.

É praticamente impossível você levar os 63 parlamentares, nós sabemos disso. Cada parlamentar tem um compromisso, um outro tem outro compromisso. Acho que é obrigação dos parlamentares se esforçarem ao máximo para presenciarem e participarem das Assembleias itinerantes que acho que é um momento ímpar, um momento muito importante de a Assembleia Legislativa poder conhecer os rincões do nosso Estado e as diversas regiões do nosso Estado e também para o povo da Bahia conhecer como funciona uma sessão ordinária, como funciona o trabalho dos Srs. Parlamentares, como funciona o sistema de votação, como funciona a distribuição dos horários e dos tempos partidários para cada orador fazer uso da palavra.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, para finalizar, quero parabenizar V.Ex^a e a Mesa Diretora pela iniciativa da realização da Assembleia itinerante na minha querida cidade de Jequié e estaremos lá para contribuir e abrilhantar essa importante sessão, Sr. Presidente.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Fabrício Falcão.

Faço um apelo aos Srs. Deputados para concluírem a fim de votarmos.

O Sr. Fabrício Falcão:- Acho que a sessão itinerante tem uma importância fundamental para que possamos aproximar-nos do povo da Bahia e mostrar como funciona o Parlamento baiano. Estamos vendo aqui, claramente, que um grande número de deputados não estará presente à sessão por motivos diversos, como o de aniversário de cidade etc. Por isso deveríamos ter o bom senso de tirar de pauta a votação da diminuição do recesso e, na próxima terça-feira, aqui, na Casa, com toda a imprensa baiana presente, votar esse projeto específico.

Peço aos nobres colegas que querem votar pelo Sim ou pelo Não para deixarem para a próxima terça-feira. E os outros projetos de deputados, individualmente, poderiam ser votados em Jequié na quinta-feira.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Depois concederei a questão de ordem.

Mas, antes, vamos zerar o painel e marcar os 25 minutos.

Zerem o painel. Marquem os 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar registrem suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu, quando percebi que as sessões itinerantes não estavam levando nada de objetivo para as cidades, decidi que não iria mais a alguma delas enquanto não fosse para votar algum projeto de interesse para as regiões. Hoje, alegrei-me quando V.Ex^a anunciou a possibilidade da aprovação de tais projetos para Jequié, sessão a que também não iria.

Todavia, ao ouvir o pronunciamento do deputado Paulo Rangel, o qual entendo que tem razão, e os de outros deputados que também têm outras atividades que não na Plenária, mas de interesse da comunidade, como no meu caso, porque todos os dias interno 10, 15, 20 pessoas que vêm do *crack* – eu tenho essa função pela manhã –, eu não poderia deixar de parabenizar V.Ex^a por tirar do papel o sonho do baiano de ver a Assembleia Legislativa otimizada, melhorada e sendo levada a diversas regiões de nosso Estado.

Então, gostaria de propor a V.Ex^a, tendo em vista a importância do deslocamento desta Casa e do custo que representa para os cofres públicos e também o interesse, tanto do povo de Jequié como dos deputados, pois a Casa é coletiva, que suspendesse, se fosse possível, esta sessão por até 10 minutos para que todos pudessemos conversar com mais calma e achar um ponto pacífico, evitando que V.Ex^a não seja homenageado lá, pois percebo que os deputados têm o maior respeito por V.Ex^a e vontade de estar na sessão, pelo povo de Jequié e pela condução que V.Ex^a tem dado à Casa.

No entanto, vejo que pode não sair como é de sua vontade se não houver a reunião. Então, sugiro que V.Ex^a suspenda a sessão por até 5 ou 10 minutos para que possamos discutir e trazer uma decisão que não saia cara e que o povo em Jequié não seja constrangido com a não aprovação de projetos devido à ausência de deputados.

Muito obrigado.

A Sr^a Ivana Bastos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem da deputada Ivana Bastos.

A Sr^a Ivana Bastos:- Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, a Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste havia aprovado nesta Casa várias visitas aos canteiros de obras. Então, para a próxima quinta-feira, com a realização da sessão itinerante no Município de Jequié, a comissão aprovou, na última reunião, também fazer uma visita ao canteiro de obras da FIOL. Está marcado para sairmos

daqui às 6h30min, e às 8h30min estaremos lá, em Jequié, visitando esse canteiro, conversando com os consórcios e com a Valec.

Aproveito esta oportunidade para convidar os demais deputados que estarão em Jequié para que também se façam presentes a esta visita, quando nos será oferecido um café da manhã, para vermos como está aquela área, aqueles lotes. Sabemos que já foi licitada a ponte, que era uma grande dificuldade para a continuação das obras naquele município.

Então vamos acompanhar de perto as obras da FIOL.

Muito obrigada.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei a questão de ordem, primeiro, ao deputado Targino Machado. Em seguida, ao deputado Zé Neto.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, fui um daqueles deputados que aplaudiu a iniciativa adotada pelo conjunto desta Casa para a celebração das sessões itinerantes desta Assembleia no interior.

Mas confesso a V.Ex^a que tenho me sentido, desde a primeira sessão, absolutamente lesado, enganado, porque ela foi um verdadeiro 171. Todos nos mobilizamos – de forma especial, eu e o deputado Carlos Geilson –, travamos na imprensa e nesta Casa uma luta hercúlea, seguindo a trilha do ex-deputado Colbert Martins, para a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana.

Esta Casa foi, festivamente, transferida para Feira de Santana. Fizemos aquela primeira reunião itinerante e aprovamos – por isso é 171 – a Região Metropolitana de Feira de Santana, que é uma zona metropolitana para inglês ver. Qual foi o efeito que ela produziu? Nenhum.

Então, Sr. Presidente, o que nasce viciado há de morrer com a continuidade do vício; há de levar *ad eternum* esse vício.

Não irei a essa reunião em Jequié não por essa razão, mas por outra. É que não estou podendo fazer deslocamentos longos de carro, e nesse tipo de aeronave eu não vou. Portanto, não vou por impedimentos de ordem de saúde. Se V.Ex^a determinar o corte do meu ponto, problema.

O prejuízo com essa sessão itinerante, Sr. Presidente, não será do deputado Targino Machado nem dos deputados faltosos. O prejuízo com essas sessões itinerantes tem sido do cofre público, porque está se gastando uma fortuna para não se produzir efeito nenhum.

Esta Casa não vota projetos de autoria de deputados. A Comissão de Constituição e Justiça está cheia, repleta de projetos bons, úteis, produzidos por deputados do governo e da Oposição. Cadê a força-tarefa prometida para se aprovar projetos de autoria de deputados nesta Casa?

Não irei na quinta-feira, por isso não discutirei a colocação do deputado Paulo Rangel.

Solidarizo-me, em tese, com o que sustentou V.Ex^a aqui, deputado Paulo Rangel. Penso que precisamos ter cuidado: primeiro, com o dinheiro público que está

sendo jogado no ralo com essas sessões. Até porque não sei o quanto custa uma sessão itinerante para avaliar, deputado Gaban, o custo/benefício. Se a sessão itinerante vale a pena em relação ao dinheiro que se gasta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:-Segundo, existem coisas que precisam ser tratadas às claras. Se for para diminuir o recesso, votarei. Esta Casa precisa votar para diminuir o recesso igualando os 30 dias de férias de todos os operários do Brasil. Mas esta Casa quer fazer 171 de novo, reduzindo para 60 dias, porque não produzirá efeito nenhum. Ninguém trabalhará.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:-Ninguém terá férias aqui de sessenta dias. Todo mundo continuará com os noventa dias, Sr. Presidente.

Concluo a minha questão de ordem solicitando a V.Ex^a que, por favor, nos informe qual é o custo da assembleia itinerante desta Casa no interior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino, por favor, solicite por escrito que encaminharei à Mesa Diretora para aprovação.

O Sr. Targino Machado:- Tenho a impressão de que o requerimento pode ser verbal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a quer o quê? Quanto custa a assembleia itinerante? Encaminharei para a V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro, não sei de onde veio essa animosidade toda com a assembleia itinerante. Foi uma decisão acertada desta Casa, concordo com o deputado Leur.

A Assembleia Itinerante aconteceu em Itabuna, Juazeiro e Feira de Santana. Acredito que por ter sido realizada uma assembleia itinerante no mês de abril e outra a ser realizada neste mês, tenha gerado essa animosidade.

Sr. Presidente, captando o que deseja a Bancada, para não haver mais polêmica com relação à votação sobre o recesso, solicito que seja feita na Casa. Até porque valorizará as presenças dos Srs. Deputados que não irão à assembleia itinerante. E reitero o meu sentimento de ir a Jequié. Só não participei da assembleia itinerante que ocorreu no mesmo dia do aniversário da minha esposa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados Zé Neto e Targino Machado, sou apaixonado pelo contraditório. Na democracia, o contraditório é o mais belo. No início da assembleia itinerante, vários deputados do governo me criticaram dizendo que eu estava instalando-a para atender às solicitações dos deputados da Oposição.

Hoje, vejo quatro deputados da Base da Oposição criticar a assembleia itinerante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto que quero votar, deputado Targino Machado, é do Líder de V.Ex^a, deputado Elmar Nascimento. O bom da democracia é o contraditório. Hoje, o Líder do governo defende a assembleia itinerante. O Líder em exercício, deputado Gaban, critica.

O Sr. Gaban:- Não! Não é criticar, não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isto é o bom da democracia, deputado Bruno Reis: o respeito ao contraditório.

Tenham certeza de que os deputados que criticam raramente participam da assembleia itinerante. Não é o caso de V. Ex^a!

O Sr. Targino Machado:- Então, V.Ex^a concorda que o governo é 171.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isto não é problema da Assembleia, pois foi aprovado. Compete ao Poder Executivo cumprir. Permita-me, deputado Targino Machado, não é problema do Poder Legislativo que cumpriu com seu papel, aprovando a Região Metropolitana de Feira de Santana. Compete ao Poder Executivo executar. Não compete à Assembleia Legislativa. É lei sancionada pelo próprio governo do Estado. V.Ex^a, como deputado de Oposição, faça um requerimento e cobre das autoridades competentes.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Elmar Nascimento, com requerimento?

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, apenas para concordar com o posicionamento do deputado Zé Neto no sentido da manifestação justa. Sou o maior interessado pois a PEC é da minha autoria. Mas ficaria registrado, e depois adversários poderiam explorar que determinado deputado deixou de votar a PEC da redução do recesso. Então, é justo que essa PEC seja votada aqui na Assembleia.

Associo-me à proposta do Líder do Governo para que V.Ex^a marque a data, que pode ser na próxima terça-feira, para que votemos a PEC.

Aprovo e sou um dos maiores entusiastas dessas Assembleias no interior. Não tem custo; o custo é o da democracia, muito mais barato. Lá no interior produz-se muito mais, ficamos próximos da sociedade, é o custo da democracia, é importantíssimo. A comunidade fica sabendo o que estamos fazendo. Sou pessoalmente favorável, a nossa Bancada é favorável à realização das Assembleias Itinerantes no interior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como encaminha a sua Bancada, deputado?

O Sr. Elmar Nascimento:- Associo-me ao Líder do Governo no sentido de que essa questão da PEC seja votada aqui, para que todos os deputados tenham oportunidade de participar dessa votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos travar esse debate na quinta-feira, na Assembleia Itinerante.

Como recomenda a sua Bancada? Deputado Zé Neto recomenda sim.

Como recomenda a sua Bancada? Deputado Elmar Nascimento recomenda não ou sim?

O Sr. Elmar Nascimento:- Recomendo não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados da Oposição, não; deputados do governo, sim.

Em votação. Quem é a favor do requerimento do deputado Zé Neto, vota sim. Quem quer rejeitar, vota não.

Em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Aprovado o Requerimento de Urgência do deputado Zé Neto, inscrito sob o nº 7.891/2013, com 37 votos **Sim** e 15 votos **Não**.

Tendo em vista que o deputado Jurandy Oliveira não votou, registro o seu voto neste momento.

V.Ex^a vota Sim ou Não?

O Sr. Jurandy Oliveira:- **Sim**.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aprovado o Requerimento de Urgência com 38 votos **Sim** e 15 votos **Não**.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é o projeto de lei nº 20.200/2013, de autoria do Poder Executivo, que revoga a lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, que autoriza o Poder Executivo a promover a desestatização da Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A – Embasa.

PROJETO DE LEI Nº 20.200/2013

Revoga a Lei 7.483, de 17 de junho de 1999, que autoriza o Poder Executivo a promover a desestatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, que autoriza o Poder Executivo a promover a desestatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos; de Saúde e Saneamento; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo, para relatar a matéria, meu querido amigo, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo

Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero, neste momento, falar da importância desta iniciativa do governo estadual, em articulação com a nossa iniciativa, aqui, no Parlamento e com o entendimento e uma construção junto ao Sindae e suas lideranças.

Quero destacar, aqui, a presença do vereador Gilmar, juntamente com os seus.

O Sindae, na direção das suas tradições, entende que estamos apenas no começo. Existe a luta pelo assento no Conselho de Administração da Embasa e também a luta pela ampliação do Programa Imobiliário das Empresas da Administração Indireta do Estado da Bahia.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde e Saneamento, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.200/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual 'revoga a Lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, que autoriza o Poder Executivo a promover a desestatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA.'"*

O projeto que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a revogar a Lei nº 7.483, de 17 de junho de 1999, que autorizou o Poder Executivo a promover a desestatização da EMBASA, buscando, o Governo do Estado, com a medida, 'garantir a segurança e a qualidade da prestação do serviço público essencial de tratamento, abastecimento, produção e distribuição de água, de que trata o art. 10, inciso I, da Lei Federal nº 7.783/89, notadamente visando proteger o bem tutelado pelo art. 26 da Constituição Federal', segundo registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

A proposição, encaminhada a Assembleia Legislativa no dia 21 de março, durante Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial da Água, encerra uma campanha iniciada ainda na década de noventa, envolvendo diversos setores da sociedade baiana contrários a privatização da empresa.

De igual modo, entende este Relator que o processo de tratamento e distribuição de água, este bem público essencial a vida, não pode ser submetido a iniciativa privada, que seguramente relegaria a segundo plano o caráter social e o interesse público, voltando suas ações para a obtenção do lucro, objetivo maior da atividade empresarial privada.

Trata-se, portanto, de uma proposta do mais alto interesse da população da Bahia, devendo receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que este atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2013.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o nobre deputado Gaban, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, antes de entrar na discussão direta deste projeto, gostaria de voltar ao assunto das Assembleias Itinerantes.

O deputado Paulo Azi representa, entre outros colegas, a Oposição na Mesa Diretora. Não vejo nenhum sentido, como se posicionaram os Líderes da Oposição e da Maioria neste Legislativo, em haver votações nas Assembleias Itinerantes.

Equivocadamente o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, disse que sou contra as Assembleias Itinerantes. Não entrei neste mérito. Mas vou entrar agora. Até acho que para você levar os planos, discutir os planos regionais, tem mérito a Assembleia itinerante, mas é preciso ver as ponderações levantadas por alguns colegas, como o deputado Targino Machado. Acho elas que devem continuar – se for o caso, otimizarem-se os custos. Estou falando sem conhecimento dos custos, mas vou aprofundar-me também nesse assunto –, porque são fundamentais para a discussão dos problemas regionais. Porém, sou extremamente contra a transferência de votação daqui, do Plenário.

Gostaria de fazer uma proposta, deputado Zé Neto, e tenho certeza que o Líder da Oposição irá concordar: já que todo mundo quer discutir o recesso, vamos aprovar hoje, aqui, a diminuição do recesso. Para que protelar para a semana que vem se a imprensa está presente aqui? Podemos colocar em votação hoje o projeto de diminuição do recesso parlamentar. Por que não? A imprensa está presente e vamos aproveitar que hoje há quórum de votação para votarmos. Agora, querer falar escondido em Jequié, onde não haverá quórum!

Aliás, a Assembleia itinerante não tem tido quórum suficiente. Nunca terá presentes 38 parlamentares, porque nunca houve esse quórum. Não será lá, em Jequié, que irão 38 deputados.

Jogar para a plateia? Não. Quer votar? Votamos hoje, de maneira clara, aberta, com a *TV Assembleia* para filmar. E mandaremos, para as emissoras que não foram informadas, uma cópia do requerimento. Vamos votar aqui, hoje.

Porque, deputado Paulo Azi, a Mesa quer aprovar essas coisas no interior? Vamos ter transparência. Já passou da hora desta Casa ficar votando às escondidas. Por que não votar hoje, deputado Carlos Geilson? V.Ex^a poderá ir amanhã à rádio em Feira de Santana e dizer no seu programa que o projeto foi votado. Aprovado ou reprovado, não vou entrar no mérito, mas vamos fazer as coisas às claras. Por que fugir do debate, por que se esconder no interior? Não há sentido, deputado Herbert. A coisa tem que ser feita aqui.

Deputado Zé Neto fica fazendo assim com a mão. Isso, para mim, não funciona! Esse não, para mim, não! Tem que votar é hoje e não se esconder em Jequié! Votaremos, hoje, aqui. Sei que V.Ex^a também vai concordar. Por que não

votamos o projeto hoje – aprovando ou reprovando, não entro no mérito –, às claras, e não no interior do Estado?

Vejo aqui presente jornalista do jornal *A Tarde*, por exemplo, o de maior circulação da Bahia. Vejo aqui presentes representantes de vários veículos da imprensa.

É hoje que temos que votar, Sandro Régis, não vamos nos esconder! Tenho certeza que a Oposição aprovará a dispensa de formalidades para se votar hoje o recesso. O resto é balela, é conversa fiada.

Entrando no mérito, deputado – gosto do deputado Paulo Rangel porque ele é provocativo –, defendo pessoalmente e vou colocar minha posição de maneira clara. Acho que não devem ser 60 dias. Na minha opinião, devem ser 55 dias. Por que 55 dias? Porque foi o que definiu o Congresso Nacional. Se tudo aqui, na Assembleia, é vinculado aos deputados federais, porque vamos ter 5 dias a mais que os deputados federais, se tudo que acontece em Brasília tem reflexo aqui, como os 75% a que temos direito? Então se o recesso lá era de 90 dias e caiu para 55 dias, aqui tem que ser 55 dias. Por que vinculamos tudo aos deputados federais e o recesso não. Vamos jogar para a plateia com os 60? Não, vamos votar hoje, então.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Faltam os R\$ 15 milhões para emendas que o deputado federal tem.

O Sr. GABAN:- Cabe ao governo que V.Ex^a representa conceder também as emendas parlamentares de R\$ 15 milhões. Defenda isso na Bancada de V.Ex^a. Eu aprovo. Acho que daria dignidade ao mandato de cada parlamentar. Mas isso não acontece. É só discurso. O PT é muito bom de palanque, mas na hora de botar na prática, cadê?

Já que V.Ex^a entrou no mérito da questão, estão querendo, já que entrou no mérito da questão, dar para deputados “olhe, você tem direito de dar duas ambulâncias, uma viatura policial, um trator e um poço.” Pelo amor de Deus! Não podemos ser tão pequenos assim. Um deputado estadual ter o privilégio de dar uma ambulância e um trator? E se der uma ambulância para um município, por que não deu para o outro? Por que deu um poço só para o deputado.? Dá verba que não seja 15 milhões, pois sei que V.Ex^a falou por ironia. São os deputados federais, mas um acordo de 4, 5 milhões. Em Minas Gerais, os deputados têm direito para que honrem seus compromissos e que saibam destinar corretamente o dinheiro dessas emendas, para que sejam partícipe do orçamento estadual.

Essa discussão tem que ser feita. Então, antecipo, deputado Paulo Rangel, que no mérito da discussão o meu posicionamento eu nunca gosto de dar tiro no pé, digolhe e falo com muita tranquilidade, porque estou voltando agora, sei do trabalho de V.Ex^a, porque já fiz 16 anos na Casa e na realidade nunca tive recesso. Sempre trabalhei diuturnamente com uma maioria esmagadora dos senhores aqui. O outro que tem assuntos empresariais que não tem prazer, mas a maioria esmagadora dos deputados trabalham diuturnamente.

Mas, se o Congresso Nacional e tudo do deputado estadual é vinculado aos deputados federais, se eles decidiram, não sei porque razão, pelo artigo 55, nós não

podemos fugir do artigo 55, porque senão toda parelha, a referência que temos para ter os benefícios da Casa, vão por água abaixo.

Defendo e defenderei abertamente e sempre, porque defendo a isonomia salarial entre os poderes, que está prevista na Constituição Federal. Por que não colocam os salários dos deputados federais igual aos dos ministros do Supremo? Fazemos aqui uma PEC no mesmo sentido. Os salários dos deputados estaduais ficam exatamente igual aos dos Desembargadores? Acaba essa polêmica de salários, acabam as críticas na maioria das vezes infundadas contra os deputados.

Então, para essas coisas tenho posição muito clara. Se no Congresso Nacional é de uma forma, temos que fazer da mesma forma aqui.

O Sr. Paulo Rangel:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte ao deputado Paulo Rangel e em seguida ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Paulo Rangel:- Agradeço o aparte de V.Ex^a. Inclusive fui relator de um projeto apresentado aqui pelo deputado Zilton Rocha na mesma época em que esse projeto de diminuição do recesso, passou no Congresso Nacional e não foi colocado aqui em votação numa época oportuna.

Não sei porque esse assunto volta à baila, nesse momento. Agora, tenho muito medo também e com um certo receio, sobre a forma que esse assunto foi colocado aqui. Por exemplo, fiz uma agenda no sábado, onde saí 5h da manhã do município de Águas Frias, voltei às 14h, às 16h peguei um avião, fui a Petrolina, peguei um carro para Remanso, saí de Remanso às 1h da manhã, peguei um avião 4:40h em Remanso, passou por Recife, veio para Salvador, desci peguei um avião fui a Vitória da Conquista, peguei um carro fui a Ibipitanga, à noite voltei para Vitória da Conquista, não consegui pegar um avião e voltei de carro. Se tivesse trabalhando na Chesf, com certeza, seria muito difícil ter uma agenda dessa, no sábado e domingo.

Temos que ter responsabilidade com aquilo que representamos, porque algumas pessoas colocam aqui essa questão do recesso como se fosse férias e não é. Estou hoje convicto de que se essa matéria passar aqui será pela pressão exercida, principalmente pela imprensa.

Sou contra à diminuição do recesso e se botar aqui voto secreto, não passa nessa Casa. Muita gente vai votar, perdoe-me, não quero usar o termo demagogia, mas com receio do que isso possa gerar junto à opinião pública.

Por isso defendo que esse debate seja feito aqui na Casa e proponho que coloque isso na próxima terça-feira.

O Sr. GABAN:- Não só concordo como também incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso.

O Sr. Carlos Geilson:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Permita-me só um segundo, deputado Gaban, para submeter ao Plenário a prorrogação da presente sessão ordinária por mais uma hora para possibilitar que os outros deputados possam discutir a matéria. (Pausa)

Aprovado.

V.Ex^a tem a palavra, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Gaban, gostaria de dizer que sou a favor da sessão itinerante e dizer, também, que poderíamos aproveitar e votar, hoje, a questão da diminuição do recesso. Sou favorável, deputado Paulo Rangel, à diminuição do recesso. Voto aberto, voto fechado. Se votar hoje a diminuição do recesso, concordo para 55 dias para que possamos igualar com o recesso na Câmara Federal. De modo que, na Oposição, já estabelecemos esse debate. Tanto eu quanto o deputado Elmar optamos por 30 dias, mas fomos voto vencido. De modo que defendo 60 dias, mas poderíamos retirar cinco dias e fechar em 55 dias.

Aproveito, também, pra responder ao deputado Zé Neto, que disse que eu atacava os movimentos grevistas. Ele faltou com a verdade. Aliás, mentir, para o PT, se torna uma coisa tão corriqueira quanto o ato involuntário de respirar, portanto, não é verdade. Procurem outro meio de estabelecer o contraditório e o debate, meu caro deputado Zé Neto.

Carlos Geilson é deputado a partir de 2011, quando assumiu o mandato, em 1º de fevereiro, e, como radialista, sempre teve posições claras. Tudo que aqui se fala é gravado. Traga uma gravação a este plenário para que V.Ex^a seja fragorosa e categoricamente desmentido.

Quanto a alguns pontos, concordo com V.Ex^a, deputado Gaban. Em outros, não concordo sobre a sessão itinerante, mas estou convergente na questão da diminuição do recesso parlamentar, para que se vote hoje, aqui. O que impede de votar hoje? Votar hoje ou na próxima semana, então votemos no dia de hoje.

Obrigado, meu caro deputado Gaban, pela concessão do aparte.

O Sr. GABAN:- Eu agradeço o aparte de V.Ex^a. Apenas, com relação às assembleias itinerantes, discutir problemas regionais é uma coisa, para votar projetos, o local é aqui, e não lá, porque 99% dos assuntos não dizem respeito àquela região para onde os deputados estão se deslocando. Então, lugar de votação é aqui.

Reitero já que os dois Líderes são favoráveis a colocar em votação por dispensa de formalidades o recesso parlamentar. Portanto, que se discuta aqui, hoje. Há quórum, está aí a imprensa. Cada um diz claramente a sua posição, se é favorável ou se é contra.

Agora, jogar para plateia é uma coisa. Não se pode é querer esconder a votação em Jequié. Vamos discutir o recesso hoje. Se tem a aquiescência e a concordância dos dois Líderes, que já dispensaram formalidades para votar uma PEC, vamos votar hoje. Aproveitamos a imprensa. A *TV Assembleia* está filmando. Todo mundo pode assistir. Quem não está aqui pode assistir através da *TV Assembleia*.

Bina está aí para coordenar isso e mostrar como cada um votou. Vamos dar uma demonstração para a sociedade, pois a sociedade quer. Vamos parar de demagogia e votar na prática. Se tiver vontade política, sobretudo o Líder da Maioria, a votação é hoje. Fora disso, é correr do debate, é querer se esconder. É dizer uma coisa na imprensa e aqui fazer outra. Então, hoje é o momento, porque há quórum e haverá a aprovação de todos.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Com o aparte o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Gaban, em tempos pretéritos, estava V.Ex^a aqui e o presidente desta Casa era o deputado Reinaldo Braga. Foi gestada, aqui, neste plenário, uma proposta de emenda à Constituição, e gestada a tarde e votada na noite do mesmo dia. Foi para instituir o regime de reeleição que na época beneficiaria, como beneficiou, o deputado Reinaldo Braga. V.Ex^a se lembra disso.

Então, por acordo tudo pode nesta Casa. Proponho que por acordo, os dois líderes da Oposição e do governo, deixem de fazer de conta com essa PEC, que vai fazer de conta que vai reduzir o recesso, porque não vai, reduzindo para 55 ou 60 dias. Na verdade os deputados vão continuar gozando dos 90 dias. Se a imprensa quiser saber depois como é isso, posso demonstrar.

Então, se é para reduzir, o único argumento que pode existir e prosperar, é o de que a redução é para igualar o operário do povo, deputado estadual, ao operário comum, que só tem 30 dias de férias. Por que o deputado tem 90 e vai passar para 60, se o operário comum tem 30?

Que seja votada uma PEC aqui hoje para trazermos o recesso para 30 dias. Nesse caso eu voto.

O Sr. GABAN:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Targino, e reitero a minha posição. Sou favorável a 55 dias, que é o tempo que o Congresso Nacional definiu para os senadores e deputados federais. Se copiamos tudo de Brasília, temos que copiar esse modelo.

Com o aparte o líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Gaban, nas reuniões da bancada nas segundas-feiras, tratado esse assunto por solicitação do presidente da Assembleia Legislativa, eu e o deputado Carlos Geilson fomos votos vencidos, no sentido de ser implantada a votação de 30 dias.

Mas não tenho problema de reabrir a discussão. Mantida a decisão majoritária da bancada de Oposição, voto o projeto como está, acompanhando o que a maioria da bancada decidiu. Até sou a favor, como o tema não é questão de bancada, sou a favor de que tenhamos a possibilidade de submeter a três tipos de votação: 30, 55 e 60 dias e liberar a bancada para cada deputado votar como quiser.

Além disso, podemos votar também, como foi sugestão do deputado Targino. Fui candidato a presidente da Casa, portanto, tenho autoridade, defendi na tribuna e não mudei o meu pensamento.

Sou contra a reeleição. Acho que tem que passar pelos 63 Srs. Deputados. Rendo-me ao que a Casa quer. Se a Casa entendeu que deveria haver quatro reeleições para o deputado Marcelo Nilo, discordo e disputei uma eleição, porque discordo. Mas se a Casa hoje entende que a reeleição tem que acabar, não tenho problemas, porque sempre defendi isso.

Dispensar, inclusive disse ao Líder do governo há pouco, se quiser votar essa proposta junto com a outra PEC, conta com a minha assinatura, é só o deputado Zé Neto assinar. Não tenho problema porque estou defendendo o que sempre defendi.

O Sr. GABAN:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento e concordo plenamente. A reeleição na Casa tem que acabar. Não deveria ter sido permitida, porque esta é uma Casa de iguais, mas já que foi permitido, ao meu ver de maneira indevida, que acabe.

Sr. Presidente, com vossa tolerância, porque é um tema que acho que todos querem debater, gostaria com relação ao projeto específico. Tive a honra e V.Ex^a, deputado Paulo Azi, foi diretor técnico quando fui presidente da Cerb, um dos cargos que mais me honrou, que foi levar água para o interior da Bahia e ver a satisfação de quem recebe.

Quem é da capital não tem esse sentimento. Mas já vimos juntos, muitas pessoas chorando quando a água chegou pela primeira vez, pessoas idosas que nunca sonharam em ter água de qualidade.

Sou plenamente favorável de que não seja privatizada, pois é um bem. E penso que é extremamente oportuno, porque o governo Wagner, que privatizou todas as estradas, privatizou os hospitais, privatizou a fonte Nova, daqui a pouco, meu irmão, vai querer privatizar a Embasa. Então, é bom que acabe com isso, porque essa vontade do governo Wagner de privatizar, pode querer fazê-lo com a Embasa, e eu sou contra. Acho que tem que ser administrada pelo Estado, pois é um bem público.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço-lhe, deputado Gaban.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento para discutir a matéria.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, é salutar todo debate, toda discussão nesta Casa, até porque quem paga esta Casa é o povo da Bahia. É com o dinheiro público que nós somos bancados para estarmos deputados, lutando. Mas esse discurso da questão do recesso, às vezes finda sendo injusto se não tivermos a capacidade de explicar à comunidade que recesso de deputado ou de vereador não são férias, não é descanso. Até parece que, quando está em recesso, o vereador, os parlamentares, vão todos para a praia, estão lá à vontade, viajam. Não é bem assim. Principalmente no meu caso, garanto isso, e para a maioria dos parlamentares que conheço. O Estado não é só feito na capital. A Bahia tem 417 municípios longínquos, e às vezes a gente faz esforço hercúleo para atender a base, em locais que só tivemos às vezes, um, dois votos, e ainda que não tenhamos tido nenhum voto, temos a obrigação, enquanto parlamentares de visitar o município para conhecê-lo e procurar dar seguimento às demandas trazendo-as para aqui.

O que percebo o tempo todo é que às vezes fazemos um discurso irônico: deputado está ganhando muito, não sei o quê, vai tirando, vai tirando... Daqui a pouco vão propor que sejamos bancados pelo empresariado. O empresariado aí fora está doido para terminar o Parlamento, porque o Parlamento, mesmo tendo suas

dificuldades, pessoas que podem estar representando mal, mas o povo tem sempre o poder de quatro em quatro anos. É o povo que bota, é povo que tira. Então, ninguém melhor do que o povo. A legitimação do Parlamento é popular, porque a nossa voz é a voz do povo.

Agora, imagine do jeito que a coisa está indo. O empresariado lá fora deve estar doido para ver isso aqui também privatizado. Aí o traficante vem e diz: “Olha, a partir de hoje, você vai ser o meu deputado, toma aqui o dinheiro.” Aí o cara do cigarro vem, bota outro para ser deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Formule sua questão de ordem, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório - (...) o pessoal representante da bebida alcoólica vai botar outro, e aí os empresários, os mais diversos, inclusive aqueles que não são legais, estarão bancando o Parlamento. É isso que há por detrás de tudo isso.

Acho que o parlamentar honesto, sério, honrado, que respeita o povo, precisa, sim, ter seu direito, inclusive as férias e o descanso, que não é o caso. A maioria dos deputados quando está no recesso está viajando por aí visitando bases. O meu caso é este: moro num centro de recuperação o tempo todo. Pode procurar-me aqui na Casa, não viajo Natal, Ano Novo, São João para local nenhum, por causa do meu trabalho que é mais dentro de um centro de recuperação com dependentes químicos. Mas os outros têm um trabalho diversificado viajando pelo Estado. E nós, como deputados, temos a função de procurar orientar a sociedade que, às vezes, vem contra a gente, por falta de informação. O plenário é uma coisa. A votação de projeto deixa de acontecer quando estamos no recesso, esse debate momentâneo, porque, possivelmente os deputados estão visitando suas bases, nas assembleias. Porque deputado progressista faz prestação de contas ao povo nas várias regiões do Estado. O Parlamento não é feito só desse ar-condicionado. No meu caso, mesmo, quando estou aqui, estou descansando. Eu já gosto deste momento, porque é o meu momento de descansar.

Sigam-me. Mandem a imprensa ou quem quer que seja, para minha casa quando eu sair daqui que verão onde é o meu verdadeiro trabalho: com aqueles que chegam dia e noite com problemas das drogas e outros. Então, esse discurso de que temos que ser iguais a Brasília, devia ser ao pé da letra mesmo. É o que disse: o deputado federal tem lá, quer queira, quer não, R\$ 15 milhões para indicar para o que quiser. Não é dele, não é dinheiro roubado, mas é dinheiro com o qual ele faz acontecer coisas. O deputado estadual não tem isso. Para ganhar uma eleição e reeleger-se, precisa humilhar-se na maioria das vezes, com vaías ou não.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- O Estado da Bahia é extremamente difícil. Ainda bem que o governador tem acabado com as dificuldades nas estradas porque vem aumentando o asfaltamento, está melhorando as vias e o aeroporto. Ainda bem que o nosso governador está tornando mais fácil o nosso acesso ao Estado.

Deputado não é qualquer um. Não é tirando, não... Se tem de tirar, que o povo tire de quatro em quatro anos. Precisamos acabar com este discurso fácil da troca do voto pela inconsciência, às vezes, das pessoas.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex^a, deputado Isidório, que formulou uma bela questão de ordem a este Plenário. Vou indeferir, infelizmente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Trata esta discussão única do projeto de lei nº 20.200/13, de procedência do Poder Executivo, que revoga a Lei nº 7.483, que o autoriza a promover a desestatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento da Bahia - Embasa.

Quero iniciar o meu pronunciamento parabenizando o Sindae pela luta. É uma conquista importante, e dele sempre tiveram a iniciativa. Mas traz também o condão de que temos a oportunidade de rediscuti-lo, meu caro deputado Joseildo, relator do projeto e parlamentar que mais se interessou por sua discussão.

Vamos rediscutir o papel da Embasa. Hoje, acho que a unanimidade desta Casa sacramentará de forma definitiva, ao revogar a autorização para sua privatização, a consolidação da Embasa como empresa estatal. Mas foi necessário que se discutisse o papel dela e a sua forma de atuar.

Recentemente votamos aqui a criação da Agersa, que seria para controlar a Embasa. À época discordamos da forma de nomeação dos componentes dessa agência. Fizemos emenda no sentido de que lhe fosse dado um mínimo de autonomia para que não houvesse uma subordinação ao Poder Executivo, permitindo a ela condições de fiscalizar não só a atuação da Embasa com referência à homologação dos aumentos, como votamos hoje, mas também de que forma o trabalho da Empresa Baiana de Água e Saneamento está sendo realizado.

Há pouco tempo tive a oportunidade de ler o balanço financeiro da Embasa, que a aponta entre as maiores empresas do Brasil, com um positivo em torno de R\$ 150 milhões. E há alguns pontos que precisam ser discutidos, debatidos. Enfrentamos a maior seca deste século no Estado. Tal estiagem era previsível. Há um racionamento de água em uma série de municípios, reduzido agora nos últimos dias, graças a Deus, com as chuvas que chegaram.

Entendo que, com um saldo positivo como o apresentado nesse último balanço financeiro da Embasa, não há nada a justificar um aumento como o hoje homologado pela Agersa, acima da inflação. De um lado sofremos aqui o dilema - a base governista muito mais do que nós - de votar o aumento de 2% do servidor retroativo a janeiro. E do outro vemos isso acontecer no mesmo dia em que uma empresa pública estatal ligada ao governo do Estado da Bahia impõe um aumento de 9.8% ao contribuinte. Isso é uma prática que já vem do passado, porque em 2012 esse índice foi de 13%. Mas a proposta da Embasa encaminhada agora à Agersa - e diminuída - foi da ordem de 14%.

Portanto, esse papel precisa ser rediscutido: o que está formulando estes dois aumentos? Tanto o que nós discutimos no ano passado quanto o que levamos, através dum dos partidos políticos que compõem a Oposição, para discutir a constitucionalidade dessa norma perante o Judiciário, sustada por uma liminar que

depois caiu no Pleno do Tribunal de Justiça. Agora ainda estamos no mérito.

Ganhamos a ação no mérito. O estado recorreu com relação a isso, porque a composição do reajuste tem sido que metade dele seria a correção da inflação e se deu inclusive acima da inflação e a outra metade em torno de 7% que seria para investimentos da Embasa.

Em outras palavras, o contribuinte baiano está financiando as obras da própria empresa. Vivemos num País com a maior escorcha tributária do planeta. O Brasil está entre os países que possuem maior carga tributária. Ninguém aguenta mais pagar tributos. E ainda mais se incluir na conta da Embasa através de aumentos o financiamento da execução de obras e de serviços, sem sombra de dúvida, é a criação de mais uma taxa que onera o contribuinte.

Este papel precisa ser revisto. Qual é a função do Sindae na luta? Qual é a função dos baianos, dentre eles, não tenho dúvida nenhuma, do empenho, não só do empenho, mas da ideologia do deputado Joseildo, qual é a função de querer lutar pela estatização da Embasa e dizer que a água é nossa? É manter o pressuposto de que seja fornecida água de qualidade, garantir o fornecimento de água de qualidade a todos os baianos, mas numa contrapartida justa e se já pagamos os tributos. Não é justo que na tarifa que se paga a Embasa, ainda se inclua valores para o financiamento das obras.

E, aí, devo dizer, caro líder e deputado Zé Neto, que V.Ex^a contestou hoje, dizendo quando votamos. E, hoje, volto para casa com a consciência tranquila do dever cumprido, de que cumpri com o meu papel como Líder da Oposição e como deputado, pois propus que fosse votado com dispensa de formalidade.

V.Ex^a aquiesceu e votaremos daqui a pouco um projeto do governo, de que reconhece o trânsito em julgado de uma decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não se cobre ICMS da conta de água. Só a Bahia e o Rio de Janeiro mantinham essa condição. E, aí, o Líder do Governo, meu caro amigo, deputado Zé Neto, respondeu: “Ah! Nós já a encontramos assim.”

Deputado Zé Neto, V.Ex^{as}. foram eleitos para mudar. Se fosse para continuar com isso aqui, o povo tinha mantido Paulo Souto. Se fosse para continuar a cobrar o ICMS na conta de água como era no passado, o povo tinha mantido Paulo Souto.

Este discurso não cola. Eu não estou mudando de posição, porque o dever da Oposição é cobrar coerência com os compromissos de campanha. O que eu tenho de ver aqui implantado não é o programa de governo do governador que eu defendi, porque o povo já escolheu quem deve governar a Bahia. Foi o governador Wagner. E a minha obrigação, como Líder da Oposição e de nós todos deputados que compomos a Oposição, é cobrar coerência com a plataforma de governo e com os compromissos assumidos.

E nessa questão da Embasa, precisa ser discutido o papel da Embasa e a participação da sociedade no conselho, participação em nível de discutir esses aumentos. Meus Srs. e minhas Sr^{as}. Deputadas, não posso entender que seja justo a uma empresa estatal agir assim. Qual é a justificativa de ser estatal? Só simbólica para o Sindae? Para dizermos que empresa hoje é estatal e essa empresa ser

autorizada a escorchar o contribuinte baiano? Como hoje assistimos esses aumento de 9.8%?

Estão, aqui, vocês hoje, todos representantes do Sindae que também não concordaram com o aumento que foi dado pelo governo. Mas vocês acham justo que a Embasa aumente do contribuinte 9.8%? Homologado. Propôs 14, mas aumenta 9.8% e no salário de vocês só aumente 2% e mais 3.4% a partir de julho. E, aí, diz: “No passado, vocês faziam pior.” Eu não era governador. Sou deputado de Oposição e estou onde o povo me colocou e a minha obrigação é cobrar coerência do governo.

Aqui, saúdo a presença do Líder da Oposição na Câmara de Vereadores. E ele não vai lá se reportar à atuação de João Henrique, até porque participou daquele governo, nem às propostas de Nelson Pelegrino. A obrigação dele, e vai ter razão, é cobrar do prefeito os compromissos que assumiu na campanha; se está executando esses compromissos. Essa foi a proposta vencedora. É o que nós cobramos.

Quem sempre fez o discurso da democracia, quem sempre fez o discurso de não escorchar no imposto, quem sempre fez o discurso da transparência, quem sempre fez o discurso de dar ganho salarial ao servidor foi o Partido dos Trabalhadores, foi o governador Wagner. Nós demonstramos aqui que o Estado tem, sim, capacidade de dar um aumento acima da inflação. Como? No próprio *site* do Fiplan, que publica o balanço financeiro do Estado, está demonstrado que houve um crescimento da receita corrente líquida estadual da ordem de 12%, em 2012; e da ordem de 11%, em 2011.

Portanto é injustificável que não se dê o equivalente percentual como ganho ao servidor. Acho inadmissível, no governo do PT, do Partido dos Trabalhadores, que estejamos aqui nós da Oposição cobrando coerência para cumprir o índice inflacionário de 5,84% do ano passado, de janeiro a dezembro de 2012, data-base de janeiro.

Meu caro Líder da Oposição na Câmara de Vereadores de Salvador, qual vai ser a sua atitude se o prefeito ACM Neto, quando chegar a data-base, em maio, deixar passar junho, julho, agosto, setembro. E após 4 meses sem falar em reajuste, ele chamar o sindicato para dizer: “O negócio está difícil, o caixa da Prefeitura é pior do que o do Estado. Aí eu vou fazer igual ao governador, vou retroagir a maio 2% e vou dar mais 3,84%”. tenho certeza de que V.Ex^a não vai concordar com isso. Mas também nós não podemos concordar; se concordarmos, vamos virar as costas ao servidor. Não dá para fazer isso. É melhor aderir ao governo. O governo já conquistou a maioria dos sindicatos, não vai cooptar a Oposição.

Fico triste porque eu entrei nesta Casa como deputado de governo, fui 4 anos parlamentar de Situação, e assisti a diversos deputados da Oposição, como os deputados Zé Neto e Marcelo Nilo, hoje presidente desta Casa, dizerem: “Nesta Casa, quando chega projeto de aumento salarial, é bater o carimbo, aprovar a urgência e votar em seguida, porque carlista não pensa, carlista obedece; não mexe no aumento”. O então governador pelo menos tinha de enfrentar os sindicatos. E ele não transigia com a reposição da inflação.

Hoje em dia, o governador chama os sindicatos... E aí é suspeito. Nesse

instante o jornalista me dizia: “O pessoal dos sindicatos está revoltado com você”. E eu disse: “Eu quero revoltar, porque está incomodando a base”.

Nesse instante foi citado aqui que o soldado Prisco participou da primeira negociação. Ele foi ouvir. Aí ele me liga imediatamente e diz: “Deputado, pelo amor de Deus, anuncie lá que não concordei com esse aumento, não, porque está chovendo ligação para mim do pessoal revoltado, achando que participamos e concordamos com esse aumento. Não concordamos”. Quando saí da tribuna e o pessoal das Galerias disse: “O Sindae também não concordou”.

Servidor público nenhum pode concordar com isso, a não ser que o governador estivesse mentindo. E aí tenho de reconhecer que ele não mentiu, não; abriu as contas e mostrou que houve um incremento na receita de 12% e de 11%. E eu lhes pergunto: o que justifica, tendo um incremento de 11% na receita corrente líquida do Estado, que o governo não tenha condição financeira de dar o equivalente ao servidor como ganho salarial ou, menos ainda, de fazer pelo menos a recomposição da inflação?

Não há justificativa plausível. A única coisa que o governador não abriu, e os sindicatos deveriam ter perguntado... Mas nós questionamos; só não o faríamos se estivéssemos cooptados pelo governo para fazer um teatro. Por isso temos de dizer o seguinte: sabe por que não tem o dinheiro para dar o salário dos servidores? Porque é com o dinheiro de vocês. Com o dinheiro do servidor do Estado, o governador contratou e mantém na folha 20 mil Redas, servidores que entram no Estado sem concurso público. Com o dinheiro do salário de vocês, o governador gasta 350 milhões por ano com os PSTs, que são os postos de serviços terceirizados.

Com o dinheiro de vocês, foi transferido para ONGs, um bilhão e 400 milhões de reais. Com o dinheiro do servidor público do Estado da Bahia, repito, de 20 secretarias de estado que existiam, hoje existem 31.

Será que tem necessidade de tanta secretaria? De oito mil cargos comissionados que existiam, foram criados mais 1.589, quase 20% de aumento nos cargos comissionados. De onde tira esse dinheiro? Tem que achatar no salário do servidor e a defasagem é maior. Sabe por quê? Se pegar o acumulado da inflação nos últimos doze meses, dá 6,89%.

Eu lhes pergunto: e a defasagem da inflação? Porque a data-base é em janeiro, de janeiro, fevereiro, de março, de abril e de maio. Nós só vamos discutir em janeiro do ano que vem, não, porque a Casa está em recesso. Em maio, de novo, daqui a um ano, as perdas vão-se acumulando, vão dizer, no passado, não estamos aqui para discutir passado.

Estou aqui para cobrar coerência de quem assumiu compromisso histórico com o povo. Estou querendo cobrar coerência, é verdade, deputado Joseildo. Nunca fui em um sindicato, não sou eleito por sindicato, fui eleito representando a minha Bancada. Agora, lhes garanto uma coisa, quem me elege é o povo de minha terra, Campo Formoso, elege-me o povo da minha região. No dia que tiver que votar com meu Partido, no dia que tiver que votar com a Bancada da Oposição ou com interesses da minha região ou do meu município, do povo que vota comigo, eu fico com o povo que vota comigo.

V.Ex^{as} que foram no sindicato e prometeram a eles que defendiam recomposição salarial e ganham no salário do trabalhador que estava achatado no passado. Foram V.Ex^{as} que prometeram isso. Quem está traindo os sindicatos e os servidores foram V.Ex^{as} que foram nos sindicatos pedirem o voto deles, não fomos nós. O que estamos com justiça é cobrando coerência.

V.Ex^{as} não me viram nos sindicatos e estou defendendo o interesse do trabalhador, do servidor, porque é minha obrigação como deputado de Oposição. Agora, muitos deputados da Base do Governo andou de sindicato em sindicato falando que o salário historicamente tem sido achatado e eu concordo, não estou aqui para tapar o sol com a peneira, agora quem rasga, quem vem para a vala comum do achaque ao salário do servidor, quem muda a regra de previdência para prejudicar servidor é o PT, quem expulsou deputados do partido que deu origem a criação do PSOL por conta de mudar bandeiras históricas do partido, foi o PT, não fomos nós.

O direito da gente falar, cobrar coerência, porque o ano que vem é ano de eleição, não me viram, provavelmente, não vão me ver de novo nos sindicatos cobrando isso, apesar que agora eu posso, porque eu estou votando com o servidor, eu estou votando com o interesse do trabalhador. O difícil é o governador e o seu candidato a governador, o difícil são os deputados da base do Governo irem a um sindicato para defender: olha, nós hoje somos governo, é diferente, não dá mais para ficar defendendo atualizar o salário de vocês e recompor, porque a gente tem que olhar o caixa do Estado como está.

E o trabalhador tem que estar alerta e isso vamos denunciar, a categoria na base tem que estar alerta para eleger diretoria de sindicato comprometida e apartidária, sindicato tem que se afastar, tem que participar do processo político enquanto ente político na eleição, mas ano a ano, nas datas-base de discussão da questão salarial, não tem partido, não tem PT, não tem PCdoB, não tem Democrata, não tem PSDB, não tem partido, tem que discutir o interesse do trabalhador.

É com indignação, com tristeza que nós temos a obrigação de registrar que os sindicatos, hoje, são chapa-branca. Eu nunca vi sindicato chegar para o patrão e o patrão dizer que não pode pagar a inflação, e ele dizer: está certo, nós demos um ganho. Eu nunca vi, é inédito, eu nunca vi na história, em nenhum outro estado. Dizem que a Bahia inova nas questões, isso é inédito.

Portanto, hoje, aqui, com esse projeto quero parabenizar o Sindae, parabenizar o deputado Joseildo à frente, a Bancada de Oposição vai votar favoravelmente ao projeto, é uma questão simbólica para o nosso Estado, agora nós temos que discutir, fiscalizar. Da mesma forma que nós estamos ombreados para votar esse projeto, sabem por que, meus caros deputados, deputado Joseildo, daqui a 2 anos eu sou governo, V.Ex^a será Oposição, nós vamos ganhar as eleições do jeito que estão conduzindo o povo. E aí V.Ex^{as} vão voltar à posição de defender que não dei esse tipo de reajuste, esse tipo de coisa. E eu lhe garanto uma coisa, eu não vou mudar de ser Oposição. Se o meu governo mudar para querer escorchar o contribuinte como o PT está escorçando, aí eu vou ter que somar na Bancada de Oposição com V.Ex^a. Eu prefiro sempre exercer o meu mandato olhando o rei, mas olhando o povo, porque é o

povo que nos elege, não é o rei.
Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Elmar Nascimento.
Encerrada a discussão.

Em votação o projeto de lei nº 20.200/2013, de procedência do Poder Executivo, que revoga a lei nº 7.483.

Os deputados que concordam permaneçam como se encontram (Pausa).
Aprovada a unanimidade da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Há um requerimento sobre a Mesa.

(Lê) *“Os Líderes do Bloco da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, vêm na forma regimental requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado, de logo, o projeto de lei nº 20.260/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica.*

Sala das Sessões, 07 de maio de 2013.

Deputado Zé Neto – Líder da Maioria

Deputado Elmar Nascimento – Líder da Minoria”.

PROJETO DE LEI Nº 20.260/2013

Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art.

3º-

.

.....

.....

XV-C - o fornecimento de água canalizada, ainda que tratada;

.....

”

.....

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Defesa do Consumidor, Relações de Trabalho, Saúde e Saneamento, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Bruno Reis para relatar a matéria. (Pausa)

(As Galerias se manifestam dizendo: o povo unido jamais será vencido!)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Bruno, antes de passar a palavra a V.Ex^a quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador de Salvador, Gilmar Santiago. Seja bem-vindo a esta Casa, vereador Gilmar.

Com a palavra V.Ex^a, deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- (Lê) *“Parecer ao projeto de lei 47.085/2013. Trata-se de projeto de autoria do Poder Executivo que vem propor alteração na lei nº 7.014/96, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal de comunicações – o ICMS.*

A alteração proposta ao texto legal busca incluir, "dentre as hipóteses de não incidência do ICMS o fornecimento de água canalizada, ainda que submetida a tratamento físico ou químico", conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa. A medida irá desonerar os consumidores, com a redução do valor das contas de água. Registre-se que a presente proposição tem sua apreciação nesta sessão em razão de acordo firmado entre as Lideranças das Bancadas da Minoria e da Maioria para dispensa das formalidades regimentais, na forma do art. 162-A da Resolução nº 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A proposição não recebeu emendas, e estando em conformidade às disposições constitucionais e legais...” – inclusive de acordo com decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que considera essa cobrança ilegal e indevida – “(...) opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2013.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Em votação no âmbito das comissões.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado, por unanimidade.

Em votação no Plenário.

O Sr. Elmar Nascimento:- Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, é até importante e interessante, deputado Paulo Azi, que V.Ex^a seja o presidente desta sessão neste instante, já que foi Líder do governo nesta Casa e sabe o tipo de Oposição que enfrentamos. Há momentos em que temos a obrigação de nos pronunciar, até para registrar a postura diferente da atual Bancada da Oposição.

Quero dizer que este projeto de lei nº 20.260/13, que chegou no dia 24 de abril, é de autoria e iniciativa do Executivo. Mas ele vai ao encontro dos interesses dos baianos, porque, em cumprimento de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, desonera da cobrança do ICMS as contas de água.

Entretanto, o Líder do governo, que é sempre tão diligente ao promover requerimentos de urgência, como foi, inclusive, no caso do projeto que votamos há pouco, esqueceu de pedir urgência para a tramitação desta proposição, porque ela trata de desoneração de impostos.

Por iniciativa nossa, redigimos a proposta de dispensa de formalidades para que tivéssemos oportunidade, ainda hoje, de votar este projeto. É um exemplo da Oposição, hoje – que voltará a ser governo em 2015; o PT, que é governo hoje, voltará a ser Oposição em 2015 –, de que quando estão em jogo os interesses da Bahia e dos baianos, não tem de se falar em governo e Oposição. Sempre se deve apoiar as iniciativas corretas.

Todos nós temos consciência de que voltaremos para casa com a sensação do dever cumprido. Espero, se for possível, que ainda hoje a Casa encaminhe este projeto ao governador para que ele o sancione. E assim seja retirada das contas de água, já este mês, esta cobrança indevida. E isso faz diferença para muita gente. Para muita gente, talvez essa desoneração equivalha a um valor maior do que o reajuste que o governo oferece, hoje, aos servidores.

Então encaminhamos a nossa Bancada no sentido de manter a nossa posição pela dispensa de formalidades e pela aprovação unânime deste projeto de lei, que segue a orientação do Supremo Tribunal Federal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- (Cantando) *Sonho meu, sonho meu, vai buscar quem mora longe, sonho meu...*

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Algum problema, deputado Zé Neto?

O Sr. ZÉ NETO:- Oh, meu irmão, é um sonho! E sonho sonhado sozinho é sonho que não vai para canto nenhum. O povo da Bahia sabe o que quer. Ele está aqui dizendo que, em 2015, vai estar no governo. Olha, excelência, vá sonhando. Vale a pena sonhar.

Primeiro, quero dizer, queria que o deputado Bruno ouvisse um pouco, porque ele disse que o aumento seria de 13% e haveria 150% de reajuste da Embasa no nosso período de governo. Quero dizer a ele que o nosso aumento é da ordem de 90% em 6

anos, realmente, abaixo da inflação. Agora, V.Ex^a não sabe que no período de V.Ex^a, os mesmos 6 anos, foi de 88%.

Nós até reconhecemos que a nossa média é 2% maior do que o que foi feito nos 6 anos de V.Ex^a. Mas quero dizer a V.Ex^a que existem alguns dados que precisam ser lembrados por V.Ex^a, porque esse debate eu faço questão de fazer. Primeiro, os reajustes são praticamente iguais, mas os investimentos não são iguais. Os investimentos são 7 vezes o que V.Ex^as fizeram com recurso próprio. Com recurso próprio fizemos 1 bilhão, 174 milhões, nesses 6 anos. V.Ex^as, os dados estão aí, deram 170 milhões...

O Sr. Bruno Reis:- Compare 4 a 4.

O Sr. ZÉ NETO:- Estou comparando 6 a 6.

(...) 170 milhões, no período de V.Ex^as.

Outra coisa, V.Ex^as estão sabendo o que estou dizendo, só em 2012, nós realizamos 422 milhões. V.Ex^as, de 2001 a 2006, 6 anos, 170 milhões. Só em 1 ano, mais 422. Então V.Ex^as não sabem o que é universalização, não sabem o que é Água para Todos, não sabem o que é tarifa social ampliada, não sabem o que é responsabilidade social e não sabem a importância do dia de hoje quando dissemos à Bahia que a Bahia vai continuar com a Embasa pública a serviço do povo, a serviço da universalização, a serviço da tarifa social, a serviço do Água para Todos, a serviço de levar água limpa, tratada e saneamento para as cidades que estão sendo subsidiadas, porque, na verdade, há algumas cidades que não têm nem condição financeira, recursos, para manter a Embasa, para que possa funcionar com o lucro adequado. E nós estamos conscientes do nosso importante papel histórico.

Quero, de público, dizer a V.Ex^a que, nesses 6 anos, nós tivemos 2% a mais do que V.Ex^as investiram, só que nós ampliamos o serviço para mais de 3 milhões e meio de baianos. E também podemos dizer com plena tranquilidade que V.Ex^as deveriam ter vergonha da Embasa que deixaram, do sucateamento que deixaram, da proposta de privatização que não passou graças à unidade da população, dos movimentos sociais.

Aliás, ouvi uma frase do deputado Gaban cujo discurso mandei pegar para guardar, ele, representando a Oposição, não fala diferente. O deputado Gaban repetiu quase a mesma fala do deputado Elmar. Disse: “Gastaram 7 bilhões e não sei o quê, e mais de 1 bilhão e não sei quanto foi para quem? Para as ONGs, para as associações e sindicatos.”

V.Ex^as não sabem o que é governar para o povo. V.Ex^as são contra as ONGs. V.Ex^as são contra as associações. V.Ex^as são contra os sindicatos. V.Ex^as são a favor de quê? Da tirania, de governar com poucos, de governar nos gabinetes, de governar pensando sozinhos. Não pode não, excelência! Governar é com o povo. Governar é com as ONGs. Governar é com as organizações sociais. Governar é poder abrir as discussões e os debates com tranquilidade para que essas organizações da sociedade tenham condição de evoluir conosco.

Pensem o que seria este país sem organizações como o Aristides Maltez, sem a Irmã Dulce, sem a Apae e outras tantas que eu poderia aqui elencar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) sem os sindicatos como a CUT, a CGT e outros tantos movimentos importantes.

Então quero encerrar dizendo a V.Ex^a, deputado Gaban, e aos deputados da Oposição que é ótimo este momento. Este momento está ótimo, porque ele está definindo e demonstrando claramente, na tensão desses últimos dias, quem são V.Ex^{as}. Pensam governar sem nenhuma organização por perto, isso demonstra claramente a nossa diferença, e que fazemos questão de assumi-la. Nós aprendemos, estamos conduzindo e acreditamos cada dia mais que governar neste País é governar com a sociedade e, se ela estiver organizada, melhor ainda.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Encerrado o encaminhamento.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado presidente Paulo Azi, nesses últimos 24 anos, assisti, para registro desta Casa, a dois deputados usarem a tribuna do Parlamento para exibir dotes artísticos. Aqui exibiu dotes artísticos o ex-deputado Álvaro Pinheiro que cantou o Hino da Bandeira, sabe disso o deputado João Bonfim, e, no dia de hoje, o deputado Líder do governo canta *Sonho Meu*. Ele canta *Sonho Meu*, mas desafina mais do que o deputado Álvaro Pinheiro.

A Embasa é a pior empresa em organização e desenvolvimento do Brasil, é a que mais aumento deu nas tarifas de água, 13, 14 e agora mais 12 ou 13%, me parece. A Embasa é a única empresa que deveria prestar serviços de água e banca camarotes de dondocas no Carnaval, banca times de futebol e trata de assuntos que não são de relevância para a empresa. E o pior, ficou comprovado para todo o Brasil que a Embasa é a pior empresa do país. A seca está aí para demonstrar que o *Água para Todos* foi uma falácia, uma mentira para o povo da Bahia. Continua, apesar das chuvas, faltando água em todo o Estado da Bahia.

Então, o deputado Zé Neto desafina mais uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a, deputado Luciano.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto parece que brinca com a inteligência de todo mundo. Acho que ele incorporou a propaganda do PT. Porque, veja, enquanto o povo estava passando sede no interior, ele sumiu, escafedeu-se, como diz o outro, não dava satisfação nenhuma. Não veio aqui em nenhum momento dizer que tinha construído durante 7 anos do governo Wagner alguma barragem, não fizeram um programa de perenização em 7 anos de governo. Eles defendem transferir dinheiro para ONG e para sindicatos. Mas para quê? Eles vão fazer o quê, um projeto de irrigação para manter o homem no campo com dignidade no seu local de trabalho?

Vão pegar água de onde? O *Programa Água para Todos* virou racionamento para todos. E parece que a população da Bahia está satisfeitiíssima com o PT.

Por que o PT suspendeu a propaganda enganosa do *Água para Todos* e só voltou a a propaganda enganosa quando São Pedro trouxe a água, quando vieram as chuvas? Deputado Zé Neto, V.Ex^a está equivocado, parece que a surra que levou em Feira de Santana não serviu como recado para V.Ex^a. A votação que teve Zé Ronaldo lá deveria ter alertado V.Ex^a que todos os compromissos que cumpriu quando sindicalista defendendo os professores, defendendo os sindicatos, acabou, e o povo deu o retorno nas urnas. V.Ex^a tem que acordar, deputado Zé Neto, porque não é assim que se faz política. Com mentiras, para dizer que está governando com a sociedade. Que sociedade é essa? Está administrando com filiações partidárias, reunindo com meia dúzia de sindicalistas para decidir o destino de todos os servidores públicos da Bahia. Dá 2% irrisórios. Se a inflação dos 3 primeiros meses deste ano já deu 1.97, na hora em que sair o aumento final, em junho, não cobre nem a inflação deste ano. E não estamos falando da inflação do ano passado.

Governar na propaganda não atende. Parece que V.Ex^a, deputado Zé Neto, não acordou para o recado das urnas. Não adiantou vir aqui Lula do Mensalão, não adiantou vir aqui a presidente Dilma, o povo deu o recado. Querer dizer que os professores estão satisfeitos com V.Ex^a. Pelo amor de Deus! Quero ver um professor, sem ser um sindicalista, que esteja satisfeito com a maneira como está sendo tratado pelo governo de V.Ex^a. Quero ver qual policial militar que está satisfeito com o soldo, porque até o vale-transporte esse governo tirou. Quero ver como fica isso, deputado Zé Neto.

A propaganda é muito bonita, é maravilhosa. Após o resultado das urnas, meu caro presidente Paulo Azi, parece que o PT ainda não acordou. Vemos inclusive o presidente do PT, Jonas Paulo, dando uma declaração à imprensa, dizendo que nós só podemos fazer aliança com as forças do carlismo. Então, já espoliou o PP, que está na base, o próprio vice-governador, o ministro César, todos da base. A maioria dos deputados que estão aqui na Casa é de carlistas, quase todos estiveram na nossa base. V.Ex^a precisa ver a maneira como o presidente do seu partido trata os seus aliados, dizendo que fizemos aliança com ele, que o PT, não, só faz com os outros.

Pelo jeito, deputado Paulo Azi, o PT sabe com quem vai ficar. Vão ficar ele e o PCdoB; ele já está expurgando a dois anos das eleições, imaginem quem aderiu a esse governo como será tratado no ano que vem. Se o presidente do partido, deputado Reinaldo Braga, já trata V.Ex^a dessa forma, diz que vai fazer aliança conosco, e já está desprezando V.Ex^a. Estão vendo, deputado Reinaldo Braga, que vai ter que ter no mínimo 50 mil votos, e eles querem defender o deles. Os que aderiram só servem para aderir, para votar e para dizer amém, porque na hora do voto, meu pirão primeiro, o resto que fique com fome. É essa a maneira como o PT enxerga, e dessa forma foi retratado pelo presidente do PT na Bahia.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban, defiro a questão de ordem de V.Ex^a, e concedo uma questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- A minha questão de ordem é para elogiar a postura e a inteligência de V.Ex^a. O senhor foi o único presidente nesta Casa com capacidade de raciocínio, capaz de deferir ou indeferir questão de ordem. V.Ex^a está realmente de parabéns.

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu agradeço e defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Pela ordem, o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, quero, ao responder ao Líder Zé Neto, dizer a ele que topo o desafio em qualquer lugar, com qualquer plateia, para analisarmos não os dados mentirosos do governo, e sim os dados do último censo do IBGE, que desmentiu o número de 1 milhão de alfabetizados que vocês disseram que alfabetizaram nesses seis anos, foram apenas 132 mil. Os 3 milhões de habitantes que vocês disseram que foram contemplados com o programa Água para Todos, o censo do IBGE desmentiu, dizendo que foram apenas 72 mil.

Veio a esta Casa o secretário Rui Costa, que passava na sua apresentação as lâminas do investimento do governo em poços artesianos e comparava o período de Wagner com o período anterior; passava as lâminas dos investimentos em aguadas e comparava com o governo anterior; passava as lâminas de investimentos em poços artesianos e comparava com a gestão anterior. E dizia que os dados por si só demonstravam a realidade.

Ele esqueceu, nobre Líder Zé Neto, de passar a lâmina dos investimentos feitos em barragens no governo de V.Ex^{as}. Sabem qual foi o investimento? Zero real, porque vocês foram incapazes, em seis anos de governo, de construir uma única barragem. As cinco barragens inauguradas neste atual governo foram contratados com recursos empenhados. Pediu a palavra o deputado João Bonfim, que é testemunha, porque na terra dele a barragem de Cristolândia foi iniciada pelo ex-governador Paulo Souto.

A diferença de vocês para nós é que vocês fazem política mentindo com os números, mentindo na televisão. Passem aqui, agora, na Paralela e verão: “Adutora do Feijão, a Embasa investe e você recebe os benefícios; Adutora do Algodão, a Embasa investe e você recebe os benefícios. Sabe quantos reais tem da Embasa nelas, nobre Líder Zé Neto? Nada, nem um real! Todas elas são feitas recursos do governo federal. Essa é a diferença entre vocês e nós. Vocês sabem subir à tribuna, fazer firula, faltar com a verdade e nós fazemos política assumindo compromissos.

Se está evidenciada, hoje, a revolta dos servidores com vocês na sua não eleição, na não eleição de Joseildo, na não eleição de Pelegrino em Salvador, na não eleição de Carlos Brasileiro em Senhor do Bonfim, e de tantos do PT derrotados em toda a Bahia, é porque fazem política enganando as pessoas, prometendo o que sabiam que não poderiam cumprir.

Vocês a vida toda disseram aos servidores que eles mereciam salários muito melhores do que os que ganham. Concordamos. Mas vocês sempre souberam das dificuldades da situação financeira do Estado. Agora, vir para cá com proselitismo político, querendo pregar o que não são. Aí, não aceitamos. O debate está travado.

A Embasa praticou, sim, aumentos que chegam a 150%, a depender da faixa de consumo. Trago as contas para V.Ex^a ver. O IAF fez um estudo que comprova situações em que o aumento chegou a 180%.

Nós, sim, deputado Zé Neto, fizemos o maior programa de saneamento básico da história do Brasil, que foi o Bahia Azul. Praticamente, chegamos a 80% de cobertura em Salvador. E o que este governo fez? Nada. Fez politicagem, a politicazinha de dar cisterna, de furar poço artesiano, esquecendo o Plano Estadual de Recursos Hídricos, de 2005, que previa a construção de barragens como a do rio Caculé, para atender Vitória da Conquista, e do rio Colônia, para atender à região de Itabuna. Isso, sim, é que eram obras estruturantes que iriam, nesse momento de estiagem, amenizar os efeitos da seca, não a cisterna que, quando não chove, não tem como armazenar água.

Com esse debate, eu chego com V.Ex^a, Rui Costa, o governador e qualquer um do PT em qualquer lugar da Bahia.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Srs. Deputados, sinto que há vários deputados querendo, ainda, usar a palavra. Vou fazer o seguinte: vou colocar o projeto em votação e sugerir a convocação de uma sessão extraordinária para que os deputados que quiserem discutir fiquem discutindo à vontade.

Então, fica convocada uma sessão extraordinária para 1 minuto após esta, para se discutir a Ordem do Dia.

Submeto em votação o presente projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

Antes de encerrar a sessão, informo que está convocada uma sessão extraordinária para se discutir a pauta na Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*